



COMBOIOS DE PORTUGAL

# RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS DO GRUPO CP 2017

CP. SEMPRE EM MOVIMENTO.



COMBOIOS DE PORTUGAL

## Ficha Técnica

CP - Comboios de Portugal, E. P. E.

Calçada do Duque, n° 20

1249-109 Lisboa

N° Contribuinte: 500 498 601

Matriculada na C.R.C. Lisboa número 109°

Capital Estatutário € 3.850.091.940,00 (a 31 de dezembro de 2017)

Conceção e coordenação:

Direção de Planeamento e Controlo de Atividade

Direção Financeira

Contactos: [webmaster@cp.pt](mailto:webmaster@cp.pt)

Este conteúdo respeita as normas do novo Acordo Ortográfico

<b>SUMÁRIO DO ANO</b>	<b>6</b>
<b>GRUPO CP</b>	<b>8</b>
Descrição do Grupo	9
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	9
EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.	10
SIMEF, A.C.E	10
Ecosaúde - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.	10
FERNAVE - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria Em Transportes e Portos, S.A.	10
SAROS - Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.	11
TIP, A.C.E.	11
OTLIS, A.C.E.	11
Relações Intragrupo	12
<b>ENQUADRAMENTO DO ANO</b>	<b>13</b>
Contexto	14
Relato Não Financeiro	14
Enquadramento Macroeconómico	14
Modelo de Governo	15
<b>DESEMPENHO DO ANO</b>	<b>16</b>
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	17
EMEF-Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.	24
Fernave - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria Em Transportes e Portos, S.A.	30
Ecosaúde - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.	32
SAROS - Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.	35

<b>ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA</b>	<b>38</b>
<b>PERSPETIVAS PARA 2018</b>	<b>45</b>
Previsões	46
Grupo CP - Perspetivas	46
<b>FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO</b>	<b>49</b>
<b>DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE</b>	<b>51</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>53</b>
<b>NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>59</b>
Identificação da Entidade e Notas de Operacionalidade (nota 1)	60
Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras (nota 2)	61
Principais Políticas Contabilísticas (nota 3)	62
Fluxo de Caixa (nota 4)	90
Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros (nota 5)	91
Composição do Resultado Por Segmento de Negócio (nota 6)	91
Ativos Fixos Tangíveis (nota 7)	95
Ativos Intangíveis (nota 8)	98
Participações Financeiras - Método de Equivalência Patrimonial (nota 9)	99
Outros Investimentos Financeiros (nota 10)	100
Impostos Sobre o Rendimento (nota 11)	101
Inventários (nota 12)	102
Clientes (nota 13)	105
Estado e Outros Entes Públicos (nota 14)	106
Outros Créditos a Receber (nota 15)	107
Diferimentos (nota 16)	108
Ativos Financeiros Detidos para Negociação (nota 17)	110
Ativos Não Correntes Detidos para Venda (nota 18)	110
Capital Subscrito (nota 19)	111
Reservas Legais (nota 20)	112
Outras Reservas (nota 21)	112

Resultados Transitados (nota 22)	113
Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio (nota 23)	113
Provisões (nota 24)	114
Financiamentos Obtidos (nota 25)	115
Outras Dívidas a Pagar (nota 26)	116
Fornecedores (nota 27)	116
Adiantamentos de Clientes (nota 28)	117
Vendas e Serviços Prestados (nota 29)	117
Subsídios à Exploração (nota 30)	118
Ganhos/perdas Imputados a Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos (nota 31)	118
Trabalhos Para a Própria Entidade (nota 32)	119
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (nota 33)	119
Fornecimentos e Serviços Externos (nota 34)	120
Gastos com Pessoal (nota 35)	121
Imparidades de Investimento Não Depreciáveis / Amortizáveis (nota 36)	121
Outros Rendimentos (nota 37)	122
Outros Gastos (nota 38)	123
Aumentos/Reduções de Justo Valor (nota 39)	123
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização (nota 40)	124
Imparidade de Investimentos Depreciáveis e Amortizáveis (nota 41)	124
Juros e Rendimentos Similares Obtidos (nota 42)	125
Juros e Gastos Similares Suportados (nota 43)	125
Passivos Contingentes (nota 44)	125
Garantias e Avals (nota 45)	125
Remuneração do Revisor Oficial de Contas (nota 46)	126
Acontecimentos Relevantes Após a Data de Balanço (nota 47)	126
<b>ANEXOS</b>	<b>127</b>
Certificação Legal das Contas	128
Relatório do Auditor Externo	129
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	130

# SUMÁRIO DO ANO



Indicadores Operacionais do Grupo	2017	2016	Variação	
			Valor	%
<b>Procura</b>				
Passageiros (10 <sup>3</sup> )	122 028	114 841	7 187	6,3%
Passageiros Quilómetro (10 <sup>3</sup> )	4 032 713	3 802 762	229 951	6,0%
<b>Oferta</b>				
Cks (10 <sup>3</sup> )	29 129	29 128	1	0,0%
<b>Recursos Humanos</b>				
CP	2 681	2 708	-27	-1,0%
EMEF	1 036	1 048	-12	-1,1%
Fernave	18	20	-2	-10,0%
Ecosaúde	27	21	6	28,6%
Saros	1	1	0	0,0%
Efetivo Final a Cargo	3 763	3 798	-35	-0,9%
<b>Frota - Parque Ativo</b>				
Automotoras	239	239	0	0,0%
Locomotivas	31	31	0	0,0%
Carruagens	104	103	1	1,0%

Indicadores Financeiros do Grupo (Valores em 10 <sup>3</sup> €)	2017	2016	Variação	
			Valor	%
<b>Demonstração de Resultados</b>				
Resultado Operacional	-33 626	-53 587	19 960	37,2%
Indemnizações Compensatórias	0	0	0	0,0%
Resultado Líquido	-111 067	-144 000	32 933	22,9%
EBITDA <sup>(1)</sup>	25 237	6 710	18 528	276,1%
<b>Balanço</b>				
Ativo	629 186	667 693	-38 507	-5,8%
Capital Próprio	-2 246 273	-2 651 383	405 110	15,3%
Passivo	2 875 460	3 319 077	-443 617	-13,4%
Financiamentos Obtidos	2 615 920	3 026 948	-411 028	-13,6%

(1) Não inclui Indemnizações por Rescisão, Imparidades, Provisões, Depreciações e outras operações não relacionadas com a atividade do Grupo.

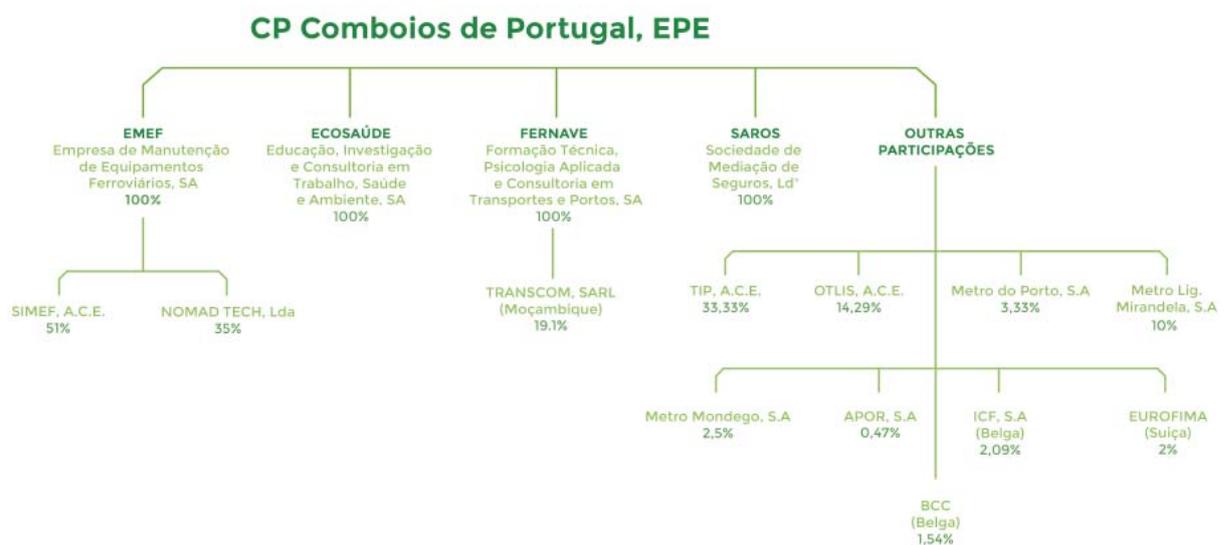


**GRUPO CP**

## Descrição do Grupo

A CP é uma empresa pública de transporte ferroviário detida 100% pelo Estado. Controla empresas na esfera dos fornecimentos no sector, designadamente nas áreas de manutenção de material circulante, formação, cuidados de saúde e mediação de seguros e detém participações minoritárias casuísticas, numa lógica de cooperação, com outros operadores.

O esquema seguinte apresenta as participações da CP e suas empresas participadas a 31-12-2017:



Não ocorreram quaisquer alterações às participações sociais em 2017.

O Grupo desenvolve as seguintes actividades:



## CP - Comboios de Portugal, E.P.E.

A CP - Comboios de Portugal, E.P.E., tem por objeto principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros.



## **EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.**

A EMEF tem um vasto objeto nos domínios da engenharia ferroviária. Realiza o fabrico, reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos, veículos ferroviários, bem como o estudo de instalações oficiais para manutenção.



## **SIMEF, A.C.E**

O SIMEF realiza a manutenção de locomotivas “LE 5600” e “LE 4700”.



## **Ecosaúde - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.**

A ECOSAÚDE presta serviços de cuidados de saúde, ensino, formação e desenvolvimento técnico/profissional nas áreas das condições de trabalho, saúde e ambiente. Realiza ainda serviços no âmbito do recrutamento, seleção e avaliação de pessoas, assistência técnica, consultadoria e auditoria, designadamente, em matérias de saúde, higiene e segurança no trabalho, ambiente e gestão ambiental. Executa ações de controlo de droga e álcool, assegurando o encaminhamento para tratamento destas dependências.



## **FERNAVE - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria Em Transportes e Portos, S.A.**

A FERNAVE realiza formação e desenvolvimento técnico profissional, elaboração de estudos e projetos no âmbito da criação, organização e gestão de empresas, prestação de serviços no âmbito da psicologia aplicada e de avaliação médica e psicológica, ensino de natureza superior e a investigação científica no contexto dos transportes, comunicações ou em áreas tecnológicas que se situem na envolvente tecnológica destas.



## SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.

A SAROS presta serviços na área da mediação com a categoria de agente de seguros nos ramos VIDA e NÃO VIDA. A atividade da SAROS foca-se na gestão da carteira de seguros das empresas do Grupo CP.



## TIP, A.C.E.

O TIP é responsável pela implantação e gestão de um sistema de bilhética comum e exclusivo das Agrupadas (CP, STCP e Metro do Porto) na área do grande Porto, bem como a definição da estrutura de tarifário intermodal comum e exclusiva, para os meios de transporte público de passageiros explorados direta ou indiretamente pelas entidades Agrupadas.



## OTLIS, A.C.E.

A OTLIS é responsável pelo desenvolvimento do projeto de telebilhética na área da Grande Lisboa em associação com outros parceiros internacionais de acordo com os compromissos assumidos pelas empresas que integram o agrupamento no âmbito da proposta global do referido projeto (OTLIS, A.C.E).

A CP detém ainda algumas participações minoritárias numa lógica de cooperação com outros Operadores.

## Relações Intragrupo

O quadro seguinte mostra os serviços que as empresas do Grupo prestam entre si:

Prestador	Serviço	Recetor				
		CP	EMEF	Fernave	EcoSaúde	SAROS
CP	Aluguer Edifícios Oficiais		<input checked="" type="checkbox"/>			
	Prestação Serviços (Contabilidade, Informática, Etc.)		<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Refaturação (limpeza de instalações, vigilância, <i>utilities</i> , etc.)		<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
EMEF	Serviços de Manutenção e Reparação de Material Circulante	<input checked="" type="checkbox"/>				
Fernave	Formação	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>			<input checked="" type="checkbox"/>
EcoSaúde	Serviços de medicina, higiene e segurança no trabalho e testes de alcoolemia e substâncias psicotrópicas	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>
SAROS	Mediação de Seguros	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	

# ENQUADRAMENTO DO ANO



## Contexto

Nos termos do artigo 4º do Regulamento n.º1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, as entidades cujos valores mobiliários estejam admitidos à negociação num mercado regulamentado devem elaborar as suas contas consolidadas de acordo com as normas internacionais de relato financeiro.

É neste contexto que a CP apresenta as suas demonstrações financeiras consolidadas que expressam a posição financeira e os resultados das operações do grupo como se de uma única entidade se tratasse, e pretendem evidenciar os resultados das operações que as empresas do grupo realizaram com terceiros.

A presente consolidação não terá impacto em termos fiscais, nomeadamente no que se refere a Impostos sobre o Rendimento, por se ter considerado que não existem expectativas de que o grupo venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados.

## Relato Não Financeiro

No que diz respeito ao Relato Não Financeiro do ano 2017, a CP elabora desde 2008 o seu Relatório de Sustentabilidade e publica-o no seu *site* em data posterior ao da publicação do Relatório & Contas ou Relatório Anual de Gestão. Em 2018, procederá do mesmo modo, de acordo com o Artº 3º do Decreto-Lei nº 89/2017 de 28 de julho.

## Enquadramento Macroeconómico

Em 2017, segundo estimativas disponíveis à data da elaboração deste relatório<sup>1</sup>, o PIB aumentou 2,7% em volume, mais 1,2 p.p. que o verificado no ano anterior. Esta evolução resultou do aumento do contributo da procura interna, refletindo principalmente a aceleração do Investimento, uma vez que a procura externa líquida apresentou um contributo idêntico ao registado em 2016. O turismo manteve a tendência crescente relativamente ao ano anterior.

No final do ano o grau de poupança dos agregados familiares atingiu os 12,2%, tendo o endividamento, tanto das empresas como dos particulares, registado uma redução ao longo dos 4 trimestres, apesar das taxas de juro se manterem em níveis historicamente baixos.

O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) registou uma taxa de variação média de 1,6% em 2017, superior aos 0,6% do ano anterior.

Com especial relevância para a procura de mobilidade, a taxa de desemprego manteve uma tendência decrescente, situando-se a taxa anual em 8,9%, uma diminuição de 2,2 p.p. em relação ao ano anterior.

<sup>1</sup> Banco de Portugal - Boletim Estatístico-jan 2018 e [www.INE.pt](http://www.INE.pt).

## Modelo de Governo

No dia 29 de junho de 2017 foi aprovada pelo Conselho de Ministros a nomeação de um novo Conselho de Administração para a CP com a seguinte constituição:

- ✔ Dr. Carlos Gomes Nogueira - Presidente
- ✔ Dr.ª Ana Maria dos Santos Malhó - Vogal
- ✔ Eng.º Sérgio Abrantes Machado - Vogal

Os Membros do Conselho de Administração da CP exercem cargos de Administradores nas seguintes empresas do Grupo CP:

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções - 2017		
	Entidade	Função	Regime (Pública/Privada)
Ana Maria dos Santos Malhó	EMEF	Vogal do C.A. (a)	Pública
	SIMEF	Presidente do C.A. (b)	Pública
Sérgio Abrantes Machado	EMEF	Presidente do C.A. (a)	Pública
	Nomad Tech	Gerente (b)	Privado

Notas: (a) Desde 20 de julho de 2017  
(b) Desde 01 de agosto de 2017

Em 21 de julho de 2017 a Administração da CP nomeou o novo Administrador Único para as Participadas FERNAVE, ECOSAÚDE e SAROS.

A scenic landscape featuring a hillside with a white building, a train on tracks, and a body of water. The hillside is covered in green vegetation and has a white building with a red-tiled roof. A train with blue and grey cars is on tracks in the foreground, and a body of water is at the bottom. A large green diagonal shape is overlaid on the right side of the image.

# DESEMPENHO DO ANO



## CP - Comboios de Portugal, E.P.E.

### Sumário Executivo

A CP - Comboios de Portugal E.P.E. encerrou o ano de 2017, com um total de 122 milhões de passageiros transportados e cerca de 250 milhões de euros em rendimentos de tráfego. Comparativamente com o ano anterior, viajaram nos comboios da CP mais 7,2 milhões de Clientes, enquanto os rendimentos de tráfego aumentaram 19,6 milhões de euros, correspondendo a incrementos de 6,3% e 8,5%, respetivamente. O crescimento do volume de passageiros foi transversal a todos os serviços da empresa.

Não obstante a ausência de Indemnizações Compensatórias, a CP manteve um EBITDA recorrente positivo em 14,6 milhões de euros, o que representou uma melhoria de 14,3 milhões de euros face a 2016.

O Resultado Financeiro registou uma melhoria de 11,2 milhões de euros, mercê, fundamentalmente, da diminuição do passivo financeiro. A empresa tem vindo a contar com o apoio financeiro do Estado destinado a assegurar, designadamente, o serviço da dívida e o financiamento dos investimentos.

O Resultado Líquido apresentou uma melhoria de 23% face ao ano anterior (+32,6 milhões de euros), passando de -144,6 milhões de euros, em 2016, para -112 milhões de euros em 2017.

### Atividade da CP em 2017

2017 foi um ano particularmente rico em actividades, destacando-se as seguintes:

#### Oferta / Operação

- ▶ Entrada ao serviço do Novo Alfa Pendular - entraram em circulação as três primeiras unidades remodeladas.
- ▶ Novos Horários entre Coimbra e Figueira - foram criados dois novos comboios (um por sentido) e melhorados os tempos de trajeto de alguns comboios na relação Coimbra-Figueira da Foz (urbanos de Coimbra).
- ▶ Novos Serviços na Linha de Guimarães - foram lançados três novos serviços aos dias úteis, no período de ponta da manhã.
- ▶ Comboio Raiano - foram criadas duas ligações diárias (uma em cada sentido) na linha do Leste entre as cidades do Entroncamento e de Badajoz, em Espanha.
- ▶ Comboio Histórico do Douro - contou com um total de 50 circulações entre 3 de junho e 29 de outubro (mais 10 do que em 2016).

- ✔ Comboio MiraDouro - novo serviço na Linha do Douro composto por seis carruagens *Schindler*, da década de 40 restauradas, com tração por meio de uma locomotiva *diesel* dos anos 60, que mantém todas as características da sua época original.
- ✔ Comboio Histórico do Vouga - circulou entre Aveiro e Macinhata do Vouga e volta, composto por material de via estreita com uma locomotiva *diesel* de 1964 e três carruagens de madeira dos primeiros anos do século XX.
- ✔ Ofertas Especiais - circulações adicionais disponibilizadas para diversos eventos. Destaca-se o reforço de oferta por ocasião das comemorações do Centenário das Aparições de Fátima.

## Tarifário e Bilhética

- ✔ Atualização Tarifária dos Serviços Urbanos - em 1 de janeiro de 2017, conforme decisão da Tutela, as tarifas dos serviços urbanos de Lisboa, Porto e Coimbra foram actualizadas em 1,5%.
- ✔ Alargamento do Zonamento Andante na rede dos Urbanos do Porto - alargamento geográfico da rede intermodal Andante no troço compreendido entre as estações da Travagem e da Trofa. De modo a permitir à CP a acomodação desta alteração, foi introduzido no referido troço, uma nova zona no zonamento Andante.

## Distribuição

- ✔ Bilheteira Online em versão Responsive - entrada em funcionamento da “nova” bilheteira *online*, mais “*user friendly*” em dispositivos móveis.
- ✔ Venda Online de bilhetes para Urbanos do Porto e Coimbra - a Bilheteira Online e a APP CP passaram a permitir a venda de bilhetes para os Urbanos do Porto e Coimbra em complemento às viagens de Alfa Pendular e Intercidades.

## Parcerias

- ✔ MobiCascais - protocolo com a autarquia de Cascais, para a criação de novos pacotes de mobilidade, com preços competitivos, que integram os diferentes modos de transporte, incluindo o estacionamento e circuitos de autocarro que interligam parques de estacionamento e os postos de bicicletas aos principais interfaces de transporte ferroviário do Concelho.
- ✔ Comboio mais Carro num Clique - parceria com a empresa de rent-a-car Budget, mediante a qual os clientes da CP beneficiam de 10% de desconto sobre a melhor tarifa online. Este desconto só é válido para reservas através do *site* CP.
- ✔ Parceria CP / Santander Totta - parceria com o objetivo de promover a utilização do comboio para as deslocações dos Estudantes Universitários.
- ✔ “Viagens com Livros” - oferta de um livro para ler ao longo da viagem dos comboios Alfa Pendular de Braga, que decorreu da parceria entre a CP e a Cetelem.

## Comunicação

- Campanha “CP. Sempre Em Movimento” - com o objetivo de potenciar a nova imagem do serviço Alfa Pendular e de ganhar notoriedade competitiva para a Marca.
- Campanha de Descontos Alfa Pendular e Intercidades - com o claim “Sempre à Distância de Um Desconto”, abordou os atributos Preço e Origem/Destino para o serviço de Longo Curso, com foco no Bilhete Jovem e Promo.
- Campanha Internacional - Lusitânia, Sud Expresso e Celta - sob o tema “A melhor escolha para as suas férias”, pretendeu gerar o interesse e apetência para “escapadinhas” através da utilização do serviço Internacional (Sud, Lusitânia e Celta), dando destaque ao preço competitivo para cada destino.
- Presença na Web Summit - sob o tema “*Travel by Train. Get Inspired*”, a CP participou na Web Summit. O *stand* refletia o interior do novo Alfa Pendular e na janela foi aplicado um LCD, para passagem do filme da campanha de Marca CP e de uma apresentação dos principais produtos, adequados ao *target* deste evento.

## Qualidade

- Renovação da Certificação da Qualidade - a CP renovou a certificação do seu Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) de acordo com a norma ISO 9001:2015.

## Gestão do Património

- Beneficiação de Instalações Operacionais - inserida nas ações de beneficiação geral e renovação de equipamentos em instalações operacionais, destaca-se a conclusão da beneficiação do dormitório operacional da Guarda.
- Eletrificação da Linha de Lavagem do Parque de Material do Entroncamento - prolongamento da catenária e instalação de um sistema de encravamento de chaves para garantir a segurança dos colaboradores na operação de lavagem do Parque de Material do Entroncamento.
- Beneficiação da via-férrea nos Parques de Material de Campolide e Entroncamento - foram concluídas as empreitadas de beneficiação das linhas de acesso às oficinas de Campolide e a linha de acesso ao torno de fosso do Entroncamento, compreendendo a substituição de diversos elementos de via-férrea.

## Responsabilidade Social

- Move2Learn, Learn2Move - a CP aderiu à iniciativa da Comissão Europeia, promovida por ocasião do 30º aniversário do programa Erasmus, que permitiu a perto de cinco mil jovens, entre os 16 e os 19 anos, visitarem outros países da União Europeia, seja individualmente ou com a turma da escola, viajando em transportes públicos.
- Festival Internacional de Cinema Ferroviário - a 22.ª Edição do CineRail, Festival Internacional de Cinema Ferroviário decorreu em Lisboa, no Cinema S. Jorge, numa organização da UIC - União Internacional de Caminhos de Ferro, em colaboração com entidades nacionais e internacionais.

- ✔ Novas Regras da Prestação do Serviço Integrado de Mobilidade (SIM) - o Serviço SIM foi reestruturado, alargando a prestação de serviço de assistência no embarque a Clientes com Necessidades Especiais (CNE) que se façam deslocar em cadeira de rodas, de 63 para cerca de 130 estações.
- ✔ Jornadas Europeias do Património - a CP foi co-organizadora das Jornadas Europeias do Património, que tiveram como objetivo demonstrar a importância da preservação do património e promover os programas que associam o património edificado e a natureza, quer na região do Douro, quer no Minho.
- ✔ Subscrição da carta de Princípios do BCSD Portugal - este documento estabelece os princípios que constituem as linhas orientadoras para uma boa gestão empresarial, de acordo com padrões éticos, sociais, ambientais e de qualidade.

## Gestão dos Meios

### Recursos Humanos

A CP terminou o ano de 2017 com 2 709 trabalhadores vinculados, ou seja, menos 28 trabalhadores que no final do ano anterior.

Durante o ano de 2017 entraram no quadro da empresa 25 colaboradores, 22 dos quais por recrutamento. Saíram da empresa 53 trabalhadores, maioritariamente por revogação do contrato de trabalho por mútuo acordo.

As taxas de absentismo e de trabalho extraordinário registaram uma redução em 2017, respectivamente para 6,87% e 12,87%. Estas variações justificaram-se, essencialmente, pelos processos de recrutamento realizados, que permitiram reforçar o efetivo operacional.

Em 2017 a Empresa manteve a aposta na valorização dos seus trabalhadores, através, nomeadamente, da formação de ciclo formativo no âmbito da segurança da circulação, ao nível de aperfeiçoamentos de carácter técnico e regulamentar. Foram realizadas 445 ações de formação, tendo a grande maioria sido ministrada através da Fernave, empresa do grupo CP.

### Frota

No final de 2017 o parque total de material motor e rebocado da CP era constituído por 795 unidades. Destas, 374 unidades encontravam-se afetas ao parque ativo, 327 unidades integravam o parque de material inoperacional e 94 unidades constituíam material de utilização pontual, do Comboio Histórico, do comboio socorro ou encontravam-se cedidas à Fundação Nacional Museu Ferroviário.

O parque ativo de material circulante em serviço comercial era composto por 189 automotoras elétricas, 50 automotoras *diesel*, 24 locomotivas elétricas, 7 locomotivas *diesel* e 104 carruagens. Neste parque encontravam-se incorporadas 20 automotoras *diesel* das séries 592 e 592.2, alugadas à RENFE

A manutenção da maior parte do material circulante é desenvolvida nas oficinas da EMEF, empresa participada da CP. A manutenção da série de locomotivas 5600 é prestada pelo SIMEF, ACE.

## Procura e Oferta

Em 2017 foram transportados pela CP cerca de 122 milhões de passageiros, correspondendo a um aumento de 6,3% relativamente a 2016 e representando, em termos absolutos, um acréscimo de aproximadamente 7,2 milhões de passageiros transportados.

Este crescimento da procura foi transversal a todos os serviços da CP, destacando-se o Serviço de Longo Curso com um crescimento de 6%, aproximando-se dos 6,4 milhões de passageiros transportados e o Serviço Urbano de Lisboa com um crescimento de 7,3%, ou seja, mais 5,6 milhões de passageiros.

Para estes resultados contribuíram, não só, as diversas ações de carácter comercial e de combate à fraude como o incremento do turismo, o clima de paz laboral e a recuperação dos indicadores económicos do País.

Passageiros (*10 <sup>3</sup> )	2017	2016	2015	2017-2016	2017 /2016
Serv. Urbano Lisboa	83 005	77 375	75 865	5 630	7,3%
Serv. Urbano Porto	21 591	20 794	20 060	797	3,8%
Serv. Longo Curso	6 388	6 025	5 508	363	6,0%
Serv. Regional	11 044	10 647	10 591	397	3,7%
TOTAL	122 028	114 841	112 024	7 187	6,3%

Em 2017 a oferta da CP avaliada em Comboios\*Quilómetro foi de 29.129 milhares de CK, valor semelhante ao registado no ano anterior.

Verificaram-se alguns ajustamentos à oferta, descritos no capítulo “Atividade da CP em 2017”.

Comboios Quilómetro (*10 <sup>3</sup> )	2017	2016	2015	2017-2016	2017 /2016
Serv. Urbano Lisboa	6 651	6 670	6 644	-19	-0,3%
Serv. Urbano Porto	4 601	4 604	4 565	-4	-0,1%
Serv. Longo Curso	8 592	8 593	8 534	-2	0,0%
Serv. Regional	9 286	9 260	9 091	25	0,3%
TOTAL	29 129	29 128	28 834	1	0,0%

## Proveitos

Os proveitos de tráfego aproximaram-se em 2017 dos 250 milhões de euros, representando um acréscimo de 19,6 milhões de euros face ao ano anterior (+8,5%).

Os proveitos acompanharam a tendência de crescimento da procura sendo influenciados pelo maior peso relativo dos títulos ocasionais e do Serviço de Longo Curso. De considerar ainda o aumento tarifário dos serviços urbanos de Lisboa, Porto e Coimbra em 1,5% em janeiro de 2017.

Proveitos Tráfego (*10 <sup>3</sup> €)	2017	2016	2015	2017-2016	2017 /2016
Serv. Urbano Lisboa	86 322	78 396	75 058	7 926	10,1%
Serv. Urbano Porto	26 925	25 189	24 704	1 736	6,9%
Serv. Longo Curso	107 085	98 616	92 725	8 469	8,6%
Serv. Regional	29 585	28 121	28 072	1 464	5,2%
TOTAL	249 916	230 322	220 558	19 594	8,5%

## Investimentos

A CP realizou em 2017 um total de 16,3 milhões de euros em investimentos, 84% dos quais destinados a material circulante.

Considerando as restrições financeiras, as decisões de investimento foram, tal como nos últimos anos, avaliadas na perspectiva de assegurar as intervenções indispensáveis para garantir a segurança e a operacionalidade do material circulante, dos sistemas, dos equipamentos e das instalações ferroviárias ou para conclusão de projetos que já estivessem em curso.

No material circulante, os investimentos mais relevantes continuaram a ser em “Grandes Reparações R2+R3”, com um valor de 7,9 milhões de euros, relativos a intervenções de manutenção programada em várias séries de material e na “intervenção de meia-vida dos CPA”, no valor de 4,3 milhões de euros, com a entrega das primeiras três unidades intervencionadas.

## Resultados

(valores em milhares de euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS		Variação 2017/2016	
	REAL 31-12-2017	REAL 31-12-2016	Valor	%
Vendas e serviços prestados	258 650	239 243	19 407	8%
Subsídios à exploração	21	17	4	22%
Outros rendimentos	23 469	26 757	-3 288	-12%
	282 140	266 017	16 122	6%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-6 243	-5 460	-783	-14%
Fornecimentos e serviços externos	-159 350	-158 701	-649	0%
Gastos com o pessoal (s/ Indemnizações e acordo de variáveis)	-98 514	-96 683	-1 831	-2%
Outros gastos	-3 407	-4 830	1 423	29%
	-267 514	-265 674	-1 840	-1%
Resultado operacional da atividade de transportes* (EBITDA)	14 626	344	14 282	4156%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-56 860	-55 362	-1 498	-3%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	574	856	-282	-33%
Indemnizações por rescisão	-1 360	-2 689	1 329	49%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	6 960	3 257	3 703	114%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-412	-266	-146	-55%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-437	-290	-147	-51%
Provisões (aumentos/reduções)	-144	-11 497	11 353	99%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0	1 684	-1 684	-100%
Outros rendimentos (reclassificação por impostos diferidos)	0	11 025	-11 025	-100%
Outros rendimentos (venda equip. básico/sucata)	801	0	801	s/s
Outros rendimentos (venda Praia da Maçãs)	729	0	729	s/s
Outros rendimentos (reconhecimento valor venda CPCarga)	0	1 634	-1 634	-100%
Outros rendimentos (subs invest. reconhecidos em resultado de material abatido)	0	276	-276	-100%
Outros gastos (abate Ed. Terr. Paço - Desp_10759-A/2016)	0	-1 998	1 998	100%
Outros gastos (outros abates de material circulante)	0	-2 596	2 596	100%
Aumento/Reduções de justo Valor	0	1 292	-1 292	-100%
Resultado operacional	-35 523	-54 331	18 807	35%
Juros e rendimentos similares obtidos	467	1 048	-581	-55%
Juros e gastos similares suportados	-76 571	-88 331	11 760	13%
Resultado financeiro	-76 104	-87 283	11 179	13%
Resultado antes de impostos	-111 627	-141 614	29 987	21%
Imposto sobre o rendimento do período	-324	-2 951	2 626	89%
Resultado líquido do período	-111 952	-144 565	32 614	23%

\* Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações não relacionadas com a atividade da empresa.

O *Resultado Líquido* da CP de 2017 apresentou uma melhoria de 23% face ao ano anterior (32,6 milhões de euros), passando de -144,6 milhões de euros, em 2016, para -112 milhões de euros em 2017.

Esta variação positiva ficou a dever-se, fundamentalmente, ao crescimento registado nas vendas e serviços prestados relacionados com o transporte de passageiros, conforme analisado anteriormente, e à melhoria do resultado financeiro, decorrente, designadamente, da diminuição do passivo financeiro da empresa.

O *EBITDA* recorrente em 2017 foi positivo em 14,6 milhões de euros, o que representou uma melhoria de 14,3 milhões de euros face ao ano anterior.

O *Resultado Operacional* de 2017, no valor de -35,5 milhões de euros, registou uma melhoria de 18,8 milhões de euros face a 2016.

Contribuíram para esta situação, para além do acréscimo registado nas *Vendas e Serviços Prestados*, o aumento dos *Ganhos Imputados de Subsidiárias* em 3,7 milhões de euros, em virtude da melhoria dos resultados das empresas participadas.

Os *Gastos com Pessoal* (sem indemnizações) registaram um aumento de 1,8 milhões de euros, em resultado da reversão total da redução remuneratória temporária (durante o 1º, 2º e 3º trimestres de 2016 a reversão fora de, respetivamente, 40%, 60% e 80% e atingiu os 100% a partir de 1 de outubro de 2016), bem como da reposição parcial das progressões e acréscimo de outros abonos. De referir ainda, a diminuição do efetivo a cargo.

Ao nível dos *Fornecimentos e Serviços Externos* destacam-se os acréscimos registados nas rubricas de deslocações e estadas (+2,7 milhões de euros), vigilância / segurança (+0,5 milhões de euros), utilização da infraestrutura (+0,4 milhões de euros) e publicidade (+0,4 milhões de euros), ainda que parcialmente compensados pela diminuição dos gastos com energia de tração (-3,5 milhões de euros), em virtude da renegociação do contrato de fornecimento de energia, passando os gastos de energia a ser faturados diretamente à Medway, S.A.



## EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.

### Sumário Executivo

A EMEF fechou o exercício de 2017 registando, pelo quarto ano consecutivo, um Resultado Líquido positivo (5,9 milhões de euros, 2,4 milhões de euros melhor que o ocorrido em 2016). O EBITDA (sem indemnizações por rescisão) também ele foi positivo, tendo-se fixado nos 9,8 milhões de euros (+72% que no ano anterior).

No ano de 2017 verificou-se um aumento de 14% no volume de negócios, acompanhado por acréscimos de 2% e 12%, respetivamente, no efetivo médio total e nos gastos operacionais variáveis (consumos faturáveis e subcontratos). A produtividade do trabalho na Empresa teve um aumento de 20% face ao ano anterior, quando medida pelo indicador VAB per capita.

O ano de 2017 ficou marcado pelos seguintes acontecimentos:

- A Autoridade da Concorrência decidiu em novembro de 2017 proceder ao arquivamento do processo referência DA/2015/8, dado não terem sido apurados indícios da existência de práticas restritivas da concorrência;
- Foram desenvolvidos modelos estratégicos de reestruturação da empresa e efetuadas as respetivas avaliações económico-financeiras;

- ✔ Foi consolidada em dezembro de 2017 a separação do Parque Oficinal Norte em duas Unidades Orgânicas autónomas: o Parque Oficinal Norte, que inclui os estabelecimentos de Contumil, Sernada do Vouga e Mirandela e o Parque Oficinal de Guifões, com estabelecimento único em Guifões, dedicado à manutenção e reparação das frotas do Metro do Porto;
- ✔ A empresa decidiu em junho de 2017 reincorporar os serviços de Saúde e Segurança no Trabalho na Área de Qualidade e Ambiente da empresa;
- ✔ Foi estabelecido em setembro de 2017 um contrato de abertura de crédito com o Banco Popular, sob a forma de descoberto bancário até ao limite máximo de 2 milhões de euros.

## Operação

Os serviços prestados pela EMEF continuaram a caracterizar-se por uma oferta de manutenção integral das frotas dos seus Clientes, abrangendo três segmentos principais:

- ✔ Reparação e a modernização de veículos ferroviários, e dos seus componentes e equipamentos, segmento com características predominantes de produção industrial;
- ✔ Manutenção corrente do material circulante, com características de resposta orientada para suporte direto à operação ferroviária dos operadores, tendo associados níveis de serviço para cada tipo de operação, nomeadamente disponibilidade e fiabilidade;
- ✔ Reabilitação de material circulante.

Complementarmente à sua atividade principal, a Empresa assegurou ainda:

- ✔ O serviço de prevenção permanente para intervenções de emergência envolvendo o material circulante e as operações de socorro em linha, sempre que necessário;
- ✔ A realização de ensaios de calibração em equipamentos de monitorização e medição, quer para utilização interna quer para clientes externos;
- ✔ A realização de análises de óleos, lubrificantes e isolantes, para caracterização do seu estado e o dos equipamentos que lubrifica, quer utilizados na manutenção efetuada pela EMEF, quer para clientes externos.

## Reparação e Modernização

Esta atividade continuou a integrar os tipos de reparações programadas no material motor e rebocado de passageiros (reparações tipo R), no material rebocado de mercadorias (reparações de segurança - RS e RSP) e nos equipamentos (reparações gerais - RG e reparações intermédias - RI), outras reparações por causas imprevistas ou acidentais sobre os veículos ferroviários (reparações por avaria - RAV e reparações por acidente - RAC) e ainda modificações/modernizações no material circulante de acordo com o pedido específico dos clientes.

O plano de reparações para o Cliente CP sofreu, no início de 2017, uma redução relativamente às necessidades planeadas por aquele cliente em virtude das dificuldades de contratação de mão-de-obra que se verificaram e que se mantiveram ao longo do ano.

Deu-se continuidade à intervenção R1 aos CPA4000, com a entrega das três primeiras unidades modernizadas. No final do ano encontrava-se em curso a intervenção no quarto CPA.

Em termos de reparações de material motor e rebocado de passageiros, foram concluídos 21 Rs à frota do Cliente CP (12 em carruagens, 4 em automotoras elétricas, 1 em locomotivas *diesel* e 4 em automotoras *diesel*) e 2 LPs a CPA4000. Foram ainda realizados 2 Rs a automotoras 592 para o Cliente RENFE.

Do plano de reparações de vagões foram apenas realizados 344 RSP dos 380 planeados à frota do Cliente MEDWAY, em virtude da insuficiência de mão-de-obra. Foram ainda realizados 34 RSP a vagões de outros clientes.

Relativamente ao contrato celebrado entre a EMEF e a Metro do Porto para prestação de serviços relativos à revisão geral dos 960.000 Km em 35 veículos da sua frota Eurotram, foram efetuadas em 2017 23 intervenções e encontravam-se em curso 2 intervenções no final do ano. A 5 de dezembro o Metro do Porto exerceu o seu direito de opção de realização da revisão Geral dos 960.000Km em 5 veículos adicionais, para além dos 35 iniciais.

No seu conjunto, o segmento da reparação permitiu à Empresa realizar, em 2017, rendimentos de 37.394 milhares de euros, o que correspondeu a 51,9% do valor de rendimentos globais da Empresa e a uma melhoria em 33% relativamente a 2016.

## Manutenção

Esta atividade continuou a ser desenvolvida nos Parques Oficiais e na Unidade de Manutenção de Alta Velocidade abrangendo os estabelecimentos oficiais localizados no Norte (Contumil, Guifões, Sernada do Vouga e Mirandela), no Centro (Entroncamento) e no Sul (Barreiro, Poceirão, Vila Real de Santo António, Campolide, Santa Apolónia e Oeiras).

O objetivo desta atividade centrou-se no cumprimento dos programas de manutenção constantes dos contratos específicos da frota/segmento de mercado de cada cliente: CP, Medway, Metro do Porto e RENFE.

Estes programas foram genericamente cumpridos para todas as frotas com manutenção contratada. Os valores de disponibilidade e de fiabilidade alcançados foram ligeiramente inferiores aos conseguidos nos anos anteriores, ainda que da mesma ordem de grandeza, em virtude das dificuldades sentidas na prestação de serviço devido à escassez de mão-de-obra.

Em paralelo, continuou a ser prestado o serviço de manutenção sazonal aos comboios históricos do cliente CP e procedeu-se à preparação e acompanhamento técnico das viagens do comboio do projeto "*The Presidential*" durante as suas duas edições anuais.

No seu conjunto, o segmento da manutenção corrente permitiu à Empresa realizar, em 2017, rendimentos de 34.272 milhares de euros, o que correspondeu a 47,6% do valor de rendimentos globais da Empresa e representou uma ligeira redução (-1%) relativamente a 2016.

## Reabilitação

Nesta vertente são de destacar os seguintes projetos:

- ✔ Conclusão do projeto de recolocação em condições operacionais de 6 carruagens Schindler para exploração turística no comboio Miradouro;
- ✔ Conclusão do projeto de restauro da locomotiva de via estreita 9004 e de 3 carruagens de madeira afetas ao comboio histórico da linha do Vouga;
- ✔ Restauro da locomotiva a vapor de via estreita E214 para o serviço na linha do Vouga.

## Engenharia, Inovação e Desenvolvimento

A atividade da Engenharia em 2017 esteve muito focada na revisão e/ou definição de especificações de compra de materiais (nomenclaturas), bem como em pareceres relativos à conformidade após reparação e/ou intervenção de manutenção, e ainda na revisão de documentação de suporte à atividade.

Por outro lado, foi dada continuidade ao esforço de disponibilização de informação técnica aos vários centros de produção, procurando assim contribuir para a otimização e uniformização dos processos.

Foi ainda assegurada a participação em diversos fóruns técnicos ferroviários ("Implementação ETI's" promovidas pelo IMT e reuniões da CTE9 e CT143 promovidas pela APNCF).

Na área de Metalurgia, Soldadura e Ensaio não Destrutivos foi dada continuidade às ações de qualificação de soldadores e de formação em ensaios não destrutivos.

## No âmbito da Internacionalização

Prosseguiu a consolidação da gestão comercial suportada em SAP SD (cotações), alargando-a a todas as áreas orgânicas da Empresa e à maioria dos clientes, o que se traduziu numa melhor eficácia e eficiência na gestão do negócio.

## Recursos Humanos

No final de 2017 (31 de dezembro), a EMEF contava com 1.036 colaboradores ao serviço, representando uma redução de 1% face ao final de 2016 (1.048).

O absentismo situou-se nos 8,89%, tendo diminuído 0,07 p.p. relativamente a 2016. A principal causa de absentismo foi a doença. O trabalho suplementar, aumentou 0,99 p.p. face ao ano anterior, motivado pelo acréscimo de laboração.

No âmbito do desenvolvimento de competências profissionais, a EMEF continuou a apostar na concretização de um plano de formação transversal, integrando trabalhadores de vários órgãos da Empresa, tendo para isso recorrido a formação externa.

## Proveitos

O Volume de Negócios da EMEF registou em 2017 um crescimento de cerca de 14,3% face a 2016.

Em termos da evolução do volume de negócios por cliente, a CP, a MEDWAY e o Metro do Porto continuam a ser os clientes mais importantes da empresa. Os três em conjunto representaram 91% das vendas e prestações de serviço da empresa.

Cliente	Valor em € 2017	Valor em € 2016	%
CP	44 871 754	38 907 474	62%
MEDWAY	8 683 605	13 144 619	12%
PROMETRO/METRO DO PORTO	12 002 134	5 707 789	17%
EMEF / SIEMENS ACE	3 582 254	3 192 511	5%
RENFE	1 288 257	1 187 354	2%
INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL	562 407	500 444	1%
Outros	1 080 591	404 617	1%
<b>Total</b>	<b>72 071 002</b>	<b>63 044 806</b>	

Em 2017 o segmento da reparação foi o mais representativo, tendo registado um crescimento de 33% face ao ano anterior.

Segmento de Atividade (Valores em €)	2017	2016	Variação	
			Valor	%
Reparação*	37 394 380	28 089 448	9 304 932	33%
Manutenção*	34 271 932	34 474 099	-202 167	-1%
Reabilitação*	371 944	445 598	-73 654	-17%
<b>TOTAL</b>	<b>72 038 257</b>	<b>63 009 145</b>	<b>9 029 111</b>	<b>14%</b>

\* Vendas + SP + VIP

## Investimentos

Prosseguindo uma política de contenção nos investimentos, os mesmos confinaram-se aos equipamentos estritamente necessários para a prossecução da atividade da empresa, ascendendo em 2017 a cerca de 514 mil euros (-24% que em 2016).

## Resultados

(valores em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS		Variação	
	31-12-2017	31-12-2016	Valor	%
Vendas e serviços prestados	72 071 002	63 044 806	9 026 196	14,3%
Subsídios à exploração	2 073	0	2 073	N.A.
Ganho/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	627 865	426 394	201 471	47,3%
Variação nos inventários de produção	-32 745	-35 661	2 915	8,2%
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	N.A.
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-20 138 665	-17 827 250	-2 311 416	-13,0%
Fornecimentos e serviços externos	-14 970 494	-15 529 870	559 376	3,6%
Gastos com o pessoal	-27 053 205	-25 495 239	-1 557 965	-6,1%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-775 990	-59 398	-716 592	-1206,4%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-1 019 811	-33 514	-986 297	-2942,9%
Provisões (aumentos/reduções)	-19 813	30 247	-50 060	-165,5%
Outros rendimentos e ganhos	2 320 011	2 730 503	-410 492	-15,0%
Outros gastos e perdas	-1 584 590	-1 846 790	262 200	14,2%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	9 425 637	5 404 228	4 021 409	74,4%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-973 800	-1 020 879	47 079	4,6%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	8 451 837	4 383 350	4 068 488	92,8%
Juros e gastos similares suportados	-431 587	-476 845	45 258	9,5%
Resultado antes de impostos	8 020 250	3 906 504	4 113 746	105,3%
Imposto sobre o rendimento do período	-2 099 349	-406 577	-1 692 771	-416,3%
Resultado líquido do período	5 920 902	3 499 927	2 420 975	69,2%

A EMEF obteve em 2017 um Resultado Operacional positivo de 8.452 milhares de euros, o que representou um acréscimo de 4.068 milhares de euros relativamente ao ano transato (+93%). Esta evolução é justificada pelo incremento dos rendimentos operacionais da empresa, ainda que parcialmente compensada pelo aumento dos gastos operacionais.

O aumento dos gastos operacionais está diretamente relacionado com o acréscimo de actividade, designadamente no que se refere à rubrica de Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (+2,3 milhões de euros).

Os Gastos com Pessoal registaram um aumento de 1,6 milhões de euros, decorrente do acréscimo do efetivo médio, da reposição total dos cortes nos vencimentos e das indemnizações por rescisões de contrato de trabalho por mútuo acordo.

De referir ainda a evolução da rubrica de Perdas por Imparidade de Dívidas a Receber, justificada essencialmente pela criação de imparidade relativa à dívida do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. no valor aproximado de 1 milhão de euros.



## FERNAVE - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria Em Transportes e Portos, S.A.

### Sumário Executivo

A Fernave celebrou em 2017 o seu 25º aniversário, tendo vindo a contribuir ao longo dos anos para a avaliação, capacitação e elevação das competências dos profissionais do setor dos transportes e suas áreas envolventes, quer por via da sua atividade *core*, a formação, quer das atividades associadas, como seja, o recrutamento, avaliação psicológica e a consultoria (nomeadamente em recursos humanos).

No âmbito da implementação de um novo modelo de funcionamento, que procurará criar condições para que a empresa seja sustentável, económica e financeiramente, foi iniciado um processo de redução de gastos fixos, aligeirando a estrutura de gastos e passando o modelo de atividade a basear-se numa perspetiva de gastos variáveis.

Neste contexto, em 2017, abandonou-se a presença em instalações fixas arrendadas no Entroncamento e Porto e o quadro de meios humanos afetos foi reduzido.

Ainda assim, a Fernave terminou o ano com um resultado líquido negativo de 287,3 milhares de euros, registando um agravamento face ao ano anterior, em virtude do decréscimo de atividade relativamente a 2016, ano em que se haviam registado formações iniciais da CP de longa duração.

### Operação

#### Formação

Durante o ano, participaram em ações de formação na Fernave, 3.681 formandos, oriundos de várias empresas, mas também particulares (principalmente na área rodoviária), correspondendo a um incremento de cerca de 32%.

O número de ações realizadas registou um incremento de 35% face ao ano anterior. O número de horas de formação foi no entanto inferior ao do ano anterior (-48%), situando-se o volume de formação nas 81.301 H.F (-56%), uma vez que grande parte das ações realizadas foram de “curta duração”.

#### Avaliação Psicológica

No âmbito da psicologia (exames de seleção, de controlo periódico e de avaliação psicológica) foram realizados 742 exames, valor sensivelmente idêntico ao verificado em 2015, mas correspondendo a uma redução face a 2016, em que se haviam realizado vários processos de recrutamento, designadamente na CP.

## Consultadoria

A atividade de consultadoria durante o ano de 2017 sofreu um decréscimo de 33% relativamente a 2016.

## Gestão dos Meios

### Efetivo

No final do exercício de 2017 a Fernave contava com 18 trabalhadores ao serviço, dos quais 5 em regime de cedência, sendo a empresa de origem a CP. Relativamente a 2016 a empresa terminou o ano com menos dois colaboradores, encontrando-se um deles em funções autárquicas e tendo outro regressado à empresa de origem.

A taxa de absentismo situou-se nos 14,26% devido ao número expressivo de baixas médicas prolongadas. No exercício de 2017 não se registou qualquer acidente de trabalho.

## Proveitos

Em 2017 a FERNAVE registou um significativo decréscimo da actividade face a 2016 (-60%), ano em que ocorreram diversos processos de recrutamento e formação inicial da CP. Essa diminuição foi transversal às várias áreas de actividade, com especial ênfase na da Formação.

Proveitos	2017	2016	Variação	
			Valor	%
Formação	650 586	1 607 508	-956 922	-60%
Psicologia	34 566	67 881	-33 315	-49%
Consultadoria	10 300	66 901	-56 601	-85%
Outros Serviços	4 786	960	3 826	399%
<b>TOTAL</b>	<b>700 238</b>	<b>1 743 250</b>	<b>-1 043 012</b>	<b>-60%</b>

## Resultados

A Fernave encerrou o exercício de 2017 com um Resultado Líquido de -287,3 milhares de euros (-58,6 milhares de euros em 2016).

O Resultado Operacional foi negativo em 186,5 milhares de euros e EBITDA situou-se nos -162,6 milhares de euros.

O rácio de cobertura das principais rubricas de gastos operacionais (FSE + Gastos com Pessoal) pelo volume de negócios situou-se nos 69%, representando uma acentuada diminuição face ao valor registado em 2016 (113%), justificada, conforme abordado anteriormente, pela substancial redução do volume de serviços prestados, apesar da redução dos Fornecimentos e Serviços Externos em 44% e dos Gastos com Pessoal em 24%.

Os financiamentos do acionista no final do ano ascendiam a 2,6 milhões de euros, valor idêntico a 2016. O custo médio do financiamento no ano foi ligeiramente inferior ao de 2016 devido às oscilações favoráveis da taxa de juro.

(valores em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS		Variação 2017/2016	
	31-12-2017	31-12-2016	Valor	%
Vendas e serviços prestados	700 238	1 743 250	-1 043 012	-60%
Fornecimentos e serviços externos	-410 109	-733 088	322 979	44%
Gastos com o pessoal	-610 051	-805 534	195 483	24%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	1 015	7 506	-6 491	-86%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	17 166	-111 101	128 267	115%
Outros rendimentos e ganhos	151 581	9 452	142 129	1504%
Outros gastos e perdas	-12 411	-36 370	23 959	66%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-162 571	74 115	-236 686	-319%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-23 932	-24 217	285	1%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-186 503	49 898	-236 401	-474%
Juros e gastos similares suportados	-95 644	-96 738	1 094	1%
Resultado antes de impostos	-282 147	-46 840	-235 307	-502%
Imposto sobre o rendimento do período	-5 141	-11 734	6 593	56%
Resultado líquido do período	-287 288	-58 574	-228 714	-390%



## Ecosaúde - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.

### Sumário Executivo

No ano de 2017 a ECOSAÚDE atingiu pela terceira vez consecutiva EBITDA, Resultado Operacional e Resultado Líquido do exercício positivos.

Esta circunstância foi precedida de um processo de reestruturação empresarial iniciado no ano de 2009, onde a empresa racionalizou a sua estrutura de gastos operacionais, em FSE e Pessoal, e ao mesmo tempo otimizou a eficácia operacional. Foram igualmente renovadas as instalações dos dois principais polos regionais da empresa: Lisboa e Porto, o que permitiu aumentar a qualidade dos serviços prestados.

No ano de 2017 a empresa registou uma ligeira redução do volume de negócios e do nível de atividade, respectivamente, com menos 3% e menos 4% que no ano anterior.

De referir que durante o ano de 2016 a empresa perdera clientes muito importantes: GRUPO INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, MEDWAY e CONTEINENTAL TEVES. Em conjunto, estes contratos haviam representado em 2016 um volume de vendas de cerca de 240 milhares de euros, 11% das vendas daquele ano. Foram, no entanto, angariados em 2017 novos negócios que permitiram cobrir uma grande parte desta perda.

## Operação

A ECOSAÚDE desenvolve a sua atividade em diversas áreas do conhecimento, que no seu conjunto e de forma integrada, contribuem para a melhoria das condições de trabalho e do bem-estar e, por consequência, para o aumento da produtividade das empresas suas clientes no médio e longo prazo.

### Medicina no Trabalho

Através da vigilância e acompanhamento por Médicos Especialistas de Medicina do Trabalho, Enfermeiros de Trabalho e outros Técnicos de Saúde, a Ecosaúde implementa ações de prevenção de riscos para a saúde do trabalhador e ações de mitigação da doença profissional. No ano de 2017 foram realizados 12.200 atos médicos, menos 3% que no ano anterior.

### Segurança no Trabalho

As atividades de auditoria de segurança no trabalho e consultadoria de segurança permitem aos Clientes melhorar as condições de trabalho e a prevenção de acidentes e incidentes de trabalho, mitigando as nefastas consequências humanas e patrimoniais destas ocorrências. No ano de 2017 realizaram-se 2.081 intervenções nesta valência, o que representou um acréscimo de cerca de 49%, face ao verificado em 2016.

### Prevenção e Controlo de Dependências

Tendo como principais objetivos a inibição da influência negativa do consumo de álcool e drogas no ambiente de trabalho, assim como apoiar a assistência a trabalhadores afetados pelos consumos excessivos destas substâncias, realizaram-se 10.672 intervenções de controlo durante o ano de 2017, -11% que no ano de 2016, devido à perda de um grande Cliente (Grupo IP) no mês de abril de 2016.

### Gestão de Sinistros

No âmbito da Gestão de Sinistros, foram prestados 768 atos médicos de acompanhamento e tratamento de acidentes de trabalho e de passageiros.

A empresa tem igualmente em regime de prevenção e disponibilidade permanente, no âmbito dos Planos de Emergência Ferroviária da CP, um Gabinete de Emergência, dotado de um conjunto de profissionais de saúde e segurança que prestam serviços de auxílio e informação aos passageiros. Durante o ano de 2017 o Gabinete de Emergência Ferroviária não foi ativado.

## Especialidades Médicas

Para complementar a atividade da saúde no trabalho, a empresa apoia as organizações e os seus colaboradores através da prestação de serviços de saúde em diversas especialidades médicas, criando condições para a prevenção, deteção e tratamento de cada situação. No ano de 2017 foram realizadas 3.310 consultas de especialidade, 71 tratamentos de enfermagem e 1.936 tratamentos de fisioterapia.

## Formação

A atividade formativa nas áreas de Segurança e Saúde tem por objetivo estimular a cultura de segurança e saúde, assim como desenvolver as condições de trabalho. Neste sentido, a Ecosaúde presta serviços de formação interempresas, nas temáticas e conteúdos transversais a todas as organizações e sectores de atividade, mas também ministra formação intraempresa, à medida das necessidades específicas de cada organização.

No ano de 2017 foram realizadas 58 Ações de formação, com um volume de formação de 8.436 horas, ministradas a um universo de 646 Formandos.

No âmbito da parceria celebrada entre a Ecosaúde e a Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa, foi iniciada no quarto trimestre de 2017 a 3ª Pós-Graduação em Enfermagem do Trabalho.

## Resumo da Atividade

Indicadores de atividade	Ano 2017	Ano 2016	Ano 2015	Ano 2014
Medicina do trabalho (atos médicos)	12 200	12 642	13 289	11 602
Segurança no trabalho (intervenções de condições de trabalho)	2 081	1 395	1 310	1 335
Prevenção e controlo de dependências (testes nos locais de trabalho)	10 672	12 062	13 650	12 410
Especialidades médicas e de enfermagem	3 381	3 888	4 171	4 410
Gestão de sinistros (consultas e tratamentos de AT's)	768	1 051	1 076	1 123
Formação - Volume de horas de formação	8 436	13 169	5 905	6 883
Formação - N.º de ações formação	58	93	57	74
Formação - N.º de formandos	646	1 059	635	758

## Recursos Humanos

A empresa dispõe de 27 colaboradores no quadro (21 contratados sem termo, 4 a termo certo e 2 a termo incerto) e 60 prestadores de serviços altamente qualificados.

A taxa de absentismo situou-se nos 4,5% e a de trabalho extraordinário, quase inexistente, nos 0,2%. O absentismo registou um decréscimo face ao ano anterior devido ao regresso de uma trabalhadora em baixa prolongada. O trabalho extraordinário ocorreu devido a deslocações sem pernoita dos técnicos de segurança para auditorias em Clientes distantes.

## Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS		Variação	
	31-12-2017	31-12-2016	Valor	%
Vendas e Prestações de Serviços	2 077 053	2 134 589	-57 536	-3%
Fornecimentos e Serviços Externos	-1 296 630	-1 339 419	42 789	3%
Gastos com o pessoal	-682 149	-698 128	15 979	2%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-5 065	-8 928	3 863	43%
Provisões (aumentos/reduções)	0	0	0	0%
Outros Rendimentos e Ganhos	6 030	40 826	-34 796	-85%
Outros Gastos e Perdas	-15 562	-21 646	6 084	28%
Resultados Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos	83 677	107 294	-23 617	-22%
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	-66 483	-79 595	13 112	16%
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)	17 194	27 699	-10 505	-38%
Juros e Gastos Similares Suportados	-11 801	-15 275	3 474	23%
Resultado Antes de Impostos	5 393	12 424	-7 031	-57%
Imposto sobre o rendimento do exercício	-4 725	-8 059	3 334	41%
Resultado Líquido do Período	668	4 365	-3 697	-85%

No ano de 2017, a Ecosaúde registou um EBITDA positivo de 84 milhares de euros, um Resultado Operacional positivo de 17 milhares de euros e um Resultado Líquido positivo de 668 euros. O volume de Prestação de Serviços apresentou uma redução de 3%, conforme abordado anteriormente, que, no entanto, foi compensado pela diminuição dos Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos com Pessoal.

Durante o ano de 2017, à semelhança do que já se tinha verificado nos três anos anteriores, a empresa foi autónoma e autossuficiente na sua tesouraria e não necessitou de apoio financeiro adicional de terceiros.



## SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.

### Sumário Executivo

Em 2017 a empresa registou um acréscimo das Vendas e Serviços Prestados de 3 % face ao ano anterior, tendo obtido um EBITDA positivo de 486 milhares de euros, valor ligeiramente superior ao verificado em 2016 (483 milhares de euros).

A empresa encerrou o ano de 2017 com um Resultado Líquido positivo de 395 milhares de euros, semelhante ao registado no ano anterior.

### Operação

A empresa desenvolve exclusivamente a atividade de mediação de seguros, a qual constitui o seu objeto social, cujo exercício é regulado pelo Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de julho.

A Saros efetua a gestão de uma carteira de seguros (composta na sua grande maioria por empresas do Grupo CP) sendo remunerada, pelas Seguradoras, no âmbito das funções de mediação exercidas, encontrando-se essa remuneração (comissões que incidem sobre os prémios de seguro) determinada nos respetivos Contratos de Mediação celebrados.

## Recursos Humanos

A empresa desenvolveu a sua atividade com o funcionamento corrente assegurado apenas pela Gerência.

A Gerência é constituída por dois Gerentes, sendo que, é legalmente obrigatório que um dos Gerentes se encontre habilitado como mediador de seguros.

## Vendas e Serviços Prestados

Em 2017 o valor de Vendas e Serviços Prestados pela SAROS cifrou-se nos 476 milhares de euros, o que representou um acréscimo de 3% face ao verificado no ano anterior.

Importa salientar que, no ano de 2017, o valor registado na rubrica Vendas e Serviços Prestados contemplou apenas comissões de mediação, contudo, em 2016, esta rubrica totalizou 463 milhares de euros, incluindo duas parcelas:

- ✔ Comissões de mediação de seguros, no valor de 458 milhares de euros;
- ✔ Outros serviços, no valor de 5 milhares de euros, relativos a dois acertos de prémios de seguros da Seguradora Fidelidade.

O quadro seguinte apresenta um resumo das comissões obtidas por Ramo de Seguros:

Ramos	2017	2016	Variação	
			Valor	%
Saúde	194	203	-9	-5%
Acidentes Trabalho	190	162	28	18%
Responsabilidade Civil	64	66	-2	-4%
Multiriscos empresas	20	19	1	7%
Outros	8	8	0	2%
<b>TOTAL</b>	<b>476</b>	<b>458</b>	<b>18</b>	<b>4%</b>

À semelhança do ano anterior, os Ramos de Saúde, Acidentes de Trabalho e Responsabilidade Civil representaram a parcela mais significativa das comissões auferidas, reunindo, conjuntamente, 94%.

No que se refere às comissões obtidas por Seguradora, a Fidelidade SA e a Mapfre SA representaram conjuntamente 96% das comissões auferidas pela empresa.

## Resultados

O Resultado Líquido da empresa totalizou 395 milhares de euros, o que representou uma variação positiva de 0,2% face ao ano anterior.

Para este resultado contribuiu fundamentalmente a rubrica Vendas e Serviços Prestados, com uma variação positiva de 12,9 milhares de euros face ao ano anterior, ainda que parcialmente compensado pelo acréscimo verificado a nível dos Fornecimentos e Serviços Externos, que registaram um aumento na ordem dos 2 milhares de euros, e dos Gastos com o Pessoal, que tiveram um incremento de 0,4 milhares de euros, fruto da reversão total das reduções salariais.

A rubrica Outros Rendimentos sofreu um decréscimo na ordem dos 7,1 milhares de euros. De salientar que esta rubrica em 2017 engloba exclusivamente o excesso de estimativa de imposto reconhecido em 2017 (estimativa relativa ao exercício de 2016).

(valores em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS		Variação 2017/2016	
	31-12-2017	31-12-2016	Valor	%
Vendas e Serviços prestados	476 238	463 348	12 890	2,8%
Fornecimentos e Serviços Externos	-11 125	-9 143	-1 982	-21,7%
Gastos com o pessoal	-51 274	-50 854	-420	-0,8%
Outros Rendimentos	82 883	89 961	-7 078	-7,9%
Outros Gastos	-10 433	-10 180	-253	-2,5%
Resultados Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos	486 289	483 132	3 157	0,7%
Gastos/Reversões de Depreciações e de Amortização	-484	0	-484	-
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)	485 805	483 132	2 673	0,6%
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	181	295	-114	-38,6%
Resultado Antes de Impostos	485 986	483 427	2 559	0,5%
Imposto sobre o rendimento do exercício	-90 617	-88 803	-1 814	-2,0%
Resultado Líquido do Período	395 369	394 624	745	0,2%



# ANÁLISE ECONÓMICO- -FINANCEIRA

## Resultados do Grupo CP

(valores em milhares de euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS		Variação 2017/2016	
	REAL 31-12-2017	REAL 31-12-2016	Valor	%
Vendas e serviços prestados	286 660	266 219	20 441	8%
Subsídios à exploração	23	17	6	34%
Trabalhos para a própria entidade	12 521	8 335	4 186	50%
Outros rendimentos	20 867	23 202	-2 335	-10%
	<b>320 070</b>	<b>297 772</b>	<b>22 298</b>	<b>7%</b>
Variação nos inventários da produção	-33	-36	3	8%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-26 381	-23 287	-3 095	-13%
Fornecimentos e serviços externos	-139 059	-141 321	2 263	2%
Gastos com o pessoal (s/ Indemnizações e acordo de variáveis)	-125 192	-121 680	-3 512	-3%
Outros gastos	-4 168	-4 738	571	12%
	<b>-294 833</b>	<b>-291 063</b>	<b>-3 770</b>	<b>-1%</b>
<b>Resultado operacional da atividade core* (EBITDA)</b>	<b>25 237</b>	<b>6 710</b>	<b>18 528</b>	<b>276%</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-57 924	-56 487	-1 438	-3%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	574	856	-282	-33%
Indemnizações por rescisão	-1 754	-3 094	1 340	43%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	1 202	510	692	136%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-1 188	-326	-863	-265%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-1 461	-325	-1 136	-350%
Provisões (aumentos/reduções)	141	-11 344	11 485	101%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	17	1 573	-1 556	-99%
Outros rendimentos (reclassificação por impostos diferidos)		11 025	-11 025	-100%
Outros rendimentos (venda equip. básico/sucata)	801		801	s/s
Outros rendimentos (venda Praia da Maçãs)	729		729	s/s
Outros rendimentos (reconhecimento valor venda CPCarga)		1 634	-1 634	-100%
Outros rendimentos (subs invest. reconhecidos em resultado de material abatido)		276	-276	-100%
Outros gastos (abate Ed. Terr. Paço - Desp_10759-A/2016)		-1 998	1 998	100%
Outros gastos (outros abates de material circulante)		-2 596	2 596	100%
<b>Resultado operacional</b>	<b>-33 626</b>	<b>-53 587</b>	<b>19 960</b>	<b>37%</b>
Aumento/Reduções de justo Valor		1 292	-1 292	-100%
Juros e rendimentos similares obtidos	8	180	-172	-96%
Juros e gastos similares suportados	-76 650	-88 418	11 768	13%
<b>Resultado financeiro</b>	<b>-76 643</b>	<b>-86 947</b>	<b>10 304</b>	<b>12%</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>-110 269</b>	<b>-140 534</b>	<b>30 265</b>	<b>22%</b>
Imposto sobre o rendimento do período	-798	-3 466	2 668	77%
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-111 067</b>	<b>-144 000</b>	<b>32 933</b>	<b>23%</b>

\* Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações não relacionadas com a atividade da empresa

### Resultado Líquido

O Resultado Líquido do Grupo CP em 2017 situou-se nos -111,1 milhões de euros, o que representou uma melhoria de 32,9 milhões de euros (23%) face ao registado no ano anterior (-144 milhões de euros).

Esta melhoria é explicada, fundamentalmente, pelo crescimento registado nas vendas e serviços prestados (+20,4 milhões de euros) e pela diminuição dos juros e gastos similares (-11,8 milhões de euros).

### Resultado Operacional da Atividade Core (EBITDA)

O EBITDA recorrente do Grupo em 2017 foi positivo em 25,2 milhões de euros, 18,5 milhões de euros melhor que o registado no ano anterior. As rubricas que apresentam variações mais significativas são as seguintes:

- ▀ Aumento das Vendas e Serviços Prestados em 20,4 milhões de euros, com origem nomeadamente no crescimento das prestações de serviço de transporte de passageiros e de reparação de material circulante;

- ✔ Aumento dos Trabalhos para a Própria Entidade em 4,2 milhões de euros, decorrente designadamente das grandes intervenções de meio de vida - R1 - dos Alfa Pendular (CPA 4000);
- ✔ Diminuição dos Fornecimentos e Serviços Externos em 2,3 milhões de euros, na sequência, fundamentalmente, da diminuição dos gastos com energia de tração, em virtude da renegociação do contrato de fornecimento de energia, passando os consumos de energia a ser faturados diretamente à *Medway S.A.*;
- ✔ Diminuição dos Outros Gastos em 0,6 milhões de euros, devido essencialmente ao decréscimo de correções de gastos de anos anteriores e das ofertas de títulos transporte;
- ✔ Diminuição dos Outros Rendimentos em 2,3 milhões de euros, em resultado, fundamentalmente, da renegociação do contrato de fornecimento de energia para tração, passando os gastos de energia a ser faturados diretamente pelo prestador de serviços à *Medway, S.A.*;
- ✔ Aumento dos Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas em 3,1 milhões de euros, devido nomeadamente ao crescimento da atividade de reparação de material circulante e conseqüentemente do consumo de matérias e mercadorias necessárias à realização das intervenções de reparação;
- ✔ Aumento dos Gastos com Pessoal (sem indemnizações) em 3,5 milhões de euros, em resultado da reversão total da redução remuneratória temporária (durante o 1º, 2º e 3º trimestres de 2016 a reversão fora de, respetivamente, 40%, 60% e 80% e atingiu os 100% a partir de 1 de outubro de 2016), bem como da reposição parcial das progressões e acréscimo de outros abonos.

## Resultado Operacional

O Resultado Operacional apurado em 2017, no valor de -33,6 milhões de euros, representou uma melhoria de cerca de 20 milhões de euros face ao ano anterior. Contribuíram para esta evolução, para além dos motivos já referidos para o EBITDA, os seguintes factos adicionais:

- ✔ Diminuição dos Outros Gastos (outros abates de material circulante) em 2,6 milhões de euros. Em 2016 foi efetuado um abate de material circulante, com um impacto líquido nas contas do Grupo de cerca de 0,4 milhões de euros, ainda que este impacto se refletisse em diferentes rubricas da demonstração de resultados;
- ✔ Diminuição dos Outros gastos (abate do imóvel no Terreiro do Paço) em 2 milhões de euros, decorrente de, em 2016, se ter procedido ao abate do imóvel detido pela CP no Terreiro do Paço, em resultado da publicação do despacho 10759-A/2016 dos Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças e das Infraestruturas;
- ✔ Diminuição das Indemnizações por Rescisão em 1,3 milhões de euros;
- ✔ Aumento dos Outros Rendimentos resultantes de mais-valias, no valor de cerca de 0,7 milhões de euros, pela venda do imóvel detido pela CP na Praia das Maças e de rendimentos obtidos em resultado da venda de equipamento básico e sucata no valor de 0,8 milhões de euros;
- ✔ Diminuição da variação favorável das Imparidades de Investimentos não depreciables / amortizáveis em 1,6 milhões de euros, pelo facto de, na sequência do referido abate de material circulante em 2016, se terem revertido imparidades constituídas para esses ativos;

- Ausência do impacto favorável registado em 2016 em Outros Rendimentos, no valor de 1,6 milhões de euros, decorrente da alienação da CP Carga;
- Aumento dos Gastos com Depreciações em 1,5 milhões de euros, em resultado da correção da vida útil de uma série de material circulante e da reclassificação de imóvel da CP no Barreiro de ativo não corrente detido para venda para ativo fixo tangível, por não se prever a sua alienação num curto espaço de tempo. Excluindo estes efeitos, as depreciações teriam apresentado uma diminuição face ao ano anterior, em virtude do fim da vida útil de diversos ativos e do reduzido volume de investimento realizado;
- Aumento das Imparidades de Dívidas a Receber em 1,1 milhões de euros decorrente, fundamentalmente, da constituição de imparidade para fazer face aos riscos de cobrança de uma dívida de um cliente da EMEF que se encontra em incumprimento do plano de pagamentos previsto contratualmente.

## Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro de 2017 foi negativo em 76,6 milhões de euros, o que representou uma melhoria de 10,3 milhões de euros (12%) face ao ano anterior. Para este facto contribuiu fundamentalmente a diminuição do passivo financeiro do Grupo.

De referir ainda, face a 2016, a diminuição em 1,3 milhões de euros do impacto favorável decorrente da detenção de derivados, em virtude de ter terminado em 2016 o último contrato de gestão de risco financeiro em carteira no Grupo.

## Balanço

(valores em milhares de euros)

RUBRICAS	PERÍODOS		Variação 2017/2016	
	31-12-2017	31-12-2016	Valor	%
<b>ATIVO</b>				
Ativo Não Corrente	542 517	571 583	-29 066	-5%
Ativo Corrente	86 669	96 110	-9 441	-10%
<b>Total do Ativo</b>	<b>629 186</b>	<b>667 693</b>	<b>-38 507</b>	<b>-6%</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>				
Capital Próprio que inclui:	-2 246 273	-2 651 383	405 110	15%
Resultado Líquido do período	-111 067	-144 000	32 933	23%
<b>Total do Capital Próprio</b>	<b>-2 246 273</b>	<b>-2 651 383</b>	<b>405 110</b>	<b>15%</b>
<b>PASSIVO</b>				
Passivo Não Corrente	2 228 203	2 640 638	-412 435	-16%
Passivo Corrente	647 256	678 438	-31 182	-5%
<b>Total do Passivo</b>	<b>2 875 460</b>	<b>3 319 077</b>	<b>-443 617</b>	<b>-13%</b>
<b>Total do Capital Próprio + Passivo</b>	<b>629 186</b>	<b>667 693</b>	<b>-38 507</b>	<b>-6%</b>

## Ativo

Em 2017 o Ativo do Grupo CP diminuiu em 38,5 milhões de euros, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- ✔ Diminuição dos Ativos Fixos Tangíveis, em 29,8 milhões de euros, fundamentalmente em resultado das depreciações não terem sido compensadas pela realização de novo investimento;
- ✔ Aumento do saldo de Estado e Outros Entes Públicos, no valor de 6,1 milhões de euros, em virtude do acréscimo dos valores de IVA - a recuperar, motivado pela aceitação, no final do ano, da faturação relativa à utilização de infraestruturas;
- ✔ Diminuição do saldo de Clientes e de Outros Créditos a receber, do ativo corrente, em 2,8 milhões de euros;
- ✔ Diminuição da rubrica Ativos não Correntes Detidos para Venda, em 11,1 milhões de euros, em resultado da venda de imóvel na Praia das Maças e da reclassificação, para ativo fixo tangível, de imóvel detido pelo Grupo no Barreiro;
- ✔ Diminuição do saldo de Caixa e Depósitos Bancários, em 2,4 milhões de euros, de forma a assegurar o cumprimento das responsabilidades de curto prazo do Grupo.

## Capital Próprio

No decorrer do ano de 2017 foram realizados pelo Estado Português aumentos de capital no valor de 516,4 milhões de euros. Estes aumentos de capital estatutário foram aprovados por Despachos Conjuntos das Secretarias de Estado do Tesouro e das Infraestruturas.

## Passivo

O Passivo do Grupo CP registou em 2017 uma diminuição de 443,6 milhões de euros, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- ✔ Diminuição dos Financiamentos Obtidos, em 411 milhões de euros, através da utilização do numerário relativo aos aumentos de capital realizados pelo Estado, para amortização de financiamentos com vencimento em 2017, bem como da conversão em capital estatutário de serviço de dívida vencido;
- ✔ Diminuição do saldo de Fornecedores e Outras Dívidas a pagar, em 19,6 milhões de euros, em resultado, fundamentalmente, da redução da especialização de gastos com a taxa de utilização de infraestruturas, decorrente da aceitação e pagamento da respetiva faturação, e dos pagamentos decorrentes de acordo celebrado com Organizações Representativas dos Trabalhadores, referentes a abonos variáveis;
- ✔ Diminuição dos Diferimentos, em 8,3 milhões de euros, devido ao reconhecimento, como rendimento do exercício, numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo, dos subsídios ao investimento recebidos, na proporção em que igualmente é reconhecida a respetiva depreciação;
- ✔ Diminuição das Provisões, em 4 milhões de euros, em resultado da utilização das provisões constituídas, no âmbito do desfecho dos respetivos processos judiciais.

## Financiamento

### Política de Financiamento

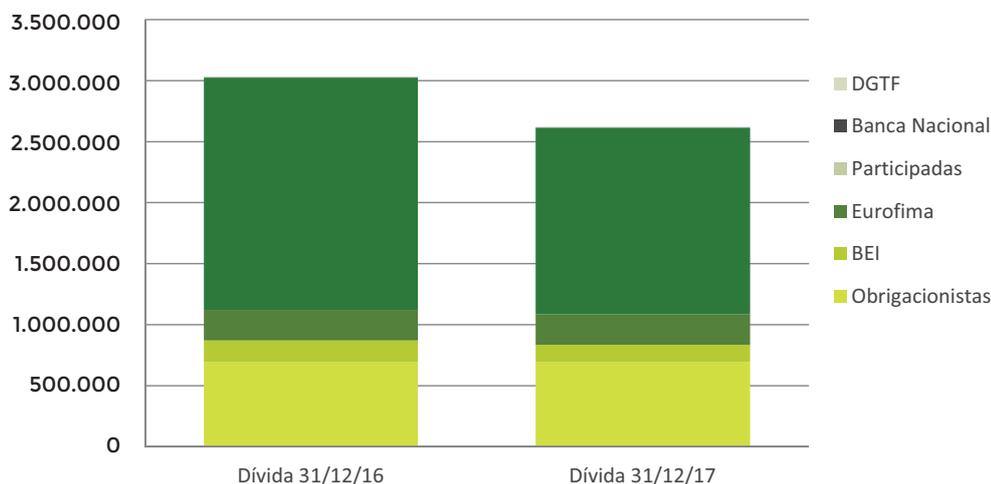
Com a integração em 2015 no perímetro de consolidação do Orçamento de Estado, a CP deixou de recorrer a financiamento junto das instituições de crédito, passando as suas necessidades de financiamento a ser supridas por empréstimos do Estado Português, conforme estipulado na legislação em vigor para as Empresas Públicas Reclassificadas (EPR).

Neste contexto, em 2017, por despachos conjuntos das Tutelas Financeira e Setorial, foi determinado aumentar o capital estatutário da CP em 516,4 milhões de euros, para suprir as necessidades resultantes do serviço da dívida histórica (amortizações, juros e outros encargos financeiros), investimento e despesas com pessoal, decorrentes de acordo histórico sobre os variáveis.

No mês de dezembro, o Grupo necessitou de contratar um financiamento de 6 milhões de euros para assegurar o cumprimento das suas responsabilidades correntes de exploração.

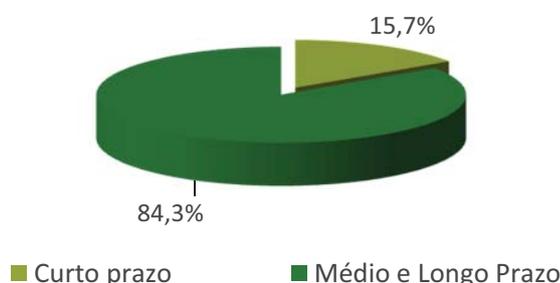
### Dívida Remunerada

Durante o ano de 2017 a dívida remunerada do Grupo CP teve um decréscimo de cerca de 411 milhões de euros. O valor da dívida no final do ano ascendia assim, a 2,616 mil milhões de euros, com o seguinte detalhe por fontes de financiamento:



Em 2017, o Grupo CP procedeu a amortizações no valor de cerca de 411 milhões de euros, nomeadamente de empréstimos BEI e do Estado Português.

A estrutura da dívida manteve-se praticamente inalterada, com a dívida de médio e longo prazo a apresentar um peso preponderante, conforme evidenciado no gráfico seguinte:



### Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

O Grupo CP tem desenvolvido todos os esforços para assegurar o cumprimento, do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, centrando o máximo de serviços no IGCP.

No entanto, dadas as especificidades das suas atividades, tem sido necessário manter a movimentação de algumas contas bancárias junto da banca nacional, pela impossibilidade de alguns serviços necessários ao seu funcionamento serem prestados pelo IGCP.

Nesse contexto, dando cumprimento ao estabelecido na legislação sobre o princípio da Unidade de Tesouraria do Estado a que as empresas públicas estão sujeitas, as empresas do Grupo CP têm requerido, anualmente, a dispensa do seu cumprimento para alguns serviços, tendo sido obtida a referida exceção solicitada para alguns serviços, nomeadamente para os valores objeto de recolha, transporte e contagem, cartão refeição, garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados, cobranças efetuadas através da vertente credora dos débitos diretos, valores inerentes ao serviço dos contratos de *factoring*, *leasing* e similares, empréstimos bancários (curto, médio ou longo prazo), entre outros.

Assim, considera-se que o Grupo CP está a cumprir a legislação aplicável nesta matéria.



# PERSPETIVAS PARA 2018

## Previsões

As perspetivas para a economia Portuguesa ao longo do horizonte 2018-2020 apontam para a continuidade da recuperação moderada da economia e do emprego, prevendo-se uma aceleração gradual do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

Neste contexto, antevê-se um impulso nas necessidades de mobilidade das populações, potenciado pelo aumento do turismo e do rendimento disponível das famílias e pela melhoria da situação do mercado de trabalho.

Ao nível do sector dos transportes, as políticas nacionais e comunitárias reforçam o enfoque na satisfação do Cliente e a aposta no modo ferroviário, enquanto elemento estruturante da mobilidade de pessoas e bens e importante instrumento para a dinamização da economia e da política energética, canalizando para este modo parte significativa dos apoios ao investimento.

## Grupo CP - Perspetivas

Na presença das recomendações das Tutelas Sectorial e Financeira, das previsões da economia, assim como da análise realizada às oportunidades e constrangimentos conhecidos, o Conselho de Administração da CP definiu para 2018-2020 as seguintes orientações estratégicas:

- Reforçar a qualidade do serviço prestado, contribuindo para uma maior satisfação dos Clientes e respondendo às suas necessidades de mobilidade;
- Dinamizar a organização, através do reforço dos meios produtivos e promoção da eficiência e produtividade, designadamente:
  - Aquisição de material circulante e implementação de novos modelos produtivos, substituindo a atual frota *diesel*, já obsoleta, e eliminando a dependência face à RENFE;
  - Rejuvenescimento do quadro de efetivos e renegociação do Regulamento de Carreiras e do Acordo de Empresa, adequando e integrando as carreiras profissionais, reforçando as competências do capital humano e gerando simultaneamente um compromisso com os resultados da Empresa;
- Criar mais valor, promovendo o diálogo com os agentes sociais e políticos e com as organizações representativas dos trabalhadores, estabelecendo parcerias estratégicas com o gestor de infraestruturas e outros *stakeholders* e criando condições para aproveitar novas oportunidades de negócio;
- Promover o equilíbrio financeiro, pelo estabelecimento do quadro de contratualização quer do serviço público quer da utilização da infraestrutura, pela continuação do saneamento da dívida histórica, pela racionalização dos gastos, pela rentabilização de activos não essenciais e pela promoção da sustentabilidade das empresas participadas.

Apesar da ausência de Contratualização de Serviço Público e da manutenção do cenário de ausência de indemnizações compensatórias, a CP prevê manter a operação em todas as linhas e serviços atualmente em exploração e a integral satisfação das obrigações de prestação de serviço público a que está sujeita.

Prevê-se ainda a continuação do crescimento sustentado, iniciado no final de 2013, do número de passageiros transportados e dos proveitos de tráfego. Este crescimento tem como pressupostos a manutenção da atual dinâmica comercial e a disponibilidade de meios humanos e materiais.

Para garantir a disponibilidade ao nível dos recursos humanos da CP, prevê-se a realização de novo processo de recrutamento que permita suprir as necessidades de chefias intermédias, que asseguram um papel fundamental na gestão do pessoal operacional, repor as saídas de trabalhadores, ocorridas por reforma ou inaptidão para o desempenho das funções, e baixar os elevados níveis de trabalho extraordinário verificados.

Ao nível do material circulante, a CP vê-se confrontada com um acréscimo significativo de gastos com a manutenção para manter a sua operacionalidade produtiva e a segurança do transporte, sem que ainda assim sejam garantidos níveis adequados de disponibilidade e fiabilidade. Assim, acompanhando os investimentos previstos para a infraestrutura no Plano de Investimentos FERROVIA 2020, a CP propõe-se desencadear um processo de aquisição de material circulante, substituindo a atual frota *diesel*, envelhecida e ameaçada por eminente rutura de capacidade produtiva e reforçando o seu parque de material para serviços de longo curso.

Ao nível da venda, grande parte dos equipamentos comerciais e sistemas de informação da CP apresentam problemas de obsolescência operacional. Apesar de já terem sido desencadeados os processos de substituição dos mesmos, perspetiva-se que, no curto prazo, se verifique um acréscimo dos gastos com a sua manutenção e reparação para que se garantam níveis mínimos de operacionalidade.

No caso da EMEF, o foco estratégico manter-se-á na melhoria do equilíbrio económico financeiro da empresa e na promoção da eficiência, através dos seguintes princípios:

- Assegurar a manutenção de adequados padrões de Qualidade/Fiabilidade/Segurança e a resposta às necessidades dos clientes;
- Melhoria da produtividade;
- Incremento e diversificação do negócio;
- Gestão eficiente dos recursos;
- Valorização dos trabalhadores.

Perspetiva-se que em 2018 as prestações de serviços da EMEF deverão apresentar um acréscimo significativo, decorrente das intervenções de manutenção e reparação previstas no material circulante pelos seus principais clientes. Este incremento irá centrar-se principalmente nas unidades oficiais do Centro e Norte, sendo que o cumprimento pleno do plano de intervenções dependerá da conclusão de novo processo de recrutamento de pessoal oficial.

Quanto à Fernave, na sequência da reorganização do modelo de funcionamento da empresa a implementar em 2018 espera-se que sejam criadas as condições necessárias para assegurar a sua sustentabilidade económica e financeira.

Em termos económicos, o enfoque será na flexibilização da estrutura de custos com uma redução significativa dos gastos fixos, nomeadamente no que se refere ao quadro de efetivos, recorrendo à subcontratação, quando necessário, e aos encargos com as instalações.

Estas medidas serão complementadas na ótica financeira com a recapitalização da empresa mediante conversão em instrumentos do capital próprio de créditos existentes e reforço dos capitais próprios com a realização de entrada em numerário.

A ECOSAÚDE continuará a dar prioridade ao esforço comercial em clientes de média e grande dimensão (com riscos na segurança e saúde no trabalho), assim como nas plataformas eletrónicas de contratação pública, onde há acesso a contratos de volume, rentabilizando a capacidade instalada da empresa, nomeadamente, nas vertentes Saúde no Trabalho e Especialidades Médicas.

Para além da captação de novos clientes, será estimulada a procura de serviços na base de clientes já existente, para explorar plenamente a capacidade da empresa, seja através da venda cruzada ou do aumento da intensidade de prestação de serviços já contratados.

Paralelamente manterá as políticas de gestão focadas na racionalização da estrutura de gastos operacionais e na adequação da oferta ao nível de actividade prevista.

Por fim, a SAROS prevê continuar a assegurar as actividades actualmente desenvolvidas, potenciando o seu posicionamento estratégico enquanto mediadora cativa do Grupo CP, aliando esse potencial à procura da maximização dos resultados obtidos.



# FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não existem acontecimentos relevantes após a data de balanço a relatar.

# DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE



(nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários)

Tanto quanto é do nosso conhecimento: a informação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da CP- Comboios de Portugal, EPE e das empresas incluídas no perímetro de consolidação (Grupo CP), e o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Grupo CP e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que o mesmo se defronta.

Lisboa, 12 de abril de 2018

O Conselho de Administração

Presidente: Dr. Carlos Gomes Nogueira

Vogal: Engº Sérgio Abrantes Machado

Vogal: Dra. Ana Maria dos Santos Malhó

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de dezembro de 2017

(valores em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		31-12-2017	31-12-2016
<b>ATIVO</b>			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	512 757 959	542 527 658
Ativos intangíveis	8	193 279	261 198
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	9	1 541 490	802 236
Outros investimentos financeiros	10	28 024 305	27 992 171
		<b>542 517 033</b>	<b>571 583 263</b>
Ativo corrente			
Inventários	12	28 273 068	27 740 855
Clientes	13	13 494 452	12 794 087
Estado e outros entes públicos	14	15 257 232	9 166 458
Outros créditos a receber	15	7 868 077	11 366 842
Diferimentos	16	1 363 675	1 132 150
Ativos financeiros detidos para negociação	17	-	4
Ativos não correntes detidos para venda	18	5 908 397	16 995 564
Caixa e depósitos bancários	4	14 504 270	16 914 089
		<b>86 669 171</b>	<b>96 110 049</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>629 186 204</b>	<b>667 693 312</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
Capital próprio			
Capital subscrito	19	3 850 091 940	3 333 713 276
Reservas legais	20	24 703	24 703
Outras reservas	21	1 306 650	1 306 650
Resultados transitados	22	(6 078 119 710)	(5 933 918 492)
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	23	91 490 008	91 490 008
Resultado líquido do período		( 111 066 936)	( 143 999 549)
<b>Total do capital próprio</b>		<b>(2 246 273 345)</b>	<b>(2 651 383 404)</b>
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	24	13 959 460	17 969 218
Financiamentos obtidos	25	2 206 237 291	2 609 278 327
Outras dívidas a pagar	26	8 006 555	13 390 899
		<b>2 228 203 306</b>	<b>2 640 638 444</b>
Passivo corrente			
Fornecedores	27	13 376 668	23 831 725
Adiantamentos de clientes	28	374 000	574 500
Estado e outros entes públicos	14	3 643 320	4 113 609
Financiamentos obtidos	25	409 682 868	417 669 625
Outras dívidas a pagar	26	105 823 010	109 603 276
Diferimentos	16	114 356 377	122 645 537
		<b>647 256 243</b>	<b>678 438 272</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>2 875 459 549</b>	<b>3 319 076 716</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>629 186 204</b>	<b>667 693 312</b>

Para ser lido em conjunto com as notas anexas às demonstrações financeiras.

 Contabilista Certificado - Dr.<sup>a</sup> Ana Coelho

Presidente - Dr. Carlos Gomes Nogueira

 Vogal - Dr.<sup>a</sup> Ana Maria dos Santos Malhó

Vogal - Eng. Sérgio Abrantes Machado

Demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral  
Período findo em 31 de dezembro de 2017

(valores em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		31-12-2017	31-12-2016
Vendas e serviços prestados	29	286 659 853	266 218 886
Subsídios à exploração	30	22 762	16 929
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	31	1 202 043	509 730
Variação nos inventários da produção	12	( 32 745)	( 35 661)
Trabalhos para a própria entidade	32	12 520 674	8 334 943
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	33	( 26 381 446)	( 23 286 771)
Fornecimentos e serviços externos	34	( 139 058 818)	( 141 321 428)
Gastos com o pessoal	35	( 126 946 302)	( 124 774 822)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	12	( 1 188 335)	( 325 744)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13,15	( 1 460 963)	( 324 716)
Provisões (aumentos/reduções)	24	140 990	( 11 343 906)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	36	17 163	1 573 246
Outros rendimentos	37	22 396 933	36 135 636
Outros gastos	38	( 4 167 564)	( 9 331 995)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>23 724 245</b>	<b>2 044 327</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	40	( 57 924 291)	( 56 486 597)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	41	573 769	855 533
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>( 33 626 277)</b>	<b>( 53 586 737)</b>
Aumentos/reduções de justo valor	39	-	1 291 916
Juros e rendimentos similares obtidos	42	7 612	179 648
Juros e gastos similares suportados	43	( 76 650 283)	( 88 418 439)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>( 110 268 948)</b>	<b>( 140 533 612)</b>
Imposto sobre o rendimento do período	11	( 797 988)	( 3 465 937)
<b>Resultado líquido e integral do período</b>		<b>( 111 066 936)</b>	<b>( 143 999 549)</b>

Para ser lido em conjunto com as notas anexas às demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado - Dr.ª Ana Coelho

Presidente - Dr. Carlos Gomes Nogueira

Vogal - Dr.ª Ana Maria dos Santos Malhó

Vogal - Eng. Sérgio Abrantes Machado

(valores em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			
1	19 a 23	3 333 713 276	24 703	1 306 650	(5 933 918 492)	91 490 008	(143 999 549)	(2 651 383 404)	(2 651 383 404)	
Alterações no período		-	-	-	-	-	-	-	-	
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	
Realização de excedentes de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-	
Excedentes de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-	
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	-	
2		-	-	-	-	-	-	-	-	
3		-	-	-	-	-	(111 066 936)	(111 066 936)	(111 066 936)	
4 = 2 + 3		-	-	-	-	-	(111 066 936)	(111 066 936)	(111 066 936)	
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	(111 066 936)	(111 066 936)	(111 066 936)	
Operações com detentores de capital no período		-	-	-	-	-	-	-	-	
Realizações de capital		516 378 664	-	-	-	-	-	-	-	
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras operações		-	-	-	(144 201 218)	-	(143 999 549)	(143 999 549)	(143 999 549)	
5		516 378 664	-	-	(144 201 218)	-	143 999 549	516 176 995	516 176 995	
6 = 1+2+3+4+5		3 850 091 940	24 703	1 306 650	(6 078 119 710)	91 490 008	(111 066 936)	(2 246 273 345)	(2 246 273 345)	

Para ser lido em conjunto com as notas anexas às demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado - Dr. Ana Coelho

Presidente - Dr. Carlos Gomes Nogueira

Vogal - Dr. Ana Maria dos Santos Manhó

Vogal - Eng. Sérgio Abrentes Machado

(valores em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período				
1	19 a 23	2 678 800 000	24 703	1 306 650	(5 655 108 293)	91 490 008	(278 657 308)	(3 162 144 240)		(3 162 144 240)	
Alterações no período		-	-	-	-	-	-	-		-	
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-		-	
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-		-	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-		-	
Realização de excedentes de revalorização		-	-	-	-	-	-	-		-	
Excedentes de revalorização		-	-	-	-	-	-	-		-	
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-		-	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	-	-	-		-	
2		-	-	-	-	-	-	-		-	
3		-	-	-	-	-	-	(143 999 549)		(143 999 549)	
4 = 2 + 3		-	-	-	-	-	-	(143 999 549)		(143 999 549)	
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	-	(143 999 549)		(143 999 549)	
Operações com detentores de capital no período		-	-	-	-	-	-	-		-	
Realizações de capital		654 913 276	-	-	-	-	-	-		-	
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-		-	
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-		-	
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-		-	
Outras operações		-	-	-	(278 810 199)	-	-	278 657 308		278 657 308	
5		654 913 276	-	-	(278 810 199)	-	-	278 657 308		654 760 385	
6 = 1+2+3+4+5		3 333 713 276	24 703	1 306 650	(5 935 918 492)	91 490 008	(143 999 549)	(2 651 383 404)		(2 651 383 404)	

Para ser lido em conjunto com as notas anexas às demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado - Dr. Ana Coelho

Presidente - Dr. Carlos Gomes Nogueira

Vogal - Dr.ª Ana Maria dos Santos Malhó

Vogal - Eng. Sérgio Abrantes Machado

Demonstração consolidada de fluxos de caixa  
Período findo em 31 de dezembro de 2017

(valores em euros)

<b>DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA</b>	<b>31-12-2017</b>	<b>31-12-2016</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</b>		
Recebimentos de clientes	317 737 826	298 638 537
Pagamentos a fornecedores	(211 712 477)	(203 177 910)
Pagamentos ao pessoal	(130 884 096)	(127 725 134)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>(24 858 747)</b>	<b>(32 264 507)</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	( 348 179)	( 315 286)
Outros recebimentos/pagamentos	(4 127 781)	20 203 471
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>	<b>(29 334 707)</b>	<b>(12 376 322)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(4 970 240)	(4 885 613)
Ativos intangíveis	( 308 176)	( 55 828)
Outros ativos	(179 516 477)	(132 702 396)
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	1 859 758	472 567
Outros ativos	179 514 154	132 920 094
Subsídios ao investimento	1 535 625	1 540 660
Juros e rendimentos similares	136	539 414
Dividendos	460 418	351 098
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>	<b>(1 424 802)</b>	<b>(1 820 004)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividade de financiamento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	6 000 000	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	98 086 724	175 898 192
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(36 930 188)	(118 555 188)
Juros e gastos similares	(38 808 003)	(40 582 703)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>	<b>28 348 533</b>	<b>16 760 301</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)</b>	<b>(2 410 976)</b>	<b>2 563 975</b>
Efeito das diferenças de câmbio	( 66)	3 196
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>16 688 653</b>	<b>14 121 482</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>14 277 611</b>	<b>16 688 653</b>

Para ser lido em conjunto com as notas anexas às demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado - Dr.ª Ana Coelho

Presidente - Dr. Carlos Gomes Nogueira

Vogal - Dr.ª Ana Maria dos Santos Malhó

Vogal - Eng. Sérgio Abrantes Machado



# NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## Identificação da Entidade e Notas de Operacionalidade (nota 1)

### Identificação

A CP - Comboios de Portugal, E.P.E., é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com sede social na Calçada do Duque, n.º 20, 1249-109 Lisboa, cujo atual regime jurídico e estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho.

O objeto principal da atividade da CP é a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram ou venham a integrar a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros.

O transporte de mercadorias foi objeto de cisão, em 2009, tendo passado a ser realizado pela CP Carga - Logística e Transporte Ferroviário de Mercadorias, S.A., com capital social detido integralmente pela CP até 2015, e alienado em 2016, à *Mediterranean Shipping Company Rail* (Portugal) - Operadores Ferroviários, S.A..

Através das suas subsidiárias e associadas, o Grupo CP desenvolveu, em 2017, as seguintes atividades:

- ✔ Fabrico e reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos, veículos ferroviários, bem como o estudo de instalações oficinais para manutenção (EMEF, S.A.);
- ✔ Mediação de seguros (Saros, Lda.);
- ✔ Sinergia e otimização das atividades no que respeita à manutenção de locomotivas "LE 5600" e "LE 4700" (SIMEF, A.C.E.);
- ✔ Formação e desenvolvimento técnico profissional, elaboração de estudos e projetos no âmbito da criação, organização e gestão de empresas, prestação de serviços no âmbito da psicologia aplicada e da avaliação médica e psicológica, ensino de natureza superior e a investigação científica no contexto dos transportes, comunicações ou em áreas tecnológicas que se situem na envolvente tecnológica destas (Fernave, S.A.);
- ✔ Prestação de cuidados de saúde; ensino, formação e desenvolvimento técnico/profissional nas áreas das condições de trabalho, saúde e ambiente; prestação de serviços no âmbito do recrutamento, seleção e avaliação de pessoas; assistência técnica, consultoria e auditoria, designadamente, em matérias de saúde, higiene e segurança no trabalho, ambiente e gestão ambiental; execução de ações de controlo de droga e álcool, assegurando o encaminhamento para tratamento destas dependências (Ecosaúde, S.A.);
- ✔ Implantação e gestão de um sistema de bilhética comum e exclusivo das Agrupadas (CP, STCP e Metro do Porto) na área do grande Porto, bem como a definição da estrutura de tarifário intermodal comum e exclusiva, para os meios de transporte público de passageiros explorados direta ou indiretamente pelas entidades Agrupadas (TIP, A.C.E.);
- ✔ Garantir o desenvolvimento do projeto de telebilhética em associação com outros parceiros internacionais, de acordo com os compromissos assumidos pelas empresas que integram o agrupamento, no âmbito da proposta global do referido projeto (OTLIS, A.C.E.).

De referir ainda a participação de 35% da EMEF S.A na NOMAD TECH, Lda. e a participação de 19,1% da Fernave na TRANSCOM - Sociedade de Formação, Consultoria e Auditoria em Transportes e Comunicações, S.A.R.L. (Moçambicana).

A CP como entidade pública empresarial está sujeita às orientações de gestão definidas pelo Governo, à Tutela setorial e financeira, dos Ministérios da Economia e das Finanças, bem como ao controlo financeiro do Tribunal de Contas e da Inspeção Geral de Finanças.

Para além deste controlo, está prevista nos estatutos da empresa uma estrutura dualista de fiscalização composta por Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas.

A CP é a empresa mãe de um grupo de empresas subsidiárias e associadas, atuando em diferentes segmentos de atividade, cuja caracterização se apresenta, de forma mais detalhada, na nota 3 e estas são as suas demonstrações financeiras consolidadas.

## Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras (nota 2)

### Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CP foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos das empresas incluídas no perímetro de consolidação, de acordo com as normas internacionais de relato financeiro, conforme adotadas pela União Europeia (EU) emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2017.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) emitidas pelo *International Accounting Standards Committee* (IASC) e respetivas interpretações (IFRIC e SIC), emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) e *Standing Interpretation Committee* (SIC). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por IFRS.

Estas demonstrações financeiras, expressas em euros, foram apreciadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 12 de abril de 2018, que deliberou submetê-las à aprovação da Tutela.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas para o período findo a 31 de dezembro de 2017 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2016.

## Derrogações às IFRS

Não foram feitas derrogações às disposições das IFRS.

## Valores Comparativos

Não foram efetuadas alterações de políticas contabilísticas ou detetados erros que afetem de forma material a comparação de valores entre os exercícios.

## Principais Políticas Contabilísticas (nota 3)

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo e foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados.

## Bases de Mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros detidos para negociação, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Ativos não correntes detidos para venda e os grupos de ativos detidos para venda são registados ao menor entre o seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respetivos custos de venda.

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as IFRS, requer a formulação de julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados nos pontos de Juízos de valor, Principais pressupostos relativos ao futuro, e Principais fontes de incerteza das estimativas, constantes desta nota.

## Consolidação

### Introdução

Nos termos da legislação em vigor, as entidades cujos valores mobiliários estejam admitidos à negociação num mercado regulamentado devem elaborar as suas contas consolidadas de acordo com as normas internacionais de relato financeiro.

É neste contexto que a CP apresenta as suas demonstrações financeiras consolidadas que expressam a posição financeira e os resultados das operações do Grupo como se de uma única entidade se tratasse, e pretendem evidenciar os resultados das operações que as empresas do Grupo realizaram com terceiros.

## O Grupo e a Empresa

### Considerações Gerais

Ao longo do ano 2017 a CP manteve como objetivo o desenvolvimento de uma estratégia de Grupo sustentável, estruturando as participações sociais existentes e desenvolvendo uma cultura de eficiência e valor acrescentado focada no respetivo *core business*.

A CP tem autonomizados em empresas, segmentos de atividade como a manutenção de equipamentos ferroviários e a formação técnica, procurando criar sinergias positivas à sua atividade.

Em todas as empresas subsidiárias a CP detém a maioria do capital. Detém também algumas participações minoritárias, numa lógica de cooperação com outros Operadores.

### A CP

A CP - Comboios de Portugal E.P.E. é, desde de julho de 2009, uma Entidade Pública Empresarial, detida a 100% pelo Estado Português. É responsável pela prestação de serviços de transporte ferroviário nacional e internacional de passageiros.

Opera em todo o território nacional oferecendo serviços essenciais para o desenvolvimento do País e para a sua coesão social e territorial.

### Empresas participadas

As participações financeiras da CP em 31 de dezembro de 2017 caracterizam-se como segue:

#### Subsidiárias

##### **EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.**

Participação CP - 100%

Capital Subscrito - 8.100.000 euros

A EMEF, SA foi constituída em 1992 e tem por objeto o fabrico bem como a reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos, veículos ferroviários, reparação e manutenção de veículos de transporte; estudo de instalações oficiais para manutenção. Esta empresa reveste-se, assim, da maior importância para o mercado nacional.

### **SAROS - Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.**

Participação CP - 100%

Capital Subscrito - 5.000 euros

A sociedade tem por objeto a atividade de mediação de seguros.

### **FERNAVE - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A.**

Participação CP - 100%

Capital Subscrito - 50.000 euros

Constituída em 1992, tem por objeto:

- ▶ A formação e desenvolvimento técnico-profissional do pessoal da empresa acionista, bem como do pessoal de outras empresas dos setores de transportes, comunicações, portuário e das que se situem na sua envolvente tecnológica;
- ▶ A elaboração de estudos e projetos no âmbito da criação, organização e gestão de empresas de transportes, comunicações, portuárias e das que se situem na envolvente tecnológica destas;
- ▶ A prestação de serviços no âmbito da psicologia aplicada e da avaliação médica e psicológica às empresas de transportes, comunicações, portuárias e às que se situem na envolvente tecnológica destas;
- ▶ O ensino de natureza superior e a investigação científica no contexto dos transportes, comunicações ou em áreas tecnológicas que se situem na envolvente tecnológica destas, diretamente ou por instituições participadas ou associadas.

### **ECOSAÚDE - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.**

Participação CP - 100%

Capital Subscrito - 50.000 euros

Sociedade constituída em 1995 que tem como objeto social a prestação de cuidados de saúde, a criação e gestão de unidades de cuidados de saúde e condições de trabalho; o ensino, a formação e o desenvolvimento técnico/profissional de nível superior e médio, designadamente nas áreas das condições de trabalho, saúde e ambiente; a prestação de serviços no âmbito do recrutamento, seleção e avaliação de pessoal; a assistência técnica, consultoria e auditoria, designadamente, em matérias de saúde, higiene e segurança no trabalho, ambiente e gestão ambiental; elaboração de estudos e diagnósticos, tendo alargado a sua atividade a estratégias de prevenção e controlo nos âmbitos da toxicodependência, alcoolismo e tabagismo, execução de ações de controlo de droga e álcool, e ainda o encaminhamento e tratamento de adictos de álcool e droga.

## Entidades conjuntamente controladas

### SIMEF, A.C.E.

Participação EMEF - 51%

Capital - não tem

Agrupamento complementar de empresas constituído em 2009, tem por objeto social a sinergia e otimização das atividades das entidades agrupadas no que respeita à manutenção de locomotivas “LE 5600” e “LE 4700” ao abrigo do contrato entre o Agrupamento e a CP - Comboios de Portugal, E.P.E.

### TIP, A.C.E - Transportes Intermodais do Porto

Participação CP - 33,33%

Capital Subscrito - 30.000 euros

É um agrupamento complementar de empresas constituído em 2002 que tem por objeto a implantação e gestão de um sistema de bilhética comum e exclusivo das agrupadas (CP, STCP e Metro do Porto) na área do grande Porto, bem como a definição da estrutura de tarifário intermodal comum e exclusiva, para os meios de transporte público de passageiros explorado direta ou indiretamente pelas entidades agrupadas.

### OTLIS, A.C.E. - Operadores de Transportes da Região de Lisboa

Participação CP - 14,29%

Capital Subscrito - 392.832,02 euros

É um agrupamento complementar de empresas constituído em 1996, com o objetivo de garantir o desenvolvimento do projeto de telebilhética em associação com outros parceiros internacionais de acordo com os compromissos assumidos pelas empresas que integram o agrupamento no âmbito da proposta global do referido projeto.

## Associadas

### TRANSCOM - Sociedade de Formação, Consultoria e Auditoria em Transportes e Comunicações, S.A.R.L. (Moçambicana)

Participação via Fernave - 19,1%

Capital Social - 74.025.000 meticais

A sociedade foi constituída em 1998 e tem por objeto o ensino superior universitário e a investigação científica, particularmente no âmbito tecnológico, da gestão, da logística, da distribuição, dos transportes, das comunicações e da informática; a educação e formação técnica de futuros e atuais quadros médios particularmente nos âmbitos tecnológicos, da gestão, da logística, da distribuição, dos transportes, das comunicações e da informática;

a formação e o desenvolvimento técnico-profissional de pessoal inserido, especialmente, em organizações de transportes, comunicações e informática; a consultoria e auditoria em empresas e outras organizações, especialmente ligadas aos transportes, comunicações e informática.

#### **NOMAD TECH, Lda.**

Participação via EMEF -35%  
Capital Subscrito - 160.000 euros

A sociedade foi constituída em 2013 desenvolvendo a sua atividade no âmbito da engenharia, inovação e tecnologia aplicada ao setor dos transportes, fabrico, reparação e manutenção de componentes eletrónicos e desenvolvimento de soluções informáticas.

#### **Outras participações**

A CP detém ainda um conjunto de pequenas participações em empresas com atividades relacionadas com as desenvolvidas pelas empresas do Grupo.

Estas participações encontram-se reconhecidas ao custo menos perdas de imparidade, dado o valor destas participações não ser publicamente negociado e não ser possível obter de forma fiável o seu justo valor.

#### **Medway - Operador Ferroviário e Logístico de Mercadorias, S.A. (ex-CP Carga)**

Participação CP - 5%  
Capital Subscrito -121.312.810 euros

Tem por objeto social o transporte ferroviário de mercadorias, atividades logísticas e operações conexas.

A sociedade foi constituída por cisão simples, dando cumprimento ao compromisso de liberalização para o setor assumido por Portugal junto da União Europeia.

O capital social foi detido integralmente pela CP até 2015, e alienado em 2016, à *Mediterranean Shipping Company Rail (Portugal) – Operadores Ferroviários, S.A.*. Em 31 dezembro de 2017 a CP ainda detém uma participação de 5%, que é temporária, e aguarda a conclusão de alguns procedimentos previstos no acordo de venda de referência.

#### **Metro do Porto, S.A.**

Participação CP - 3,33%  
Capital - 7.500.000 euros

Constituída em 1993, tem por objeto a exploração, em regime de concessão atribuída pelo Estado, de um sistema de metro ligeiro na área metropolitana do Porto.

### **Metropolitano Ligeiro de Mirandela, S.A.**

Participação CP - 10%  
Capital - 125.000 euros

Sociedade constituída em 1995, tem por objeto a exploração em regime de exclusivo, do transporte de metropolitano de superfície no Município de Mirandela, no troço Carvalhais-Cachão.

### **Metro Mondego, S.A.**

Participação CP - 2,5%  
Capital - 1.075.000 euros

Esta sociedade, constituída em 2002, tem por objeto principal a exploração, em regime de exclusivo, de uma rede de metropolitano ligeiro de superfície da área dos Municípios de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo.

### **APOR - Agência para a Modernização do Porto, S.A.**

Participação CP - 0,47%  
Capital - 1.064.825 euros

Foi constituída em 1997 e tem por objeto a modernização de base económica do Porto incluindo a qualificação urbana através do desenvolvimento de ações destinadas a contribuir para a introdução de fatores de correção do tecido social, económico e cultural da cidade.

### **ICF - Intercontainer - Interfrigo, S.A. (Belga)**

Participação CP - 2,09%  
Capital - 18.300.000 euros

A sociedade tem por objeto a organização e o desenvolvimento de transportes combinados e de transportes frigoríficos a temperatura adequada, compreendendo todas as operações destinadas à obtenção e manutenção da temperatura conveniente às várias mercadorias, bem como à disponibilidade de serviços auxiliares relativos a estes transportes.

### **EUROFIMA - Société Européenne pour le Financement de Matériel Ferroviaire (Suiça)**

Participação CP - 2%  
Capital - 2.600.000.000 CHF

Tem como objeto social o financiamento necessário aos investimentos na renovação e modernização do material circulante, com vista a garantir uma integração progressiva dos caminhos de ferro no plano europeu, desempenhando um papel muito competitivo na concessão de fundos aos acionistas.

### **BCC - Bureau Central de Clearing (Belga)**

Participação CP - 1,54%

Capital - 110.250 euros

A sociedade tem objeto prestar serviços aos associados na área financeira bem como todas as operações comerciais necessárias a esse fim e em particular de reduzir o número e o montante dos pagamentos entre as suas associadas através da centralização e compensação dos seus débitos e créditos recíprocos.

### **Método de Consolidação**

A obrigatoriedade de elaboração de contas consolidadas ocorre para a empresa mãe que detenha o controlo sobre uma ou mais subsidiárias. De acordo com o previsto nas IFRS, foram incluídas na consolidação e utilizado o método de consolidação integral em todas as empresas do Grupo sobre as quais a empresa exerce controlo.

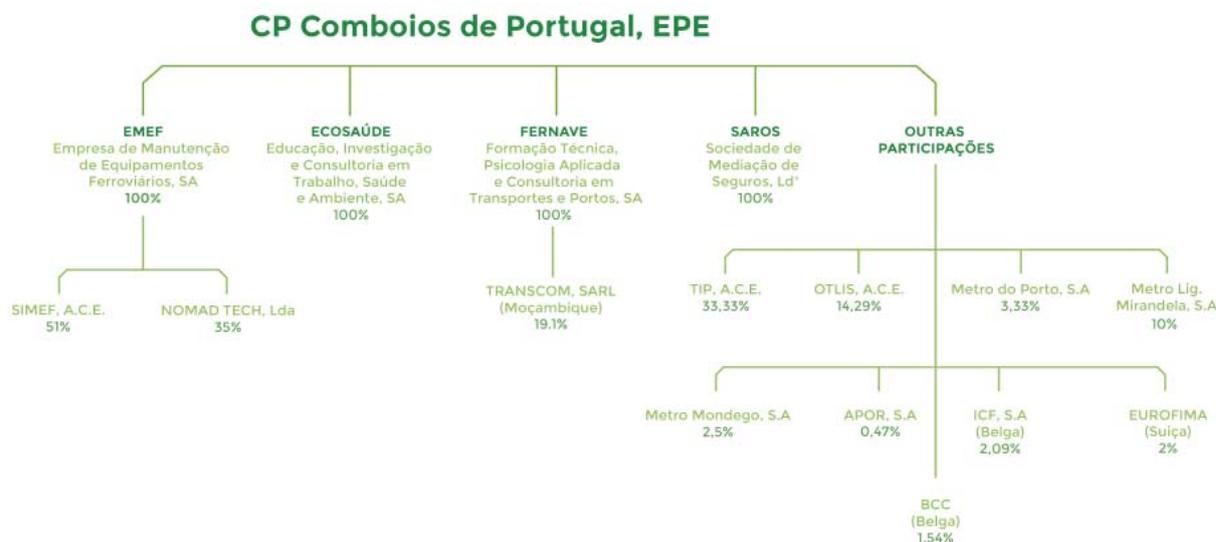
Assim, tendo por base o definido na IFRS 10, as demonstrações financeiras foram elaboradas agrupando, numa base de linha a linha, elementos idênticos de ativos, de passivos, de capitais próprios, de rendimentos e de gastos.

Os procedimentos de consolidação envolveram ainda a eliminação do investimento da empresa mãe em cada subsidiária por contrapartida do capital próprio e a eliminação dos saldos, transações, margens, rendimentos e ganhos e gastos e perdas intragrupo.

No que respeita aos empreendimentos conjuntos, passou a ser aplicado o método de equivalência patrimonial, em substituição da consolidação proporcional, a partir de janeiro de 2013, de acordo com o previsto na IFRS 11.

Seguindo o previsto na norma no que respeita à aplicação do método de equivalência patrimonial, o investimento foi inicialmente reconhecido pelo custo e a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a parte do investidor nos resultados da investida, depois da data da constituição/aquisição do empreendimento conjunto. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento, podendo igualmente ser efetuados ajustamentos na quantia escriturada para alterações no interesse proporcional do investidor no empreendimento conjunto resultantes de alterações no capital próprio que não tenham sido reconhecidas nos resultados do empreendimento conjunto.

## Perímetro de Consolidação



O capital social da CP Carga- Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A, foi alienado em 2016 à *Mediterranean Shipping Company Rail (Portugal)- Operadores Ferroviários, S.A.* Em 31 dezembro de 2017 a CP detêm ainda uma participação residual de 5%, meramente temporária (e ajustada com imparidade), visto aguardar a conclusão de alguns procedimentos previstos no acordo para a alienação corresponder a totalidade da participação. Por este motivo não está representada no respetivo organograma do perímetro de consolidação.

### Empresas Incluídas na Consolidação Pelo Método de Consolidação Integral

As empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, suas sedes e proporção do capital detido, direta e indiretamente pelo Grupo, em 31 de dezembro de 2017, são as seguintes:

Empresa	Sede Social	Detentores de Capital	% do capital detido
EMEF, S.A.	Entroncamento	CP, E.P.E.	100,00%
SAROS, LDA.	Lisboa	CP, E.P.E.	100,00%
FERNAVE, S.A.	Lisboa	CP, E.P.E.	100,00%
ECOSAÚDE, S.A.	Lisboa	CP, E.P.E.	100,00%

## Empresas Associadas Contabilizadas Pelo Método de Equivalência Patrimonial

As empresas incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial, suas sedes e proporção do capital detido, em 31 de dezembro de 2017, são as seguintes:

Empresa	Sede Social	Detentores de Capital	% do capital
TIP, ACE	Porto	CP, E.P.E.	33,33%
SIMEF, ACE	Entroncamento	EMEF, S.A.	51,00%
OTLIS, ACE	Lisboa	CP, E.P.E.	14,29%
NOMAD TECH, LDA.	Porto	EMEF, S.A.	35,00%

## Outras Participações

Os investimentos financeiros em que não seja possível identificar com fiabilidade os seus justos valores são mensurados pelo seu custo de aquisição, deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

## Políticas Contabilísticas Relevantes

### Ativos Fixos Tangíveis

#### Reconhecimento e Valorização

Os ativos fixos tangíveis relacionados com o segmento de transporte de passageiros são detidos pela empresa mãe e encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Na data da transição para as IFRS a CP decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com as IFRS.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis, apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a entidade. Todas as despesas com a manutenção e reparação corrente que não aumentem a vida útil do bem ou que não correspondam a substituições a intervalos regulares (grandes intervenções realizadas com intervalos que variam entre os 2 e os 15 anos) de itens do ativo são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os ativos fixos tangíveis da CP incluem ativos propriedade do Estado (ativos constantes do despacho conjunto n.º 261/99, de 24 de março) e que se encontram alocados à exploração operacional da empresa. Estes ativos são registados nas demonstrações financeiras, de forma a permitir uma apreciação da performance económica da empresa.

Esta política foi também adotada no reconhecimento e mensuração dos ativos fixos tangíveis utilizados pelas restantes subsidiárias no desenvolvimento da respetiva atividade, nomeadamente no fabrico e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários, na formação técnica e psicologia aplicada e na prestação de serviços de medicina e de higiene e segurança no trabalho.

O custo de todos os ativos fixos tangíveis inclui o preço de compra, os direitos de importação, os impostos não reembolsáveis e os custos necessários para colocar o ativo na localização e condição de funcionamento, nomeadamente as despesas de transporte e montagem e exclui os descontos comerciais e abatimentos.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. Todas as despesas com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil do bem são reconhecidos como gastos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

## Despesas de Manutenção e Reparação

### Material Circulante Afeto ao Transporte de Passageiros:

- As despesas com a manutenção corrente incorridas durante a vida útil do material circulante são reconhecidas como gastos operacionais;
- As despesas incorridas em grandes reparações plurianuais imprescindíveis para que o bem continue a operar são reconhecidas em ativos fixos tangíveis como componentes específicas do material circulante e depreciadas pela sua vida útil estimada, separadamente da componente principal. Quando cada grande reparação é efetuada, o seu custo é reconhecido na quantia escriturada do item do ativo fixo tangível como substituição, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Qualquer quantia escriturada remanescente do custo da grande reparação anterior é desreconhecida; e
- As despesas incorridas no final da vida útil da componente principal, que incluam a transformação e modernização desta, são reconhecidas em ativos fixos tangíveis e depreciados pela extensão da vida útil esperada.

### Edifício e Instalações Fixas:

- As despesas de manutenção corrente e de reparação (contratos de manutenção, inspeções técnicas, etc.) são reconhecidos como gastos operacionais;
- As despesas incorridas com planos de manutenção plurianual programados são reconhecidas em ativos fixos tangíveis, através da substituição parcial ou total da componente substituída; e
- Os custos de manutenção e reparação são registados nos resultados do período em que são incorridos, em conformidade com o princípio da especialização dos exercícios.

## Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos fixos tangíveis é calculada pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens.

<b>Descritivo do bem</b>	<b>Anos</b>
Edifícios e outras construções -Estado	3 a 50
Edifícios e outras construções -CP	3 a 50
Material circulante:	
Locomotivas a diesel e elétricas:	
- Componente Principal	17 a 35
- Componente Secundária	5 a 15
Automotoras a <i>diesel</i> e elétricas:	
- Componente Principal	14 a 30
- Componente Secundária	2 a 15
Carruagens de passageiros:	
- Componente Principal	15 a 30
- Componente Secundária	2 a 12
Equipamento de transporte	4 a 12
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 18
Outros ativos fixos tangíveis	5 a 20

Os ativos fixos tangíveis que são propriedade do Estado (ativos constantes do despacho conjunto n.º 261/99, de 24 de março) encontram-se a ser depreciados, desde 1999, à taxa de 2%, conforme o decreto regulamentar 25/2009, de 14 de setembro.

Na determinação das quantias depreciáveis não foram considerados valores residuais.

## Subsídios Governamentais

Os subsídios governamentais relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são reconhecidos inicialmente como rendimento diferido, quando existe segurança que o subsídio será recebido e que serão cumpridas as condições associadas à sua atribuição. Posteriormente são reconhecidos na demonstração dos resultados, numa base sistemática, de acordo com a vida útil do ativo.

Os subsídios que compensam gastos e perdas incorridos são reconhecidos como rendimento na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas.

## Capitalização de Custos com Empréstimos e Outros Custos Diretamente Atribuíveis

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas.

## Imparidade de Material Circulante Afeto ao Transporte de Passageiros

Atendendo à natureza do material circulante afeto ao transporte de passageiros e, em particular, a ausência de interoperabilidade com a rede europeia, torna-se inviável o apuramento de um valor de mercado apropriado para estes ativos, pela ausência de um mercado ativo onde os mesmos sejam transacionados. Assim, este valor apenas é determinado quando existem propostas de compra para material específico.

No que respeita à determinação do valor de uso, este deve refletir os fluxos de caixa esperados, atualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. Considera-se que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Na ausência de contratualização da prestação de serviço público, entende-se que não é possível a determinação do valor de uso conforme definido na IAS 36, dado que não se encontram definidas regras específicas para empresas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que evidenciam que um ativo possa estar em imparidade, nomeadamente quando o material circulante deixou de prestar serviço, é determinado o valor recuperável e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas em resultados.

## Reconhecimento de Imparidade nos Restantes Ativos do Grupo

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, de acordo com o definido na IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido contabilístico de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

## Locações

As empresas do Grupo classificam as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e vantagens inerentes à posse de um ativo são substancialmente transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

### Locações Operacionais

Os pagamentos de uma locação operacional são reconhecidos como um gasto numa base linear durante o prazo de locação.

### Locações Financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo menor entre o justo valor da propriedade locada ou o valor atual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são reconhecidos como gastos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Os ativos adquiridos em locação financeira são depreciados de acordo com a política estabelecida para os ativos fixos tangíveis.

## Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis das empresas do Grupo encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

As empresas do Grupo procedem a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes pelo período de 3 anos.

## Instrumentos Financeiros Derivados e Contabilidade de Cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (“*trade date*”) pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente nos resultados do período, exceto no que se refere aos derivados de cobertura de fluxos de caixa. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, nos resultados do período, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, sendo na sua ausência determinado por entidade externa tendo por base técnicas de valorização utilizadas no mercado.

### Contabilidade de Cobertura

A designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições da IAS 39. No que se refere aos instrumentos financeiros derivados que, embora contratados com o objetivo de efetuar cobertura económica de acordo com as políticas de gestão de risco do Grupo, não cumpram todas as disposições da IAS 39 no que respeita à possibilidade de qualificação como contabilidade de cobertura, são classificados como instrumentos financeiros detidos para negociação, sendo as respetivas variações no justo valor registadas em resultados no período em que ocorrem.

Atualmente o Grupo CP não detém qualquer instrumento de gestão de risco em carteira, tendo o último contrato terminado em abril de 2016. Embora, os instrumentos financeiros existentes no Grupo até 2015 visassem a cobertura do risco de taxa de juro, estes instrumentos não cumpriam os requisitos da IAS 39, para serem classificados como instrumentos financeiros de cobertura, pelo que foram classificados como instrumentos financeiros detidos para negociação.

### Outros Ativos/Passivos Financeiros

As empresas do Grupo CP apenas reconhecem um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio quando se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo CP classifica os seus investimentos, na data da sua negociação (“*trade date*”), de acordo com o objetivo que despoletou a sua aquisição, nas seguintes categorias: ativos financeiros ao justo valor através de resultados (detidos para negociação e opção justo valor); empréstimos e contas a receber; ativos detidos até à maturidade; e ativos financeiros disponíveis para venda, em conformidade com o preconizado pela IAS 39 - Instrumentos financeiros.

### Ativos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados

Esta categoria inclui:

- I. os ativos financeiros de negociação, que são adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, e
- II. os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Nesta categoria integram-se os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura. As alterações ao seu justo valor são reconhecidas diretamente em resultados do exercício.

### Ativos Financeiros Detidos até à Maturidade

Estes investimentos são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades definidas, para os quais existe a intenção e capacidade de deter até à maturidade.

Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva e são deduzidos de perdas de imparidade. As perdas por imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data das demonstrações financeiras.

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro.

Estes ativos são apresentados na demonstração da posição financeira, líquidos da imparidade reconhecida.

### Empréstimos e Contas a Receber

Correspondem a ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determinados, para os quais não existe um mercado de cotações ativo. São originados pelo decurso normal das atividades operacionais, no fornecimento de mercadorias ou serviços, e sobre os quais não existe a intenção de negociar.

Os empréstimos e contas a receber são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizados ao custo amortizado, com base no método de taxa de juro efetiva.

São registadas perdas por imparidade quando existem indicadores de que a empresa do Grupo CP não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como:

- I. Análise de incumprimento;
- II. Incumprimento há mais de 6 meses;
- III. Dificuldades financeiras do devedor;
- IV. Probabilidade de falência do devedor.

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro.

Estes ativos são apresentados na demonstração da posição financeira, líquidos da imparidade reconhecida.

#### **Ativos Financeiros Disponíveis Para Venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que o Grupo CP tem intenção de manter por tempo indeterminado, são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, as respetivas variações de justo valor, reconhecidas diretamente nos capitais próprios na rubrica reservas de justo valor, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. Caso não exista um valor de mercado, os ativos são mantidos ao custo de aquisição, sendo contudo efetuados testes de imparidade.

Os juros corridos de instrumentos de rendimento fixo, quando classificados como ativos disponíveis para venda e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

#### **Mensuração Subsequente dos Ativos/Passivos Financeiros**

Os ativos/passivos financeiros são mensurados ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados, de acordo com o preconizado na IAS 39.

Após o reconhecimento inicial, o Grupo CP mensura os ativos financeiros, incluindo os derivados que sejam ativos, pelos seus justos valores sem qualquer dedução para os custos de transação em que possa incorrer na venda ou outra alienação, exceto quanto aos seguintes ativos financeiros:

- a. Empréstimos concedidos e contas a receber, os quais são mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo;
- b. Investimentos detidos até à maturidade, os quais são mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo; e
- c. Investimentos em instrumentos de capital próprio que não tenham um preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados resultem na entrega de tais instrumentos, os quais são mensurados pelo custo menos perdas de imparidade.

Os ativos financeiros que sejam designados como itens cobertos estão sujeitos a mensuração segundo os requisitos da contabilidade de cobertura contidos na IAS 39.

Todos os ativos financeiros, exceto aqueles mensurados pelo justo valor por via dos resultados, estão sujeitos a revisão quanto à imparidade, de acordo com a IAS 39.

Após o reconhecimento inicial, o Grupo CP mensura todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo, exceto passivos financeiros pelo justo valor por via dos resultados. Tais passivos, incluindo derivados que sejam elementos do passivo, são mensurados pelo justo valor, exceto no caso de um passivo derivado que esteja ligado a e deva ser liquidado pela entrega de um instrumento de capital próprio não cotado, cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado, o qual deverá mensurado pelo custo.

Os passivos financeiros designados como itens cobertos estão sujeitos aos requisitos da contabilidade de cobertura contidos na IAS 39.

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7.

No caso de não existir um mercado ativo, o que é o caso para alguns ativos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7, e utilizado pelo Grupo CP.

Neste nível 2 da hierarquia do justo valor, o Grupo CP inclui instrumentos financeiros não cotados, tais como, derivados. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções que incorporam, por exemplo, as curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado.

Para alguns tipos de derivados mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis em mercado. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7.

## Imparidade

De acordo com a IAS 36 - Imparidade de ativos, sempre que o valor contabilístico de um ativo excede a sua quantia recuperável, o seu valor é reduzido ao montante recuperável sendo a perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

À data de cada período de relato financeiro, é avaliada a imparidade dos ativos, e caso exista evidência objetiva de imparidade, é reconhecida uma perda por imparidade nas demonstrações de resultados.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

## Inventários

Nas componentes de transporte ferroviário, os inventários de mercadorias e de matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registados ao custo de aquisição, adotando-se como método de custeio das saídas o custo médio ponderado. Quando necessário, é reconhecida a imparidade para inventários obsoletos, de lenta rotação e defeituosos, sendo apresentado como dedução ao ativo.

Na manutenção de material ferroviário, os inventários (matérias-primas e subsidiárias, produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) encontram-se registados ao custo de aquisição (no caso das matérias-primas e subsidiárias) ou ao custo de produção (no caso dos produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

O custo de aquisição ou de produção inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição de utilização ou venda. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda, conforme previsto pela IAS 2 - Inventários.

O valor dos inventários é reduzido para o seu valor realizável líquido, sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

No reconhecimento e mensuração dos inventários relativos a produtos e trabalhos em curso e produto acabados, o Grupo CP tem adicionalmente em consideração o definido na IAS 11 - Contratos de construção, no que respeita aos custos associados a contratos de construção.

### **Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo**

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se mensuradas ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. São considerados como custo os valores inerentes à compra, conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição de utilização ou venda.

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são ajustadas com base na rotação, obsolescência, natureza e vida útil dos bens. A quantia de qualquer ajustamento dos inventários para o valor realizável líquido é reconhecida como gasto do período em que a perda ocorra. Quando as circunstâncias que anteriormente resultavam em ajustamento ao valor dos inventários deixarem de existir, ou quando houver um aumento no valor realizável líquido devido à alteração nas circunstâncias económicas, a quantia dos ajustamentos é revertida, sendo a reversão limitada à quantia do ajustamento original.

O método adotado para o custeio das saídas é o custo médio ponderado.

### **Produtos e Trabalhos em Curso**

Os inventários de produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias incorporadas e da subcontratação de serviços, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico) e o valor realizável líquido.

É considerado, como valor realizável líquido, o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial, subtraído dos custos estimados de acabamento e dos custos estimados necessários para efetuar a venda.

### **Produtos Acabados**

Esta rubrica regista os produtos transferidos de produtos e trabalhos em curso, após a sua conclusão e encontram-se valorizados ao custo de produção ou ao valor realizável líquido, caso este seja mais baixo.

### **Caixa e Equivalentes de Caixa**

Esta rubrica inclui a caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de elevada liquidez e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica de financiamentos obtidos.

### **Empréstimos e Descobertos Bancários**

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data. Subsequentemente, os empréstimos são mensurados pelo método do custo amortizado. Qualquer diferença entre a componente de passivo e a quantia nominal a pagar, à data de maturidade, é reconhecida como gastos de juro utilizando o método da taxa de juro efetiva.

São classificados em passivo corrente os montantes em dívida dos contratos de financiamento que satisfaçam qualquer um dos seguintes critérios:

- ✔ Se espere que sejam liquidados durante o ciclo operacional normal da entidade;
- ✔ Estejam detidos essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- ✔ Devam ser liquidados num período até doze meses após a data do balanço;
- ✔ A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros empréstimos são classificados como passivo não corrente.

Desta forma, é classificado em passivo não corrente o montante em dívida dos contratos de financiamento cuja exigibilidade estabelecida contratualmente é superior a um ano.

### **Ativos não Correntes Detidos Para Venda e Operações em Descontinuação**

Os ativos não correntes ou grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os ativos ou grupos de ativos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável, de acordo com o preconizado na IFRS 5.

As empresas do Grupo CP também classificam como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda, é efetuada de acordo com as normas aplicáveis. Após a sua classificação, estes ativos ou grupos de ativos são mensurados ao menor entre a sua quantia escriturada e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

### **Transações em Moeda Estrangeira**

#### **Moeda Funcional e de Apresentação**

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras das empresas do Grupo CP são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (“a moeda funcional”). As Demonstrações Financeiras são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação da CP.

#### **Transações e Saldos**

As transações em outras divisas, que não o euro, são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transação.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do período.

Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

## **Reconhecimento do Rédito**

### **Transporte de Passageiros**

As receitas geradas neste segmento de atividade referem-se à prestação de serviços de transporte de passageiros, à venda de bens e outros serviços relacionados com o transporte ferroviário, deduzidos de descontos e deduções ao preço. As receitas são reconhecidas ao seu justo valor.

Os serviços prestados são normalmente concluídos dentro de cada período de relato.

Os rendimentos decorrentes da atividade são reconhecidos na demonstração dos resultados, no momento em que o serviço seja prestado, o qual se refere à data do início da viagem, e que seja provável que a quantia das receitas e das despesas seja fiavelmente mensurável e que os benefícios económicos associados reverterão para a entidade.

### **Manutenção de Material Circulante**

No reconhecimento do rédito deste segmento de atividade é seguido o preconizado na IAS 11 - Contratos de construção, sendo aferido se se encontram satisfeitas as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado, o que permitirá aplicar o método de percentagem de acabamento.

O método de percentagem de acabamento aplicado à prestação de serviços tem em consideração os custos totais estimados, montante que é apurado pela parte operacional, tendo em consideração o trabalho a desenvolver e a experiência passada em trabalhos similares.

Quando as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado não se encontram satisfeitas, é aferido em que medida serão recuperáveis os gastos reconhecidos. Caso não existam indicadores que evidenciem que será provável que os custos incorridos serão recuperados, o rédito não é reconhecido e os custos incorridos são reconhecidos como um gasto.

## Restantes Áreas de Atividade

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- ✔ Quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- ✔ Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade;
- ✔ A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;
- ✔ Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

## Reconhecimento de Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o pressuposto subjacente do regime de acréscimo (periodização económica).

As demonstrações financeiras preparadas informam não somente das transações passadas envolvendo o pagamento e o recebimento de caixa mas também das obrigações de pagamento de futuro e de recursos que representem caixa a ser recebida no futuro.

A especialização dos exercícios é efetuada através da utilização da rubrica de outras contas a receber e a pagar e da rubrica de diferimentos.

## Provisões

As provisões são reconhecidas quando:

- I. existe obrigação presente, legal ou construtiva, proveniente de um acontecimento passado
- II. seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e
- III. quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

O valor provisionado é o valor considerado necessário para fazer face a perdas económicas estimadas. Quando o efeito temporal do dinheiro for material, a quantia de provisão é apresentada pelo valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

### **Juros e Rendimentos Similares Obtidos e Juros e Gastos Similares Suportados**

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

Sendo reconhecidos em gastos e perdas do período, o seu reconhecimento é efetuado de acordo com o regime de acréscimo e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

### **Imposto Sobre Lucros**

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas, tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, previsto no artigo 69º do Código do IRC, que integra, para além da própria CP, as filiais EMEF - empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, SA, a SAROS-Sociedade de Mediação de Seguros, Lda. e, desde o exercício de 2014, a Fernave - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A. e a Ecosaúde - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.

O Grupo CP não contabiliza ativos por impostos diferidos relacionados com o reporte de prejuízos fiscais e imparidades e provisões temporárias não aceites fiscalmente, por considerar que não existem expectativas de que o referido grupo de sociedades, abrangido pelo regime especial de tributação, venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados da CP. No final de 2017, o total dos prejuízos fiscais dedutíveis do Grupo CP ascendem aproximadamente a 508 milhões de euros, os quais podem ser utilizados entre 2017 e 2027.

Da mesma forma, não foram contabilizados passivos por impostos diferidos relacionados com ativos fixos tangíveis reavaliados (material circulante) em períodos anteriores, por se entender não ser expectável que a forma de financiamento do serviço público de transporte e as condições económicas venham a alterar-se significativamente de forma que origine matéria coletável suficiente para gerar coleta e consequentemente dê lugar a pagamento de impostos sobre o rendimento.

Relativamente ainda ao imposto sobre o rendimento, a CP aderiu em 2014 ao regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos (Lei nº61/2014 de 26 de agosto) que permite, desde que verificados determinados requisitos, a constituição de um imposto diferido ativo que poderá ser convertido em crédito de imposto, utilizado no pagamento de impostos sobre o rendimento e patrimonial ou no limite ser reembolsado ao contribuinte. Assim, a CP reconheceu, em 2014, um ativo por imposto diferido tendo por base o produto da responsabilidade total com as pensões de acidentes de trabalho pela taxa de IRC em vigor mais a respetiva derrama. Devido ao facto das entidades que tutelam a empresa não terem aprovado a adesão ao referido regime especial, no exercício de 2016 este valor foi desreconhecido.

O resultado contabilístico foi ajustado de modo a refletir o IRC estimado a pagar referente a tributação autónoma, derrama estadual e derrama municipal.

## Ativos e Passivos Contingentes

### Ativos Contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável um influxo de benefícios económicos.

### Passivos Contingentes

Um passivo contingente surge quando exista:

- ✔ Uma possível obrigação proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou
- ✔ Uma obrigação presente de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque:
  - I. não é provável que um exfluxo de recursos, que incorporem benefícios económicos, será necessário para liquidar a obrigação; ou
  - II. a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo às respetivas demonstrações, a menos que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos futuros seja remota.

## Acontecimentos Subsequentes

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 12 de abril de 2018, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão, conforme referido na nota 2.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras. Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na nota 47.

## Juízos de Valor

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer que os gestores exerçam o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas.

O juízo de valor que foi efetuado no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que possam ter maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras são os seguintes:

- Provisões - as provisões constituídas são registadas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço;
- Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores - as perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores, são baseadas na avaliação da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores considerados relevantes. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados. Estas alterações podem resultar da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados;
- Reconhecimento do rédito - no reconhecimento do rédito afere-se se se encontram satisfeitas as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado, que permita aplicar o método de percentagem de acabamento. O método de percentagem de acabamento aplicado à prestação de serviços tem em consideração os custos totais estimados, montante que é apurado pela parte operacional, tendo em consideração o trabalho a desenvolver e a experiência passada em trabalhos similares. Quando as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado não se encontram satisfeitas, afere-se em que medida serão recuperáveis os gastos reconhecidos. Caso não existam indicadores que evidenciem que será provável que os custos incorridos serão recuperados, o rédito não é reconhecido e os custos incorridos são reconhecidos como um gasto;
- Perdas por imparidade - inventários - na determinação das perdas por imparidade de inventários, aplicam-se diferentes critérios dependendo do estado, antiguidade e natureza/objetivo dos inventários, considerando que tais critérios refletem a perda de valor dos inventários;
- Impostos sobre os lucros - existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período. Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado, durante um período de quatro anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras;
- O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é determinado por entidade externa utilizando o método dos fluxos de caixa descontados. Todos os cálculos foram efetuados tendo como base as curvas de rendimento apresentadas pela Reuters no dia de referência das demonstrações financeiras. As valorizações são feitas tendo em conta os cash flows descontados e a variação dos indexantes proprietários desde o seu início até à data. Nas operações que envolvem opções, aos fluxos é atribuído um delta de 0% ou 100% conforme a barreira em causa seja ou não atingida. A projeção futura das barreiras em causa é determinada usando a curva de rendimentos atual.

## Principais Pressupostos Relativos ao Futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade das operações.

O Conselho de Administração entende adequado a preparação das demonstrações financeiras numa base de continuidade considerando os fatores adiante descritos:

- A situação operacional da CP e das empresas do Grupo apresenta sustentabilidade, o que indicia que existem fatores que asseguram a sua continuidade;
- O Estado tem garantido todo o seu apoio, nomeadamente no que respeita ao suporte necessário ao financiamento da CP, com vista a assegurar o serviço da dívida e necessidades de exploração e investimento;
- Acresce ainda mencionar a importância do serviço que hoje o Grupo CP presta à economia portuguesa, nomeadamente no que respeita ao transporte de passageiros, como fator de importância vital para o funcionamento da atividade económica, reforçando a necessidade do Estado assegurar, em eventuais situações adversas, o apoio necessário à continuidade do Grupo CP.

## Principais Fontes de Incerteza das Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As principais fontes de incerteza das estimativas à data de balanço, que têm um risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte são:

### Vida Útil de Ativos Fixos Tangíveis

A vida útil de um ativo é definida em termos da utilidade esperada do ativo para a entidade. A política de gestão de ativos pode envolver a alienação de ativos após um período especificado ou após consumo de uma proporção especificada dos futuros benefícios económicos incorporados no ativo. Por isso, a vida útil de um ativo pode ser mais curta do que a sua vida económica. A estimativa da vida útil do ativo é uma questão de juízo de valor baseado na experiência da entidade com ativos semelhantes.

## **Justo Valor dos Instrumentos Financeiros**

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é determinado por entidade externa utilizando o método dos fluxos de caixa descontados. Todos os cálculos foram efetuados tendo como base as curvas de rendimento apresentadas pela Reuters no dia de referência das demonstrações financeiras, pelo que o momento em que são realizadas as estimativas é a principal fonte de incerteza.

## **Cobranças Duvidosas**

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

## **Provisões**

As provisões correspondem a passivos de montante ou de ocorrência temporal incerta. As empresas do Grupo CP, tendo em consideração o princípio da prudência, têm constituído provisões sempre que existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), proveniente de um acontecimento passado, em que seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e se possa efetuar uma estimativa fiável da mesma. No que respeita nomeadamente à constituição de provisões para processos judiciais, estas requerem o uso de julgamento, tendo por base as últimas informações conhecidas na data de elaboração das demonstrações financeiras, nomeadamente no que respeita à probabilidade de perda do processo judicial e do valor estimado dessa perda. As alterações destas estimativas podem implicar impactos nos resultados.

## **Ativos Não Correntes Detidos Para Venda**

Os ativos não correntes detidos para venda devem ser reconhecidos pelo menor valor entre o seu valor contabilístico líquido e o seu justo valor, deduzido dos custos para vender, de acordo com a IFRS 5. Na determinação do justo valor, nomeadamente no que respeita a material circulante, e tendo em consideração a ausência de mercado ativo, é considerado pelo Grupo CP, como referência, o valor de transações recentes com material semelhante,

ajustando esse valor às características técnicas do material e à procura existente. Com base no valor estimado de venda é determinada a existência e montante da imparidade a reconhecer, sendo que o verdadeiro impacto só será conhecido no momento da venda efetiva dos ativos, o que pode implicar variações com algum significado nos resultados.

### **Alterações às Normas que se Tornaram Efetivas em 1 de Janeiro de 2017**

De seguida identificam-se as alterações às normas que se tornaram efetivas em 1 de janeiro de 2017 e que podem ter impacto no Grupo CP:

#### **IAS 7 - Revisão das Divulgações**

A alteração à IAS 7 introduz uma divulgação adicional relativa às variações dos passivos de financiamento desagregados entre as transações que deram origem a movimentos de caixa e outros movimentos, e a forma como estas conciliam com os fluxos de caixa das atividades de financiamento, apresentados na Demonstração de Fluxos de Caixa, conforme divulgado na nota 25.

#### **IAS 12 - Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos**

Esta alteração clarifica a forma de contabilizar impostos diferidos ativos relacionados com ativos mensurados ao justo valor, como estimar os lucros tributáveis futuros quando existem diferenças temporárias dedutíveis e como avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos, quando existem restrições na lei fiscal.

Não se registaram impactos decorrentes da alteração desta IAS no Grupo CP.

## Fluxo de Caixa (nota 4)

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

O Grupo classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

Por aplicação da IAS 7 e com referência a 1 de janeiro de 2017, é divulgado, na nota 25, a reconciliação das alterações em passivos de atividades de financiamento, incluindo tanto as alterações decorrentes de fluxos de caixa como as alterações sem contrapartida de caixa.

A 31 de dezembro de 2017 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

## Rubrica de Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Caixa	420 868	395 880
Depósitos bancários	14 083 402	16 518 209
<b>Sub total</b>	<b>14 504 270</b>	<b>16 914 089</b>
Descobertos bancários (a)	( 226 659)	( 225 436)
<b>Total</b>	<b>14 277 611</b>	<b>16 688 653</b>

(a) o valor dos descobertos bancários encontra-se registado em financiamentos obtidos

## Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros (nota 5)

Não existem alterações a reportar de políticas contabilísticas e estimativas ou erros com impactos materiais nas demonstrações financeiras do Grupo.

## Composição do Resultado Por Segmento de Negócio (nota 6)

A forma de segmentação de negócios utilizada pelo Grupo CP é a natureza dos serviços prestados. Esta é a forma como o Conselho de Administração analisa e controla os seus negócios, sendo também a forma como a informação é organizada e comunicada.

Atendendo a que a IFRS 8 define patamares quantitativos a partir dos quais os segmentos devem ser tratados como segmentos operacionais a divulgar, foram identificados os seguintes segmentos a divulgar no âmbito desta nota:

- ✔ Transporte de passageiros suburbanos (engloba o transporte de passageiros suburbano na área de Lisboa e Porto);
- ✔ Transporte de passageiros de longo curso (liga entre si as principais cidades portuguesas, tendo os clientes maioritariamente uma motivação de viagem para negócios ou lazer), internacional (transporte de passageiros para a Espanha ou à fronteira de Espanha com França) e regional (serviço de média curta distância para deslocações de caráter sistemático de âmbito regional ou local, distribui os clientes tanto pela motivação casa /trabalho ou escola, como para tratar de assuntos/negócios); e
- ✔ Manutenção, conservação e construção de material circulante.

Na agregação efetuada dos segmentos operacionais procurou-se garantir que os mesmos tinham características económicas semelhantes, de acordo com o explicitado na IFRS 8.

As informações sobre outras atividades de negócio e segmentos operacionais não relatáveis foram combinadas e divulgadas numa categoria com a designação «todos os outros segmentos». Nela estão incluídos nomeadamente os segmentos de formação, prestação de cuidados de saúde e mediação de seguros que ficam muito aquém dos patamares quantitativos da IFRS 8.

A informação financeira dos principais segmentos de negócio do Grupo, relativa aos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2017, é conforme segue:

Resultado operacional por segmento de negócio do grupo CP 2016

(valores em euros)

	Transporte de passageiros nos subúrbios	Transporte de passageiros no longo curso, internacional e regional	Manutenção e conservação de material circulante	Restantes áreas	DR operacional individual do grupo CP	Anulações e ajustamentos intragrupo	DR operacional consolidada do grupo CP
<b>RENDIMENTOS E GASTOS CONSOLIDADOS OPERACIONAIS</b>							
Vendas e serviços prestados	103 684 528	130 093 043	63 044 806	9 807 080	306 629 457	(40 410 571)	266 218 886
* Vendas e serviços prestados - anulações intragrupo	( 363)	( 544)	(38 181 702)	(2 227 962)	16 929	-	16 929
Subsídios à exploração	-	-	-	16 929	-	-	-
* Subsídios à exploração - anulações intragrupo	-	-	-	-	16 929	-	16 929
Ganhos/perdas imputadas a sub., assoc. e emp. conjunto	-	-	426 394	3 256 950	3 683 344	(3 173 614)	509 730
* Ganhos/perdas imputadas a sub., assoc. e emp. conj.-anulações intragrupo	-	-	-	(3 173 614)	(35 661)	-	(35 661)
Variação nos inventários de produção	-	-	(35 661)	-	-	-	-
* Variação nos inventários de produção - anulações intragrupo	-	-	-	-	-	-	-
Trabalhos para a própria empresa	-	-	8 334 943	-	-	8 334 943	8 334 943
* Trabalhos para a própria empresa - anulações intragrupo	-	-	(17 827 250)	-	(23 286 771)	-	(23 286 771)
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	( 840 878)	(4 214 070)	-	(4 04 573)	-	-	-
* Custo mercad. vendidas e matérias cons. - anulações intragrupo	-	-	-	-	-	-	-
Fornecimentos e serviços externos - anulações intragrupo	(56 726 337)	(87 632 813)	(15 529 870)	(16 423 593)	(176 312 613)	34 991 185	(141 321 428)
* Fornecimentos e serviços externos - anulações intragrupo	12 528 481	13 948 909	4 454 760	4 059 035	(126 421 678)	1 646 856	(124 774 822)
Gastos com o pessoal	(33 381 826)	(44 104 898)	(25 495 239)	(266 346)	(325 744)	-	(325 744)
* Gastos com o pessoal - anulações intragrupo	-	-	80 718	(266 346)	-	-	-
Imparidade de inventários (perdas/rever.)	-	-	(59 398)	-	-	-	-
* Imparidade de inventários (perdas/rever.) - anulações intragrupo	(25 749)	(295 843)	(33 514)	30 390	(324 716)	-	(324 716)
Imparidade de inventários (perdas/rever.) - anulações intragrupo	-	-	-	-	(11 466 689)	122 783	(11 343 906)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-	-	30 247	(11 496 936)	-	-	-
* Imparidade de dívidas a receber (per./rever.) - anulações intragrupo	-	-	-	122 783	-	-	-
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	-	1 573 246	1 573 246	-	1 573 246
* Provisões (aumentos/reduções) - anulações intragrupo	-	-	-	-	-	-	-
Imparid. de invest. não depr./amort. (perd./rev.)	-	-	-	-	-	-	-
* Imparid. de invest. não depr./am. (per./ver.) - anulações intragrupo	-	-	-	-	-	-	-
Outros rendimentos	9 640 006	4 158 946	2 730 503	26 032 043	42 561 498	(6 425 862)	36 135 636
* Outros rendimentos - anulações intragrupo	(79 384)	(118 973)	(1 385 886)	(4 841 619)	-	-	-
Outros gastos	(1 779 172)	(1 519 985)	(1 846 790)	(6 192 407)	(11 338 354)	2 006 359	(9 331 995)
* Outros gastos - anulações intragrupo	135	1 753	1 823 896	180 575	-	-	-
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>20 570 572</b>	<b>( 3 515 620)</b>	<b>5 404 228</b>	<b>(17 506 932)</b>	<b>4 952 248</b>	<b>(2 907 921)</b>	<b>2 044 327</b>
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos - anulações intragrupo</b>	<b>12 448 869</b>	<b>13 831 145</b>	<b>(24 873 271)</b>	<b>(4 314 664)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(29 630 997)	(18 028 029)	(1 020 879)	(7 806 692)	(56 486 597)	-	(56 486 597)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-	(48 060)	-	903 593	855 533	-	855 533
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>3 388 444</b>	<b>(7 760 564)</b>	<b>(20 489 922)</b>	<b>(28 724 695)</b>	<b>(50 678 816)</b>	<b>(2 907 921)</b>	<b>(53 586 737)</b>

Resultado operacional por segmento de negócio do grupo CP 2017

RENDIMENTOS E GASTOS CONSOLIDADOS OPERACIONAIS	(valores em euros)						
	Transporte de passageiros nos suburbanos	Transporte de passageiros no longo curso, internacional e regional	Manutenção e conservação de material circulante	Restantes áreas	DR operacional individual do grupo CP	Anulações e ajustamentos intragrupo	DR operacional consolidada do grupo CP
Vendas e serviços prestados	113 466 610	140 031 958	72 071 002	8 405 178	333 974 748	(47 314 895)	286 659 853
* Vendas e serviços prestados - anulações intragrupo	-	84	(45 471 549)	(1 843 430)	22 762	-	22 762
Subsídios à exploração	-	-	2 073	20 689	-	-	-
* Subsídios à exploração - anulações intragrupo	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos/perdas imputadas a sub., assoc. e emp. conj.	-	-	-	6 959 833	7 587 698	(6 385 655)	1 202 043
* Ganhos/perdas imputadas a sub., assoc. e emp. conj. - anulações intragrupo	-	-	-	(6 385 655)	( 32 745)	-	( 32 745)
Variação nos inventários da produção	-	-	-	-	-	-	-
* Variação nos inventários da produção - anulações intragrupo	-	-	-	-	-	-	-
Trabalhos para a própria empresa	-	-	12 520 674	-	-	12 520 674	12 520 674
* Trabalhos para a própria empresa - anulações intragrupo	-	-	(20 138 665)	( 538 575)	(26 381 446)	-	(26 381 446)
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	(1 101 098)	(4 603 108)	-	-	(176 038 648)	36 979 830	(139 058 818)
* Custo mercad. vendidas e matérias cons. - anulações intragrupo	-	-	-	-	-	-	-
Fornecimentos e serviços externos	(58 301 074)	(90 944 569)	(14 970 494)	(11 822 511)	(28 270 473)	1 324 171	(126 946 302)
* Fornecimentos e serviços externos - anulações intragrupo	16 643 562	15 198 279	4 474 330	663 659	(188 335)	-	(188 335)
Gastos com o pessoal	(33 279 213)	(39 754 501)	(27 053 205)	(28 183 554)	(1 188 335)	-	(1 188 335)
* Gastos com o pessoal - anulações intragrupo	-	-	72 364	1 251 807	(1 188 335)	-	(1 188 335)
Imparidade de inventários (perdas/rever.)	-	-	(775 990)	(412 345)	(1 460 963)	-	(1 460 963)
* Imparidade de inventários (perdas/rever.) - anulações intragrupo	-	-	-	-	-	-	-
Imparidade dívidas a receber (per./ver.)	(29 247)	(458 958)	(1 019 811)	47 053	(163 669)	304 659	140 990
* Imparidade dívidas a receber (per./ver.) - anulações intragrupo	-	-	-	-	-	-	-
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	(19 813)	(143 856)	(17 163)	-	17 163
* Provisões (aumentos/reduções) - anulações intragrupo	-	-	-	-	-	-	-
Imparid. de invest. não depr./amort. (perd./rev.)	-	-	-	304 659	17 163	-	17 163
* Imparid. de invest. não depr./am. (per./ver.) - anulações intragrupo	-	-	-	-	-	-	-
Outros rendimentos	9 714 768	3 533 708	2 320 011	11 990 681	27 559 168	(5 162 235)	22 396 933
* Outros rendimentos - anulações intragrupo	(11 837)	(50 218)	(854 960)	(4 245 220)	(5 029 876)	-	(4 167 564)
Outros gastos	(1 337 197)	(1 479 718)	(1 584 590)	(628 371)	862 312	-	-
* Outros gastos - anulações intragrupo	911	28	821 321	40 052	-	-	-
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>29 133 549</b>	<b>6 324 812</b>	<b>9 425 638</b>	<b>(14 288 615)</b>	<b>30 595 384</b>	<b>( 6 871 139)</b>	<b>23 724 245</b>
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos - anulações intragrupo</b>	<b>16 632 636</b>	<b>15 148 173</b>	<b>(28 437 820)</b>	<b>(10 214 128)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(29 287 182)	(19 256 434)	(973 800)	(8 406 875)	(57 924 291)	-	(57 924 291)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	(240 529)	(278 713)	-	1 093 011	573 769	-	573 769
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>16 238 474</b>	<b>1 937 838</b>	<b>(19 985 982)</b>	<b>(31 816 607)</b>	<b>(26 755 138)</b>	<b>( 6 871 139)</b>	<b>( 33 626 277)</b>

Não é apresentado o resultado financeiro por segmento, dado que as decisões operacionais são tomadas com base nos resultados operacionais por segmento de negócio e não é possível repartir/afetar os financiamentos existentes à totalidade dos segmentos.

O ativo e passivo destes segmentos de negócio apresentam os seguintes valores em 31 de dezembro de 2016 e 2017:

Ativos e passivos por segmentos do Grupo CP em 31 dezembro de 2016

(valores em euros)

	Transporte de passageiros nos suburbanos, no longo curso, internacional e regional	Manutenção e conservação mat. circulante	Restantes áreas	Total reportado pelos segmentos	Anulações e ajustam. intragrupo	Total dos ativos e passivos consolidados 2016
Ativo não corrente dos segmentos reportados	597 974 557	6 767 743	571 023	605 313 323	(33 730 060)	571 583 263
Ativo corrente dos segmentos reportados	52 742 879	43 261 922	1 499 461	97 504 262	(1 394 213)	96 110 049
<b>Ativo total dos segmentos reportados</b>	<b>650 717 436</b>	<b>50 029 665</b>	<b>2 070 484</b>	<b>702 817 585</b>	<b>( 35 124 273)</b>	<b>667 693 312</b>
Passivo não corrente dos segmentos reportados	2 641 545 579	15 084 547	295 824	2 656 925 950	(16 287 506)	2 640 638 444
Passivo corrente dos segmentos reportados	538 377 885	23 565 195	4 383 555	566 326 635	112 111 637	678 438 272
<b>Passivo total dos segmentos reportados</b>	<b>3 179 923 464</b>	<b>38 649 742</b>	<b>4 679 379</b>	<b>3 223 252 585</b>	<b>95 824 131</b>	<b>3 319 076 716</b>

Ativos e passivos por segmentos do Grupo CP em 31 dezembro de 2017

(valores em euros)

	Transporte de passageiros nos suburbanos, no longo curso, internacional e regional	Manutenção e conservação mat. circulante	Restantes áreas	Total reportado pelos segmentos	Anulações e ajustam. intragrupo	Total dos ativos e passivos consolidados 2016
Ativo não corrente dos segmentos reportados	573 946 029	6 530 446	523 353	580 999 828	(38 482 795)	542 517 033
Ativo corrente dos segmentos reportados	43 887 589	48 634 797	1 194 343	93 716 729	(7 047 558)	86 669 171
<b>Ativo total dos segmentos reportados</b>	<b>617 833 618</b>	<b>55 165 243</b>	<b>1 717 696</b>	<b>674 716 557</b>	<b>( 45 530 353)</b>	<b>629 186 204</b>
Passivo não corrente dos segmentos reportados	2 230 270 286	12 979 361	285 480	2 243 535 127	(15 331 821)	2 228 203 306
Passivo corrente dos segmentos reportados	520 784 791	24 885 058	4 238 582	549 908 431	97 347 812	647 256 243
<b>Passivo total dos segmentos reportados</b>	<b>2 751 055 077</b>	<b>37 864 419</b>	<b>4 524 062</b>	<b>2 793 443 558</b>	<b>82 015 991</b>	<b>2 875 459 549</b>

Os ativos e passivos existentes também não são segregados por segmento de negócio, dada a impossibilidade de obter esta informação para todos os segmentos, nomeadamente no que respeita ao transporte de passageiros, em que frequentemente são efetuadas alterações na afetação dos ativos entre os vários segmentos, bem como tendo em consideração o facto de esta informação não ser apresentada de forma detalhada e regular para efeitos de decisão para todos os segmentos. Efetivamente, no que respeita aos ativos e passivos, estes são apenas relatados regularmente por empresa do Grupo, para efeitos de tomada de decisão.

## Ativos Fixos Tangíveis (nota 7)

No final do ano 2017 o Grupo CP apresentava um ativo fixo tangível organizado por classes de imobilizado, conforme quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2017	31-12-2016
<b>Valor Bruto:</b>		
Terrenos e recursos naturais	21 571 871	20 810 386
Edifícios e outras construções	95 522 219	82 637 424
Equipamento básico	1 408 183 733	1 392 911 086
Equipamento de transporte	2 976 434	2 957 989
Equipamento administrativo	24 556 982	24 019 619
Outros ativos fixos tangíveis	65 412 912	64 607 954
Investimentos em curso	581 047	500 635
Adiantamentos por conta de investimentos	22 859	-
<b>Sub-total</b>	<b>1 618 828 057</b>	<b>1 588 445 093</b>
<b>Depreciação acumulada e imparidade:</b>		
Depreciação do período	57 823 619	56 465 759
Depreciação acumulada de períodos anteriores	1 042 610 451	983 231 595
Perdas por imparidade do período	( 573 768)	855 533
Perdas por imparidade de períodos anteriores	6 289 415	5 433 882
Anulações do período	( 79 619)	( 69 334)
<b>Sub-total</b>	<b>1 106 070 098</b>	<b>1 045 917 435</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>512 757 959</b>	<b>542 527 658</b>

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano 2017 são resumidos no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Adições	Alienações	Ativos classificados como detidos para venda	Abates	Transferências	Outras regularizações	Saldo final
Valor bruto:								
Terrenos e recursos naturais	20 810 386	-	-	761 485	-	-	-	21 571 871
Edifícios e outras construções	82 637 424	16 921	-	11 903 329	-	964 545	-	95 522 219
Equipamento básico	1 392 911 086	736 403	( 41 345)	658 336	( 71 359)	11 797 596	2 193 016	1 408 183 733
Equipamento de transporte	2 957 989	18 446	( 1)	-	-	-	-	2 976 434
Equipamento administrativo	24 019 619	832 695	( 55 787)	-	( 340 743)	100 706	492	24 556 982
Outros ativos fixos tangíveis	64 607 954	476 787	-	-	( 6 510)	334 681	-	65 412 912
Investimentos em curso	500 635	8 548 172	-	-	-	( 8 467 760)	-	581 047
Adiantamentos por conta de investimentos	-	22 859	-	-	-	-	-	22 859
	<b>1 588 445 093</b>	<b>10 652 283</b>	<b>( 97 133)</b>	<b>13 323 150</b>	<b>( 418 612)</b>	<b>4 729 768</b>	<b>2 193 508</b>	<b>1 618 828 057</b>
Depreciação acumulada e imparidade:								
Edifícios e outras construções	38 105 366	4 044 943	-	2 853 322	-	-	-	45 003 631
Equipamento básico	928 959 890	50 405 660	( 41 345)	658 336	( 71 359)	-	( 93 612)	979 817 570
Equipamento de transporte	2 881 894	39 057	-	-	-	-	-	2 920 951
Equipamento administrativo	22 207 112	930 937	( 55 788)	-	( 340 724)	-	492	22 742 029
Outros ativos fixos tangíveis	47 473 759	2 403 022	-	-	( 6 510)	-	-	49 870 271
Ativ. Fix. Tang.-Perdas Impar. Acum.-Equipam. Básico	6 289 414	( 573 768)	-	-	-	-	-	5 715 646
	<b>1 045 917 435</b>	<b>57 249 851</b>	<b>( 97 133)</b>	<b>3 511 658</b>	<b>( 418 593)</b>	<b>-</b>	<b>( 93 120)</b>	<b>1 106 070 098</b>
<b>Total</b>	<b>542 527 658</b>							<b>512 757 959</b>

Os ativos fixos tangíveis do Grupo CP são mensurados ao custo, sendo depreciados linearmente, de acordo com vidas úteis especificadas na nota 3.

Os investimentos mais significativos, realizados no exercício de 2017, respeitam essencialmente a reparações periódicas do tipo R2 e R3 e intervenção de meio de vida nos comboios de pendulação ativa.

No que respeita aos abates, a rubrica mais significativa é relativa a equipamento administrativo, em resultado do abate de equipamento, com valor contabilístico praticamente nulo.

As depreciações acumuladas referidas na coluna adições respeitam à depreciação dos ativos, de acordo com a sua vida útil, destacando-se pelo seu contributo, as depreciações do material circulante.

Comparativamente ao ano anterior, de referir a variação da rubrica de terrenos e recursos naturais e edifícios e outras construções, em resultado da reclassificação de ativos não correntes detidos para venda para ativo fixo tangível do imóvel designado Terminal Fluvial do Barreiro, por não se prever a sua alienação num curto espaço de tempo.

A 31 de dezembro de 2017 os seguintes ativos fixos tangíveis estavam dados como garantia de empréstimos obtidos pela CP junto da Eurofima:

(valores em euros)	
Descrição	V.contabilístico
Automotoras	197 565 780
<b>Total</b>	<b>197 565 780</b>

## Ativos Intangíveis (nota 8)

Os ativos intangíveis do Grupo CP respeitam essencialmente à implementação de sistemas informáticos não havendo nenhuma situação em que o ativo tenha sido desenvolvido internamente, conforme quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
<b>Valor Bruto:</b>		
Despesas de investigação e desenvolvimento	41 876	30 591
Programas de computador	1 426 577	1 417 380
Ativos intangíveis em curso	12 270	-
<b>Sub-total</b>	<b>1 480 723</b>	<b>1 447 971</b>
<b>Amortização acumulada e imparidade:</b>		
Amortização do período	100 671	20 838
Reversões do período	-	-
Amortização acumulada de períodos anteriores	1 186 773	1 165 935
<b>Sub-total</b>	<b>1 287 444</b>	<b>1 186 773</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>193 279</b>	<b>261 198</b>

Para efeitos de amortização é considerada, por norma, uma vida útil de 3 anos para estes ativos. Esta estimativa é, no entanto, revista anualmente em função da utilização esperada do ativo. Os ativos intangíveis são mensurados ao custo e amortizados pelo método das quotas constantes num regime de duodécimos a partir da data de entrada em produção do ativo.

A variação da rubrica de ativos intangíveis durante o ano 2017 é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Adições	Reval / Imparidades	Alienações	Ativos detidos para venda	Abates	Transferencias	Saldo final
<b>Valor bruto:</b>								
Despesas de investigação e desenvolvimento	30 591	11 285	-	-	-	-	-	41 876
Programas de computador	1 417 380	9 197	-	-	-	-	-	1 426 577
Ativos intangíveis em curso	-	12 270	-	-	-	-	-	12 270
<b>Sub-total</b>	<b>1 447 971</b>	<b>32 752</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 480 723</b>
<b>Amortização acumulada e imparidade:</b>								
Amortização do período	-	100 671	-	-	-	-	-	100 671
Amortização acumulada de períodos anteriores	1 186 773	-	-	-	-	-	-	1 186 773
<b>Sub-total</b>	<b>1 186 773</b>	<b>100 671</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 287 444</b>
<b>Total</b>	<b>261 198</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>193 279</b>

As adições verificadas no período resultam da aquisição de *software* para gestão e instalação remota de programas em computadores, para o segmento de formação e plataformas de gestão *online*.

## Participações Financeiras - Método de Equivalência Patrimonial (nota 9)

O detalhe das participações financeiras em que se aplica o método da equivalência patrimonial é apresentado no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	Tipo	31-12-2017			31-12-2016		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
SIMEF A.C.E.	Investimento	455 238	-	455 238	437 323	-	437 323
NOMAD TECH, LDA.	Investimento	334 019	-	334 019	161 393	-	161 393
OTLIS, ACE	Investimento	242 222	-	242 222	-	-	-
TIP, ACE	Investimento	510 011	-	510 011	203 520	-	203 520
<b>Total</b>		<b>1 541 490</b>	<b>-</b>	<b>1 541 490</b>	<b>802 236</b>	<b>-</b>	<b>802 236</b>

Em 2017 foram realizados os seguintes movimentos nestas participações financeiras, conforme quadro seguinte:

(valores em euros)

	Saldo inicial	Adições	Alienações	MEP	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
SIMEF A.C.E.	437 323	-	-	455 238	( 437 323)	455 238
NOMAD TECH, LDA.	161 393	-	-	172 626	-	334 019
OTLIS A.C.E.	203 520	-	-	64 167	( 25 465)	242 222
TIP, ACE	-	-	-	510 011	-	510 011
<b>Sub-total</b>	<b>802 236</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 202 042</b>	<b>( 462 788)</b>	<b>1 541 490</b>
Imparidade	-	-	-	-	-	-
<b>Sub-total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>802 236</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 202 042</b>	<b>( 462 788)</b>	<b>1 541 490</b>

De salientar o aumento da participação financeira da TIP, que em 2017 apresenta nas suas demonstrações financeiras capitais próprios positivos, ao contrário do que acontecia em 2016.

A informação financeira resumida referente às empresas associadas (valores a aguardar aprovação em assembleia) apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Nome da associada	% de participação	Data de referência	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Rendimentos	Resultado líquido
SIMEF A.C.E.	51	31-12-2017	7 873 539	6 980 914	892 625	-	892 625
Nomad Tech Lda	35	31-12-2017	2 786 805	1 832 464	954 341	-	22 190
TIP, ACE	33	31-12-2017	17 930 155	16 384 669	1 545 486	7 425 255	1 184 645
OTLIS, ACE	14	31-12-2017	5 996 221	4 300 666	1 695 555	6 569 056	515 723

\* Este montante refere-se ao Resultado Líquido do período compreendido entre 01/07/2017 e 31/12/2017, conforme já referido anteriormente, a Nomad Tech encerra o seu exercício a 30 de junho de cada ano

## Outros Investimentos Financeiros (nota 10)

O Grupo CP detém pequenas participações em diferentes empresas que se encontram reconhecidas ao custo menos perdas de imparidade, dado o valor destas participações não ser publicamente negociado e não ser possível obter de forma fiável o seu justo valor.

À data de cada período de relato financeiro, é avaliada a possibilidade de existência de imparidade destes ativos financeiros, reconhecendo-se uma perda por imparidade na demonstração dos resultados se existir uma evidência objetiva dessa imparidade.

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	Método	31-12-2017			31-12-2016		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
CP Carga, SA	Custo de aquisição	80 000	( 80 000)	-	80 000	( 80 000)	-
MLM, SA	Custo de aquisição	12 721	( 12 721)	-	12 721	( 12 721)	-
METRO DO PORTO, SA	Custo de aquisição	249 399	( 249 399)	-	249 399	( 249 399)	-
METRO-MONDEGO, SA	Custo de aquisição	3 595	-	3 595	3 595	-	3 595
ICF	Custo de aquisição	382 269	( 382 269)	-	382 269	( 382 269)	-
EUROFIMA	Custo de aquisição	27 760 679	-	27 760 679	27 760 679	-	27 760 679
BCC	Custo de aquisição	1 460	-	1 460	1 460	-	1 460
APOR	Custo de aquisição	5 000	-	5 000	5 000	-	5 000
FUNDAÇÃO MUSEU NAC. FERROVIÁRIO	Custo de aquisição	31 944	( 31 944)	-	31 944	( 31 944)	-
INEGI	Custo de aquisição	2 500	( 2 500)	-	2 500	( 2 500)	-
TRANSCOM, S.A.	Custo de aquisição	388 280	( 161 224)	227 056	388 280	( 178 390)	209 890
Obrigações CONSOLIDADO 1942	Custo de aquisição	662	-	662	662	-	662
Fundo Comp. Trabalho		25 853	-	25 853	10 885	-	10 885
		<b>28 944 362</b>	<b>( 920 057)</b>	<b>28 024 305</b>	<b>28 929 394</b>	<b>( 937 223)</b>	<b>27 992 171</b>

O movimento destas participações financeiras em 2017 é analisado no quadro seguinte:

(valores em euros)

	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
<b>Valor bruto</b>						
CP Carga, SA	80 000	-	-	-	-	80 000
MLM, SA	12 721	-	-	-	-	12 721
METRO DO PORTO, SA	249 399	-	-	-	-	249 399
METRO-MONDEGO, SA	3 595	-	-	-	-	3 595
ICF	382 269	-	-	-	-	382 269
EUROFIMA	27 760 679	-	-	-	-	27 760 679
BCC	1 460	-	-	-	-	1 460
APOR	5 000	-	-	-	-	5 000
FUNDAÇÃO MUSEU NAC. FERROVIÁRIO	31 944	-	-	-	-	31 944
INEGI	2 500	-	-	-	-	2 500
TRANSCOM, S.A.	388 280	-	-	-	-	388 280
Obrigações CONSOLIDADO 1942	662	-	-	-	-	662
Fundo Comp. Trabalho	10 885	14 968	-	-	-	25 853
	<b>28 929 394</b>	<b>14 968</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>28 944 362</b>
<b>Imparidade</b>						
CP Carga, SA	( 80 000)	-	-	-	-	( 80 000)
MLM, SA	( 12 721)	-	-	-	-	( 12 721)
METRO DO PORTO, SA	( 249 399)	-	-	-	-	( 249 399)
ICF	( 382 269)	-	-	-	-	( 382 269)
FUNDAÇÃO MUSEU NAC. FERROVIÁRIO	( 31 944)	-	-	-	-	( 31 944)
INEGI	( 2 500)	-	-	-	-	( 2 500)
TRANSCOM, S.A.	( 178 390)	-	-	-	17 166	( 161 224)
	<b>( 937 223)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>17 166</b>	<b>( 920 057)</b>
<b>Total</b>	<b>27 992 171</b>	<b>14 968</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>17 166</b>	<b>28 024 305</b>

## Impostos Sobre o Rendimento (nota 11)

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas, tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, previsto no artigo 69º do Código do IRC, que integra, para além da própria CP, as filiais EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, SA, a SAROS-Sociedade de Mediação de Seguros, Lda. e, desde o exercício de 2014, a Fernave - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A. e a Ecosaúde - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.

O Grupo CP não contabiliza ativos por impostos diferidos relacionados com o reporte de prejuízos fiscais e imparidades e provisões temporárias não aceites fiscalmente, por considerar que não existem expectativas de que o referido grupo de sociedades, abrangido pelo regime especial de tributação, venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados da CP. No final de 2017, o total dos prejuízos fiscais dedutíveis do Grupo CP ascendem aproximadamente a 508 milhões de euros, os quais podem ser utilizados entre 2017 e 2027.

Da mesma forma, não foram contabilizados passivos por impostos diferidos relacionados com ativos fixos tangíveis reavaliados (material circulante) em períodos anteriores, por se entender não ser expectável que a forma de financiamento do serviço público de transporte e as condições económicas venham a alterar-se significativamente gerando matéria coletável suficiente que origine coleta e conseqüentemente o pagamento de impostos sobre o rendimento.

Relativamente ainda ao imposto sobre o rendimento, a CP aderiu em 2014 ao regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos (Lei nº61/2014 de 26 de agosto) que permite, desde que verificados determinados requisitos, a constituição de um imposto diferido ativo que poderá ser convertido em crédito de imposto, utilizado no pagamento de impostos sobre o rendimento e patrimonial ou no limite ser reembolsado ao contribuinte. Assim, a empresa reconheceu, em 2014, um ativo por imposto diferido tendo por base o produto da responsabilidade total com as pensões de acidentes de trabalho pela taxa de IRC em vigor mais a respetiva derrama. Devido ao facto das entidades que tutelam a empresa não terem aprovado a adesão ao referido regime especial, no exercício de 2016 este valor foi desreconhecido.

O resultado contabilístico foi ajustado de modo a refletir o IRC estimado a pagar referente a tributação autónoma, derrama estadual e derrama municipal, conforme detalhe apresentado no quadro abaixo:

	(valores em euros)	
Empresa	31-12-2017	31-12-2016
CP - Trib. autónoma	( 324 359)	( 396 506)
CP - Imposto diferido	-	(2 554 258)
<b>CP - Total</b>	<b>( 324 359)</b>	<b>( 2 950 764)</b>
Fernave	( 5 141)	( 11 734)
Ecosaúde	( 5 494)	( 8 059)
Emef	( 456 953)	( 406 577)
Saros	( 6 041)	( 88 803)
<b>Total</b>	<b>( 797 988)</b>	<b>( 3 465 937)</b>

## Inventários (nota 12)

Em 31 de dezembro de 2017 o Grupo CP apresenta os seguintes valores de inventários, detalhados por classificação:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2017	31-12-2016
<b>Valor Bruto:</b>		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	42 045 664	40 224 774
Produtos acabados e intermédios	908 708	941 453
Adiantamentos por conta de compras	230 647	298 244
	<b>43 185 019</b>	<b>41 464 471</b>
<b>Imparidades acumuladas</b>		
Imparidades do período	(1 188 335)	( 325 744)
Imparidades de períodos anteriores	(13 723 616)	(13 397 872)
	<b>( 14 911 951)</b>	<b>( 13 723 616)</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>28 273 068</b>	<b>27 740 855</b>

No que respeita à rubrica de matérias-primas, subsidiárias e de consumo o aumento que se regista ficou a dever-se maioritariamente à aquisição de materiais destinados aos projetos em curso: intervenção de meio de vida da frota CPA 4000, com término previsto para meados de 2019, e intervenção de 960.000 km da frota da Metro do Porto, que se prevê terminar em finais de 2018. Simultaneamente registou-se um desfasamento entre a atividade operacional e o planeamento anual, concretamente decorrente de atrasos na realização de intervenções planeadas e de alterações na consistência de algumas intervenções, com o conseqüente impacto nos consumos e aumento dos materiais em armazém.

Conforme referido, o contrato para a intervenção de meio de vida dos CPA 4000 irá prolongar-se até meados de 2019, pelo que algumas das aquisições de materiais foram negociadas tendo por base adiantamentos por conta de compras. Esses adiantamentos serão regularizados à medida que ocorram os respetivos fornecimentos. Do total dos adiantamentos por conta de compras, 62,1% respeitam a essas aquisições.

O reconhecimento de imparidades de inventários registou as seguintes variações:

Descrição	(valores em euros)				
	Saldo inicial	Utilizações	Perdas	Reversão	Saldo final
<b>Imparidades de inventários</b>					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	( 13 249 200)	-	( 1 177 811)	2 364	( 14 424 647)
Produtos acabados e intermédios	( 474 416)	-	( 32 630)	19 742	( 487 304)
<b>Total</b>	<b>( 13 723 616)</b>	<b>-</b>	<b>( 1 210 441)</b>	<b>22 106</b>	<b>( 14 911 951)</b>

As perdas por imparidades de inventários relativos a matérias-primas, subsidiárias e de consumo e as relativas a produtos acabados e intermédios têm origem essencialmente no segmento de transporte de passageiros e no segmento de manutenção e reparação de material circulante.

Para o cálculo da imparidade dos inventários afetos ao segmento de transporte de passageiros, verifica-se semestralmente se o valor realizável dos inventários é ou não inferior ao valor pelo qual estes se encontram reconhecidos nas contas. Se o valor pelo qual os inventários se encontram reconhecidos for superior ao valor realizável líquido, reconhece-se uma perda por imparidade pela diferença entre aquelas duas grandezas.

Até 2011, o critério base para a avaliar a imparidade destes materiais foi a não rotatividade há mais de 5 anos, aplicado a todos os inventários em armazém. Durante o período de 2012, e atendendo à durabilidade da maior parte das peças utilizadas em reparações de material circulante, foi entendido avaliar com maior rigor a imparidade deste universo de bens. Para isso, foi calculada a imparidade das peças de armazém de material circulante de acordo com a vida útil estimada das séries de material a que estavam associadas, o que permitiu a identificação dos materiais efetivamente obsoletos e sem aplicação. Para os restantes materiais diversos manteve-se o critério da não rotatividade há mais de 5 anos.

O total das imparidades de inventários reconhecidas em 2017 resulta ainda do contributo do segmento de manutenção e reparação.

Para cálculo da imparidade no segmento de manutenção e reparação, foram utilizados os seguintes critérios:

O cálculo das perdas por imparidades de inventários no segmento de manutenção e reparação está indexada à duração de cada contrato de prestação de serviços celebrado com cada cliente, e os cálculos são apurados tendo em conta o número de anos que faltam para terminar os contratos e as perspetivas de consumo/rotação dos materiais. Os critérios utilizados são os seguintes:

- ✔ Inventários pertencentes a séries ou equipamentos ativos com consumo nos últimos 9 anos. Considera-se como corrente, e, portanto, não sujeito a qualquer imparidade, todo material que esteja afeto a séries ou equipamentos ativos e também com classificação de estratégicos, com exceção do excedente apurado tendo por base o consumo médio esperado até o término do contrato respetivo. Sobre este excedente é considerada uma imparidade de 75%.
- ✔ Inventários pertencentes a séries ou equipamentos ativos sem consumo registado nos últimos 9 anos. Os materiais que, embora pertencendo a séries ativas, tenham sido adquiridos há mais de 2 anos e não tenham registado consumo nos últimos 9 anos serão sujeitos a uma imparidade de 80% sobre o seu valor.
- ✔ Inventários pertencentes a séries ou equipamentos inativos com e sem consumo nos últimos 9 anos. Os materiais classificados como pertencendo a séries de material e equipamentos inativos são sujeitos a uma imparidade de 95% sobre o seu valor.
- ✔ Inventários classificados como Monos e Cativos sem consumo nos últimos 9 anos. Os inventários classificados como Monos ou Cativos pela Direção de Logística, que não registaram consumo nos últimos 9 anos serão sujeitos a uma perda por imparidade de 95% sobre o seu valor.
- ✔ Inventários classificados como Monos e Cativos com consumo nos últimos 9 anos. Os inventários classificados como Monos ou Cativos pela Direção de Logística, que tenham sido adquiridos há mais de 2 anos e tenham registado consumo nos últimos 9 anos, mas cujas perspetivas de consumo, face à informação disponível, são residuais serão sujeitos a uma perda por imparidade de 80% sobre o seu valor.

- ✔ Inventários classificados como Obsoletos. Os inventários classificados como Obsoletos pela Direção de Logística, serão sujeitos a uma perda por imparidade de 95% sobre o seu valor.
- ✔ Inventários classificados como Estratégicos e sem consumo nos últimos 9 anos. Os inventários classificados como Estratégicos pela Direção de Logística e que não tenham consumo registado nos últimos 9 anos, serão sujeitos à constituição de uma perda por imparidade a uma taxa constante, calculada sobre 75% do seu valor em função do número de anos que decorre até ao término do contrato. No último ano os bens terão um valor realizável líquido de 25%.
- ✔ Inventários sem identificação. Os inventários que na sua maioria são materiais destinados a conservação (produtos de pintura, limpeza industrial, materiais elétricos e eletrónicos, rolamentos, elementos de fixação/união ...), alguns deles com possível aplicação em equipamentos de outros clientes, por não estarem relacionados com nenhum contrato específico e atendendo à sua natureza, serão reconhecidas perdas por imparidade tendo por base o consumo médio e a estimativa de necessidades para um horizonte de 3 anos. A manter-se o consumo médio, caso o inventário não se esgote em 3 anos, aplica-se uma imparidade de 95% ao excedente. Caso tenha sido adquirido há mais de 2 anos e não tenha registo de consumo aplica-se uma imparidade de 95%.

Em relação à variação dos Inventários da Produção, o Grupo CP apresenta os seguintes valores em 2017 e 2016:

(valores em euros)

Descrição	2017	2016
Variação inventários da Produção		
Produtos acabados e intermédios	( 32 745)	( 35 661)
<b>Total</b>	<b>( 32 745)</b>	<b>( 35 661)</b>

## Cientes (nota 13)

Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica de clientes apresenta os seguintes valores:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
<b>Valor Bruto:</b>		
Clientes c/c		
Gerais	13 493 248	12 779 747
Clientes - cobrança duvidosa	2 656 890	2 178 603
<b>Sub-total</b>	<b>16 150 138</b>	<b>14 958 350</b>
<b>Imparidade acumulada</b>		
Perdas por imparidade do período	( 491 423)	( 316 289)
Perdas por imparidade de períodos anteriores	(2 164 263)	(1 847 974)
<b>Sub-total</b>	<b>( 2 655 686)</b>	<b>( 2 164 263)</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>13 494 452</b>	<b>12 794 087</b>

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade				
Clientes gerais	( 2 164 263)	( 506 270)	14 847	( 2 655 686)
<b>Total</b>	<b>( 2 164 263)</b>	<b>( 506 270)</b>	<b>14 847</b>	<b>( 2 655 686)</b>

## Estado e Outros Entes Públicos (nota 14)

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2017	31-12-2016
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o rendimento	1 291 158	1 243 146
IVA	13 931 834	7 910 836
IVA a recuperar	13 547 268	6 534 362
IVA reembolsos pedidos	384 566	1 376 474
Contribuições Seg Social CNP	34 240	12 476
<b>Total</b>	<b>15 257 232</b>	<b>9 166 458</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rendimento	659 394	888 375
Retenções de imposto sobre o rendimento	296 404	315 628
IVA a pagar	2 141 560	2 384 895
Contribuição para a Segurança Social	545 058	522 066
Outras tributações	904	2 645
<b>Total</b>	<b>3 643 320</b>	<b>4 113 609</b>

A principal variação resulta essencialmente do aumento da rubrica IVA a recuperar, em resultado da aceitação, no final do ano da faturação da IP relativa a taxa de utilização da infraestrutura.

## Outros Créditos a Receber (nota 15)

A rubrica de outros créditos a receber é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Valor Bruto:		
Adiantamentos a fornecedores:		
SISCOG-Sistemas Cognitivos, LDA.	128 391	128 391
IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	2 120	2 120
Outros	182 070	215 950
Outros Devedores - pessoal	101 111	76 095
D.Diversos - c/c	8 868 520	9 420 494
Devedores por acréscimos de receitas	2 742 611	4 710 998
<b>Sub-total</b>	<b>12 024 823</b>	<b>14 554 048</b>
Imparidade acumulada		
Imparidade do período - Outras dívidas terceiros	( 969 540)	32 932 527
Imparidade de períodos anteriores-O. Dív. terceiros	(3 187 206)	(36 119 733)
<b>Sub-total</b>	<b>( 4 156 746)</b>	<b>( 3 187 206)</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>7 868 077</b>	<b>11 366 842</b>

A redução face a 2016 encontra-se fundamentalmente na rubrica de devedores por acréscimos de receitas. Esta redução está justificada pela emissão regular à *Medway*, S.A. da faturação de 2017 referente ao aluguer de locomotivas, e outros, mas também ao facto de se ter terminado o contrato de refaturação de eletricidade para tração com esta entidade.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Utilização	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade					
Outras dívidas de terceiros	( 3 187 206)	( 1 100 359)	-	130 819	( 4 156 746)
<b>Total</b>	<b>( 3 187 206)</b>	<b>( 1 100 359)</b>	<b>-</b>	<b>130 819</b>	<b>( 4 156 746)</b>

## Diferimentos (nota 16)

A rubrica de diferimentos apresenta os valores registados no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2017	31-12-2016
<b>Ativo</b>		
Gastos a reconhecer		
Diferim. - gast. reconh. - outros - diversos	921 891	704 866
Diferim. - gast. reconh. - seguros	429 509	415 069
Diferim. - gast. reconh. - rendas	12 275	12 215
<b>Total</b>	<b>1 363 675</b>	<b>1 132 150</b>
<b>Passivo</b>		
Rendimentos a reconhecer		
Difer. - rend. a reconh. - subsidios ao investimento	114 006 126	122 448 574
Difer. - rend. a reconh. - fact.p/conta - trab.a real.	236 647	185 383
Diferim. - rend. reconh. - outros dif - rendim reconh.	113 604	11 580
<b>Total</b>	<b>114 356 377</b>	<b>122 645 537</b>

A diminuição registada na rubrica de diferimentos do passivo resulta essencialmente do reconhecimento, como rendimento do exercício, numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo, duma parte dos subsidios ao investimento recebidos, na mesma proporção em que são reconhecidas as depreciações.

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe da rubrica de subsídios:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2017	31-12-2016
59300004 Reservas Subsídios - Material Circulante	433 343	495 395
59300100 FEDER-Sub Proj 12UQE	4 091 726	4 965 660
59300700 PIDDAC-Sub Proj 12+4UQE	3 822 482	4 169 978
59300800 FEDER-Sub Proj 12+4UQE	10 447 351	11 397 095
59301001 PIDDAC-Sub Proj 34UQE/UTE	2 540 202	2 857 727
59301002 PIDDAC-Sub Proj 19UDD	382 625	433 493
59301003 PIDDAC-Sub Proj 21ALLAN	661 934	702 904
59301004 PIDDAC-Sub Proj 42UQE	342 904	382 808
59301005 PIDDAC-Sub Proj 34UME	16 753 970	17 841 400
59301006 PIDDAC-Sub Proj 57UTE Silício	14 038 418	14 878 163
59301009 PIDDAC-Sub Proj 57CORRAIL	468 786	532 646
59301010 PIDDAC-Sub Proj 12Locomotivas	390 009	390 009
59301013 PIDDAC-Sub Proj Bilhet s/contacto	172 860	920 931
59301014 PIDDAC-Benef Interface Ramal Lousã	162 680	190 568
59301024 PIDDAC-SubProj Alter Veloc Máx 45 Carrug Moderniz	50 383	77 727
59301025 PIDDAC-Subs.Caixas Transmissão Rodados UDD's450	384 919	422 829
59301027 PIDDAC-Modernização de 4 automotoras 3500	995 313	1 100 313
59301028 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 453	-	8 297
59301029 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2334	294 630	322 037
59301030 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2340	290 062	317 469
59301031 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2326	222 146	242 341
59301032 PIDDAC-Grande Reparação R3 - 9635	32 662	54 437
59301033 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 464	-	22 377
59301034 PIDDAC-Grande Repar R2 - 2197010	67 997	86 972
59301035 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2403	181 412	197 780
59301036 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2404	417 244	454 060
59301037 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 360	26 227	48 707
59301039 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2405	292 578	317 130
59301040 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 468	8 296	33 186
59301041 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2197025	117 540	133 753
59301042 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 463	33 518	58 656
59301043 PIDDAC-Grande Reparação -Gr R-R2 461	83 794	146 640
59301044 PIDDAC-Grande Reparação R2 469	53 419	91 126
59301045 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197012	89 283	99 997
59301046 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197034	115 574	129 443
59301047 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197011	70 038	78 360
59301048 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197020	115 574	129 443
59301049 PIDDAC-Grande Reparação R2 8597004	46 892	52 000
59301050 PIDDAC-Grande Reparação R2 8597007	69 642	77 999
59301051 PIDDAC-Grande Reparação R2 1415	150 953	162 715
59301052 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197028	116 730	130 599
59301053 PIDDAC-Grande Reparação R2 1997008	57 785	64 650
59301054 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197019	132 911	146 780
59301055 PIDDAC-Grande Reparação R2 0451	94 268	131 976
59301056 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197027	132 911	146 780
59301057 PIDDAC-Grande Reparação R2 1997002	139 203	150 265
59301058 PIDDAC-Grande Reparação R2 3154	330 624	354 816
59301059 PIDDAC-Grande Reparação R2 9634	98 966	120 958
59301060 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197007	132 911	146 780
59301061 PIDDAC-Grande Reparação R2 3266	262 047	280 877
59301062 PIDDAC-Grande Reparação R2 0458	205 208	-
59301063 PIDDAC-Grande Reparação R2 0457	77 874	-
59301064 PIDDAC-Grande Reparação R2 1997004	89 471	-
59301065 PIDDAC-Grande Reparação R2 1997009	58 166	-
59301066 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197015	87 559	-
59301067 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197016	59 423	-
59301068 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197001	88 482	-
59301069 PIDDAC-Grande Reparação R2 1413	111 745	-
59301070 PIDDAC-Grande Reparação R2 3260	56 502	-
59301071 PIDDAC-R1 CPA ` s 4000	596 471	-
59301101 FEDER-Sub Proj 19UDD	790 925	896 076
59301102 FEDER-Sub Proj 21ALLAN	1 293 103	1 373 141
59301103 FEDER-Sub Proj 34UME	29 845 204	31 779 552
59301104 FEDER-Sub Proj 57UTE Silício	18 000 718	19 113 387
59301107 FEDER-Sub Proj 57CORRAIL	939 987	1 068 037
59301108 FEDER-Sub Proj 12Locomotivas	903 370	903 370
59301700 FEDER-Benef Interfaces Ramal Lousã	348 588	414 264
59301800 FEDER-Bilhética sem contacto-CPLX	35 588	201 696
<b>Total</b>	<b>114 006 126</b>	<b>122 448 574</b>

## Ativos Financeiros Detidos para Negociação (nota 17)

A rubrica de ativos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2017	31-12-2016
Ativos financeiros	-	4
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>4</b>

À data de referência para a apresentação destas Demonstrações Financeiras, o Grupo não tem valores registados na rubrica de ativos financeiros detidos para negociação.

O único valor existente em 31 de dezembro de 2016, correspondia ao valor das ações do Millennium BCP transferidas da sociedade Fergráfica, S.A. no âmbito da liquidação desta sociedade, as quais foram alienadas em 2017.

## Ativos Não Correntes Detidos para Venda (nota 18)

Um dos objetivos do Grupo é proceder à alienação de bens não necessários à sua atividade. Esses bens respeitam essencialmente a edifícios e material circulante. Nesse sentido, a gestão de topo encontra-se comprometida no desenvolvimento de ações que possibilitem a concretização dessas alienações, através da prospeção de eventuais interessados quer no mercado interno quer no mercado externo.

Apesar de alguns destes ativos se encontrarem classificados como ativos fixos detidos para venda há mais de um ano, entende-se que os mesmos se devem manter classificados nesta rubrica do ativo, por o seu valor vir a ser recuperado não pelo uso, mas sim pela venda, e, a gestão de topo estar fortemente comprometida no desenvolvimento de esforços nesse sentido.

Os ativos classificados como detidos para venda estão valorizados pelo menor entre o valor contabilístico e o valor esperado de venda.

Semestralmente é avaliada a existência de imparidades nestes ativos e, sempre que necessário, procede a ajustamentos dos valores já reconhecidos.

Após a constituição destas imparidades, o universo do material circulante classificado na classe de ativos não correntes detidos para venda ficou com o valor de zero conforme detalhe abaixo com reporte a 31 de Dezembro de 2017:

Descrição	Valor contabilístico (1)	Subsídios a reconhecer (2)	Valor sucata (3)	Imparidade (4)	(valores em euros)
					(1)-(2)-(3)-(4)
Várias séries	14 375 691	3 041 141	2 643 256	8 691 294	-

O quadro seguinte resume, por classe de imobilizado, os ativos não correntes detidos para venda:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
<b>Ativos</b>		
Terrenos e recursos naturais	84 796	1 744 117
Edifícios e outras construções	139 204	9 567 050
Equipamento básico	5 684 397	5 684 397
<b>Total</b>	<b>5 908 397</b>	<b>16 995 564</b>

A variação registada em 2017, comparativamente ao ano anterior, tem origem na rubrica de terrenos e recursos naturais e edifícios e outras construções, em resultado da reclassificação para ativo fixo tangível do imóvel designado Terminal Fluvial do Barreiro, por não se prever a sua alienação num curto espaço de tempo, estando a ser negociado com a Transtejo um contrato para a utilização deste imóvel.

No que respeita ao edifício ainda classificado como ativo não corrente detido para venda, de referir que o Grupo não identificou quaisquer evidências da existência de imparidades face às anteriormente reconhecidas, mantendo-se fortemente empenhada na venda desse ativo.

## Capital Subscrito (nota 19)

De acordo com o artigo 3º do decreto-lei n.º 59/2012, de 14 de março, que define os Estatutos da CP, o capital estatutário da empresa é de 3.850.091.940 euros, sendo detido integralmente pelo Estado português e destina-se a responder às necessidades permanentes da empresa. Este capital encontra-se integralmente realizado a 31 de dezembro de 2017.

Em 2015 e 2016 foi determinado por despachos conjuntos das Tutelas financeira e setorial aumentar em 683,483 milhões de euros (em 2015) e 654,913 milhões de euros (em 2016) o capital estatutário da CP, EPE, tendo o mesmo sido realizado ao longo dos respetivos anos o que permitiu fazer face aos pagamentos resultantes da dívida histórica (amortizações e encargos financeiros), bem como do investimento.

Em 2017, e de acordo com a legislação em vigor, foi determinado igualmente por despachos conjuntos das Tutelas financeira e setorial, aumentar em 516,4 milhões de euros o capital estatutário da CP, EPE, a realizar pelo Estado da seguinte forma:

- ✔ Março/abril - 29,3 milhões de euros em numerário;
- ✔ Junho/Julho - 12,4 milhões de euros em numerário;
- ✔ Julho/Setembro - 28,6 milhões de euros em numerário;
- ✔ Outubro - 16,8 milhões de euros em numerário;
- ✔ Novembro - 418,3 milhões de euros por conversão de créditos;
- ✔ Dezembro - 11 milhões de euros em numerário.

Estes valores destinaram-se a suprir as necessidades decorrentes do serviço da dívida (amortizações, juros e outros encargos), investimento e despesas com pessoal relacionadas com o acordo histórico de variáveis.

A rubrica de Capital realizado apresenta assim, em termos acumulados, em 2017, um aumento de 516,4 milhões de euros, a que corresponde o valor do capital realizado pelo Estado no decorrer do período.

Assim, no final do ano 2017 a empresa apresenta um capital realizado de 3 850 091 940 euros.

### **Reservas Legais (nota 20)**

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com o artigo 30º do decreto-lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterado pelo do decreto-lei n.º 59/2012, de 14 de março, que define os Estatutos da CP, a empresa deve constituir reservas e fundos julgados necessários, sendo obrigatória a constituição de reserva legal no valor de 5% dos lucros de cada exercício. A reserva legal pode ser utilizada na cobertura de prejuízos de exercício.

Durante o período, não houve reforço das reservas legais nem se verificou a sua utilização para cobertura de prejuízos.

### **Outras Reservas (nota 21)**

Nesta rubrica, está contabilizada a reserva estatutária que corresponde ao valor do Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante existente em 31 de dezembro de 1974.

O Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante destinava-se à renovação do material circulante, conforme previsto no artigo 16º do Contrato de Concessão de 1951 entre o Estado e a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, e respeitava ao excedente das receitas do Fundo sobre os investimentos por ele financiados.

## Resultados Transitados (nota 22)

A variação dos resultados transitados diz respeito essencialmente à incorporação do resultado líquido do período anterior. Contribuem, no entanto, também para esta variação os movimentos detalhados no quadro seguinte:

(valores em euros)

Reconciliação do resultado transitado consolidado	
Resultados transitados de 2017	-6 078 119 710
Resultados transitados de 2016	-5 933 918 492
+ Resultado líquido do período de 2016	-143 999 549
	-6 077 918 041
<b>Movimentos de 2017 directamente em Res.transitados:</b>	<b>-201 669</b>
<b>Identificação:</b>	
A justificação para esta variação, encontra-se no Impacto líquido de diversas operações em resultados transitados, relacionadas com anulações de saldos e transações intercompanhias.	

## Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio (nota 23)

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Saneamento financeiro	91 357 368	91 357 368
Ajustamentos de transição	132 640	132 640
<b>Total</b>	<b>91 490 008</b>	<b>91 490 008</b>

A rubrica saneamento financeiro reflete o passivo assumido pelo Estado nos termos do Protocolo de 24 de agosto de 1993, respeitante a dívidas à Administração Fiscal, à Direção Geral do Tesouro e à Banca de 97.975.959 euros e à utilização na regularização do restante valor em dívida pelo Estado de 6.618.591 euros, resultante do saneamento financeiro realizado no âmbito do decreto-lei n.º 361/85.

## Provisões (nota 24)

O movimento na rubrica de provisões é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Adições	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Processos judiciais em curso	4 341 606	54 207	( 3 080 000)	( 15 188)	1 300 625
Acidentes ferroviários	1 792 051	-	-	( 68 814)	1 723 237
Acid. trabalho e doenças profissionais, e outras provisões	11 680 467	43 899	( 788 768)	-	10 935 598
Investimentos financeiros	155 094	-	-	( 155 094)	-
<b>Total</b>	<b>17 969 218</b>	<b>98 106</b>	<b>( 3 868 768)</b>	<b>( 239 096)</b>	<b>13 959 460</b>

A variação da rubrica de provisões deve-se essencialmente à transferência do valor da responsabilidade apurada com o acordo celebrado com as Organizações Representativas dos Trabalhadores relativo à integração dos abonos variáveis no conceito de remuneração usado para cálculo da retribuição de férias e subsídios de férias, o qual deixa de ser considerado como provisão de processo judicial e é transferido para a rubrica de outras dívidas a pagar.

No que respeita às responsabilidades para acidentes de trabalho e doenças profissionais, foram calculadas com base na avaliação atuarial das responsabilidades do Grupo, em 31 de dezembro de 2017, com pensões de acidentes de trabalho ocorridos até 31 de dezembro de 1999. Este cálculo foi realizado por entidade externa ao Grupo (CGD PENSÕES).

Os acréscimos ou diminuições das responsabilidades provenientes de alterações dos benefícios atribuídos são reconhecidos como perdas ou ganhos no exercício em que ocorrem. A metodologia e os pressupostos financeiros e atuariais da avaliação das responsabilidades são os seguintes:

**Método de cálculo:** Para o apuramento das responsabilidades relativas a reformados com pensões de acidentes de trabalho, procedeu-se ao cálculo do valor atual de rendas vitalícias imediatas.

**Taxa de desconto:** 1,75%.

**Taxa de Crescimento das Pensões:** 1,0%.

**Tábuas de Mortalidade:** utilizou-se a tábua francesa TV 88/90.

**Prazo de pagamento das pensões de acidente de trabalho:** pensões vitalícias.

**Data de efeito dos cálculos:** 31 de dezembro de 2017.

## Financiamentos Obtidos (nota 25)

No final do período de 2017 a rubrica de financiamentos obtidos apresentava o detalhe constante do quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2017	31-12-2016
<b>Não corrente</b>		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	115 149 167	144 091 375
Empréstimos por obrigações	700 000 000	700 000 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas	(6 453 876)	(6 869 048)
Outros financiadores	1 397 542 000	1 772 056 000
<b>Total</b>	<b>2 206 237 291</b>	<b>2 609 278 327</b>
<b>Corrente</b>		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	28 942 209	36 930 189
Descobertos bancários	226 659	225 436
Outros financiadores	380 514 000	380 514 000
<b>Total</b>	<b>409 682 868</b>	<b>417 669 625</b>

Conforme referido na nota 19, os aumentos de capital realizados permitiram ao Grupo fazer face aos pagamentos resultantes da dívida histórica (amortizações e encargos financeiros), o que se traduz numa diminuição da rubrica de financiamentos obtidos.

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
<b>Instituições de crédito e sociedades financeiras</b>		
<b>Empréstimos bancários</b>		
Até 1 ano	28 942 209	36 930 189
De 1 a 5 anos	106 282 500	111 558 042
A mais de 5 anos	8 866 667	32 533 333
<b>Descobertos bancários</b>		
Até 1 ano	226 659	225 436
<b>Empréstimos por obrigações</b>		
De 1 a 5 anos	500 000 000	500 000 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas	( 313 588)	( 429 855)
A mais de 5 anos	200 000 000	200 000 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas	( 6 140 288)	( 6 439 193)
<b>Outros financiadores</b>		
Até 1 ano	380 514 000	380 514 000
De 1 a 5 anos	1 345 542 000	1 622 056 000
A mais de 5 anos	52 000 000	150 000 000
<b>Total</b>	<b>2 615 920 159</b>	<b>3 026 947 952</b>

De acordo com a IAS 7 e, com referência a 1 de janeiro de 2017, apresenta-se a reconciliação das alterações em passivos de atividades de financiamento, incluindo tanto as alterações decorrentes de fluxos de caixa como as alterações sem contrapartida de caixa:

(valores em euros)

Financiamentos	Empréstimos bancários	Empréstimos por obrigações	Outros financiadores	Descobertos bancários	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>181 021 564</b>	<b>693 130 952</b>	<b>2 152 570 000</b>	<b>225 436</b>	<b>3 026 947 952</b>
<b>Fluxos de caixa:</b>					
Amortizações em numerário 2017	(36 930 188)	-	-	-	(36 930 188)
Novos Financiamentos 2017	-	-	6 000 000	-	6 000 000
Amortizações em espécie 2017	-	-	(380 514 000)	-	(380 514 000)
Aplicação de taxa efetiva	-	415 172	-	-	415 172
Outras variações	-	-	-	1 223	1 223
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>144 091 376</b>	<b>693 546 124</b>	<b>1 778 056 000</b>	<b>226 659</b>	<b>2 615 920 159</b>

## Outras Dívidas a Pagar (nota 26)

A rubrica de outras contas a pagar é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2017	31-12-2016
<b>Não corrente</b>		
Credores por acréscimo de gastos	8 006 555	13 390 899
<b>Total</b>	<b>8 006 555</b>	<b>13 390 899</b>
<b>Corrente</b>		
Fornecedores de investimentos	912 839	311 500
Credores por subscrições não liberadas	35 477 347	38 665 181
Outros devedores e credores	7 972 495	4 647 625
Credores por acréscimo de gastos	61 460 329	65 978 970
<b>Total</b>	<b>105 823 010</b>	<b>109 603 276</b>

No passivo não corrente, em 2017, ainda se mantém o reconhecimento da responsabilidade de liquidação da dívida histórica resultante da integração dos abonos variáveis no cálculo do subsídio de férias e férias, em resultado de acordo formalizado com as Organizações Representativas dos Trabalhadores, a qual será paga até ao exercício de 2019. São transferidos para ativo corrente os valores a liquidar no ano seguinte, de acordo com os acordos assinados.

No que respeita ao passivo corrente, a redução registada é fruto fundamentalmente da redução dos valores especializados de juros a liquidar em resultado da amortização de alguns financiamentos. Esta redução de financiamentos foi fundamentalmente conseguida através dos aumentos de capitais concedidos pelo Estado Português. De referir ainda a diminuição da necessidade de especialização de gastos relacionados com o fornecimentos e serviços externos, por motivo da faturação ter sido registada em 2017. Para a redução do passivo corrente, de referir ainda a variação da taxa de câmbio do franco suíço, moeda de valorização das ações subscritas e não realizadas da Eurofima, que após conversão, reduziu o valor destas ações em 31.12.2017.

## Fornecedores (nota 27)

A rubrica de fornecedores apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2017	31-12-2016
<b>Fornecedores c/c</b>		
Gerais	12 528 536	22 699 491
Facturas em receção e conferência	848 132	1 132 234
	<b>13 376 668</b>	<b>23 831 725</b>

Em 2017 continua a verificar-se a diminuição generalizada dos saldos em dívida a fornecedores gerais, sendo de referir a diminuição do prazo médio de pagamentos, destacando-se como contributo para esse facto a diminuição da dívida à Infraestruturas de Portugal, S.A..

## Adiantamentos de Clientes (nota 28)

A rubrica apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2017	31-12-2016
Adiantamentos de clientes		
Clientes CP	-	200 500
Clientes Fernave	374 000	374 000
	<b>374 000</b>	<b>574 500</b>

Em 2017 foi efetuada a escritura da alienação do imóvel Praia das Maçãs e regularizado o adiantamento recebido em 2016.

Mantem-se ativo o contrato, celebrado em 2014, de promessa compra e venda para o edifício que a Fernave detém em Moçambique e para o qual foi recebido um adiantamento de 374 mil euros.

## Vendas e Serviços Prestados (nota 29)

As vendas e serviços prestados apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2017	2016
Serviços prestados		
Passageiros	257 691 742	233 776 664
Outros	28 968 111	32 442 222
<b>Total</b>	<b>286 659 853</b>	<b>266 218 886</b>

A rubrica de vendas e serviços prestados aumentou cerca de 20,4 milhões de euros, em resultado do crescimento dos serviços de passageiros, nomeadamente no que respeita à venda de bilhetes simples, que apresenta um crescimento acumulado, face a igual período do ano anterior, de 13,6 milhões de euros.

## Subsídios à Exploração (nota 30)

No quadro seguinte identificam-se os subsídios à exploração reconhecidos como rendimentos nos exercícios de 2017 e 2016:

Descrição	(valores em euros)	
	2017	2016
Subsídios à exploração:		
Formação IEFP	-	16 929
Fundo Eficiencia Energetica	10 000	-
Projeto Shift2Rail-IMPACT	3 578	-
Projeto Shift2Rail-IMPACT2	2 073	-
Projeto Shift2Rail-PIVOT	7 111	-
<b>Total</b>	<b>22 762</b>	<b>16 929</b>

De referir que os valores atribuídos pelo Estado ao Grupo CP em 2017 correspondem exclusivamente à comparticipação do Estado para passes e sistema intermodal andante, não tendo sido atribuída à CP qualquer compensação adicional pela prestação do seu serviço público.

## Ganhos/perdas Imputados a Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos (nota 31)

Os ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2017	2016
Perdas		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	-	( 10 929)
Ganhos		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	1 202 043	520 659
<b>Total</b>	<b>1 202 043</b>	<b>509 730</b>

O aumento dos ganhos imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, resulta da melhoria dos resultados das empresas do Grupo, nomeadamente da TIP, Otlis, SIMEF e *Nomad Tech*.

## Trabalhos Para a Própria Entidade (nota 32)

A rubrica de trabalhos para a própria entidade regista os trabalhos realizados pela componente de manutenção no material circulante e é analisada como se segue:

(valores em euros)

Descrição	2017	2016
Transporte de passageiros		
Ativos fixos tangíveis	12 520 674	8 334 943
<b>Total</b>	<b>12 520 674</b>	<b>8 334 943</b>

Os trabalhos realizados para a própria entidade respeitam a manutenção e reparação de material circulante, decorrendo o aumento verificado, face ao ano anterior, das intervenções de meio de vida realizadas em comboios Alfas Pendulares.

## Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (nota 33)

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	2017	2016
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	26 381 446	23 286 771
<b>Total</b>	<b>26 381 446</b>	<b>23 286 771</b>

O aumento desta rubrica está também fundamentalmente relacionado com o crescimento da atividade de reparação de material circulante, mais concretamente com as intervenções de meio de vida - R1 - dos Alfa Pendular (CPA 4000) e as de revisão geral dos 960.000 KM dos veículos da Frota *EuroTram*.

## Fornecimentos e Serviços Externos (nota 34)

A rubrica de fornecimentos e serviços externos apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2017	2016
Subcontratos	26 456 314	25 639 645
Serviços especializados e outros	83 938 427	86 177 105
(Nos quais está incluída a taxa uso infraestrutura)	56 175 213	55 789 977
Materiais	643 019	685 852
Energia e fluidos	24 057 437	27 550 083
Deslocações, estadas e transportes	3 963 621	1 268 743
<b>Total</b>	<b>139 058 818</b>	<b>141 321 428</b>

Em resultado do esforço de contenção de gastos, em 2017 a rubrica de fornecimentos e serviços externos regista uma diminuição de cerca de 2,3 milhões de euros

Verifica-se um aumento nos gastos com deslocações, para o qual foram determinantes os acordos efetuados pela CP com os sindicatos, em meados de 2016, onde passa a ser atribuído um abono de transporte para o pessoal operacional da carreira comercial e tração, em determinadas circunstâncias. De referir que, em 2016, o referido abono apenas foi atribuído em cerca de meio ano, tendo em consideração as datas da celebração dos acordos.

Regista-se também um aumento na subcontratação de serviços, nomeadamente no que diz respeito aos subcontratos do segmento de manutenção,

Estes aumentos foram compensados essencialmente com a redução dos gastos com a energia de tração, em virtude da renegociação do contrato de fornecimento de energia, passando parte dos gastos de energia a ser faturados diretamente à *Medway, S.A.*

## Gastos com Pessoal (nota 35)

A rubrica de gastos com pessoal apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2017	2016
Remunerações dos órgãos sociais	416 529	387 249
Remunerações do pessoal	98 872 813	95 975 569
Indemnizações	1 754 018	3 094 424
Encargos sobre remunerações	21 989 773	21 318 380
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	3 041 474	3 138 965
Gastos de acção social	384 008	319 034
Outros gastos com o pessoal	487 687	541 201
<b>Total</b>	<b>126 946 302</b>	<b>124 774 822</b>

O acréscimo registado nesta rubrica, comparativamente a 2016, resulta da reversão total da redução remuneratória temporária, que se iniciou em janeiro de 2016 e que atingiu os 100% nas remunerações pagas a partir de 1 de outubro de 2016, bem como do que resultou da publicação do Decreto-Lei de Execução do Orçamento de Estado para 2017 - DL n.º 25/2017, onde foi permitido o aumento da massa salarial decorrente do descongelamento das diuturnidades e progressão nas carreiras, reposição das progressões e acréscimo de outros abonos.

## Imparidades de Investimento Não Depreciáveis / Amortizáveis (nota 36)

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	2017	2016
Perdas		
Em investimentos financeiros	( 3)	( 111 112)
Reversões		
De investimentos financeiros	17 166	-
Ativos não correntes detidos para venda	-	1 684 358
<b>Total</b>	<b>17 163</b>	<b>1 573 246</b>

Em 2017, ao contrário do que aconteceu em 2016, não se verificou a necessidade de proceder a ajustamentos nas imparidades com ativos não correntes detidos para venda. Em 2016, a reversão efetuada resultou de abate de material circulante.

## Outros Rendimentos (nota 37)

A rubrica de outros rendimentos apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2017	2016
Rendimentos suplementares	6 278 674	9 194 761
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 647	1 279
Ganhos em inventários	69 307	44 117
Restantes ativos financeiros	3 461 517	3 620 550
Investimentos não financeiros	781 205	37 831
Outros	11 804 583	23 237 098
<b>Total</b>	<b>22 396 933</b>	<b>36 135 636</b>

Para a diminuição da rubrica de outros rendimentos, em 2017, contribuíram fundamentalmente os seguintes factos:

- ▶ Término da faturação de energia à *Medway,S.A.* (ex-CP Carga) decorrente da formalização de novo contrato que prevê a emissão de faturação pelo fornecedor de energia diretamente àquela empresa (conforme nota 34);
- ▶ A rubrica de outros, inclui em 2016 a operação de reclassificação da responsabilidade com acidentes de trabalho e doenças profissionais, no valor de cerca de 11,5 milhões de euros, que passou a ser novamente tratada como provisão, pelo facto da Tutela Setorial e Financeira não ter aceite o pedido de adesão da CP ao regime especial de ativos por impostos diferidos.

## Outros Gastos (nota 38)

A rubrica de outros gastos e perdas apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2017	2016
Impostos	183 469	180 643
Dívidas incobráveis	-	7 998
Perdas em inventários	41 945	108 001
Investimentos não financeiros	19	4 594 182
Outros	3 942 131	4 441 171
<b>Total</b>	<b>4 167 564</b>	<b>9 331 995</b>

Para a redução da rubrica de outros gastos, em 2017, contribuíram fundamentalmente os seguintes factos:

- ✔ O abate realizado em 2016 do terminal do Terreiro do Paço, em resultado da publicação do despacho 10759-A/2016 dos Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças e das Infraestruturas, com um impacto negativo de cerca de 2 milhões de euros nas contas da empresa;
- ✔ O abate realizado em 2016 de material circulante, do qual resultou um impacto negativo nas contas daquele ano de cerca de 2,6 milhões de euros.

A rubrica de outros gastos engloba, fundamentalmente, o reconhecimento de perdas resultantes do não recebimento da totalidade da comparticipação do Estado relacionada com passes sociais vendidos, por ultrapassar os valores atribuídos, os gastos com terminais eletrónicos e indemnizações de diversa natureza, destacando se as indemnizações contratuais e por atrasos nos comboios.

## Aumentos/Reduções de Justo Valor (nota 39)

A rubrica de aumentos/reduções de justo valor é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2017	2016
Ganhos Instrumentos financeiros	-	1 291 916
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1 291 916</b>

O Grupo CP não dispõe de instrumentos financeiros derivados no final de 2017.

O ganho de justo valor reconhecido em 2016 resulta do vencimento da última operação de desmobilização da carteira de derivados, que ocorreu em abril de 2016, com o vencimento do último instrumento de gestão de risco financeiro que a CP detinha em carteira, em simultâneo com a amortização do empréstimo Eurofima de base a este derivado. A avaliação destes derivados era assegurada por entidade externa.

## Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização (nota 40)

A rubrica de gastos/reversões de depreciação apresenta os seguintes valores:

(valores em euros)

Descrição	2017	2016
Gastos		
Ativos fixos tangíveis	57 964 873	56 465 759
Ativos intangíveis	100 671	20 838
Reversões		
Ativos fixos tangíveis	141 253	-
<b>Total</b>	<b>57 924 291</b>	<b>56 486 597</b>

Os gastos registados resultam da depreciação/amortização dos bens de acordo com as suas vidas úteis definidas e detalhe apresentado na nota 3. Anualmente as vidas úteis esperadas dos bens são revistas, de forma a verificar que se encontram ajustadas à realidade. A reversão registada resulta de um ajustamento à vida útil de material circulante que foi realizado em 2017.

O aumento das amortizações de ativos intangíveis no período de 2017, está diretamente relacionado com as aquisições efetuadas no mês de dezembro de 2016.

## Imparidade de Investimentos Depreciáveis e Amortizáveis (nota 41)

A rubrica de imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis apresenta os seguintes valores:

(valores em euros)

Descrição	2017	2016
Perdas		
Ativos fixos tangíveis	( 455 819)	-
Reversões		
Ativos fixos tangíveis	1 029 588	855 533
<b>Total</b>	<b>573 769</b>	<b>855 533</b>

A variação da rubrica reversões por imparidade deve-se à conclusão das reparações de material circulante acidentado. A variação da rubrica de perdas por imparidade resulta da imparidade registada para a reparação de material circulante.

## Juros e Rendimentos Similares Obtidos (nota 42)

A rubrica de juros e rendimentos similares obtidos é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2017	2016
Juros obtidos	7 612	179 648
<b>Total</b>	<b>7 612</b>	<b>179 648</b>

Nesta rubrica são registados essencialmente os juros relacionados com o contrato com o Metro Ligeiro de Mirandela.

## Juros e Gastos Similares Suportados (nota 43)

A rubrica de juros e gastos similares suportados apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	2017	2016
Juros suportados	73 047 555	82 718 467
Outros gastos e perdas	3 602 728	5 699 972
<b>Total</b>	<b>76 650 283</b>	<b>88 418 439</b>

No exercício de 2017, a rubrica de juros e gastos similares suportados regista uma diminuição de cerca de 11,8 milhões de euros que decorre fundamentalmente da amortização de financiamentos detidos pela empresa, decorrentes de dotações de capital do Estado recebidas para o efeito.

## Passivos Contingentes (nota 44)

Não aplicável.

## Garantias e Avals (nota 45)

Garantias e fianças prestadas ao Grupo CP:	(valores em euros)	
	Valor	
- Pelo Estado	642 778 876	
- Por entidades bancárias a favor de terceiros	1 531 401	*
Garantias e fianças bancárias prestadas pelo Grupo CP a favor de terceiros	1 256 568	

\* inclui conta caução no IGCP no valor de 150.000€

## **Remuneração do Revisor Oficial de Contas (nota 46)**

A Sociedade Oliveira, Reis & Associados - SROC, Lda., apresenta honorários anuais, no âmbito da revisão e certificação legal das contas individuais e consolidadas da CP, na quantia de 21.500 euros, acrescidos de IVA à taxa legal.

A Sociedade Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro & Associados, SROC, Lda., apresenta honorários anuais, no âmbito da auditoria às contas individuais e consolidadas da CP, na quantia de 11.750 euros, acrescidos de IVA à taxa legal.

## **Acontecimentos Relevantes Após a Data de Balanço (nota 47)**

Não existem acontecimentos relevantes após a data de balanço a relatar.

# ANEXOS



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de CP - COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E., (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 629.186.204 euros e um total de capital próprio negativo de 2.246.273.345 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 111.066.936 euros), a demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

#### BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### ÊNFASE

Chamamos a atenção para o facto dos Relatórios e Contas do Grupo, referentes aos exercícios de 2015 e



RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO  
& ASSOCIADOS, SROC, LDA.

## RELATÓRIO DE AUDITORIA EMITIDO NOS TERMOS REQUERIDOS PELO ARTIGO 245º, nº1, al. b) DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. e suas subsidiárias (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 629.186.204 euros e um total de capital próprio negativo de 2.246.273.345 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 111.066.936 euros), a demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das Entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfase

O Grupo tem vindo a acumular resultados líquidos negativos consecutivos de montante significativo (nomeadamente o resultado líquido dos anos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2016, cujos Relatórios e Contas não foram ainda aprovados pela Tutela Sectorial e Financeira), apresentando, em 31 de dezembro de 2017, um total de capital próprio negativo de 2.246.273.345 euros.

**RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**

Inscrita na O.R.O.C. com o n.º 197 • Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 20161495 • Capital social de 10.000 Euros • NIPC/VAT: 507 327 314 • C.R.C. Lisboa  
Sede: Rua Julieta Ferrão, 12 - Sala 903 - Torre A • 1600 - 131 LISBOA • PORTUGAL • Tel. +351 217 910 703 • Fax. +351 217 910 685  
Escritório: Beloura Office Park, Edifício 4 - Escritório 1.6 • 2710 - 693 SINTRA • PORTUGAL • Tel. +351 219 242 943 • Fax. +351 219 242 944  
www.rrmf-sroc.pt

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

### CONTAS CONSOLIDADAS 2017 DA CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.

#### 1. INTRODUÇÃO

No âmbito das disposições legais e estatutárias, designadamente, a alínea d) do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos<sup>1</sup> da empresa e os artigos 420.º, 452.º do Código das Sociedades Comerciais<sup>2</sup> (CSC), cabe ao Conselho Fiscal (CF) apresentar o relatório da sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório de gestão, as demonstrações financeiras consolidadas da CP – Comboios de Portugal, E.P.E., doravante designada abreviadamente como CP ou Grupo CP, documentos referentes à prestação de contas do exercício terminado em 31 de dezembro de 2017.

O presente Relatório e Parecer têm em consideração a certificação legal emitida pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) e as informações constantes no Relatório Adicional de Auditoria<sup>3</sup>, e, ainda, as conclusões contidas no Relatório de Auditoria dos Auditores Externos, sobre as demonstrações financeiras consolidadas da CP desse período, as quais são consistentes com as conclusões da revisão legal efetuada às contas do Grupo CP.

A título enquadrador e informativo, é de assinalar que:

- À CP, enquanto empresa pública, e às suas participadas, é aplicável o disposto no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, diploma que aprovou o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, doravante designado abreviadamente como RJSPE;
- A CP, na qualidade de empresa-mãe, detinha, em 31 de dezembro de 2017, valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado, pelo que as suas contas consolidadas devem ser apresentadas de acordo com as normas internacionais de relato financeiro nos termos da legislação em vigor;
- Assim, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CP, aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa<sup>4</sup>, foram preparadas a partir de registos

<sup>1</sup> Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterados e republicados pelo Decreto-Lei n.º 59/2012, de 14 de março.

<sup>2</sup> De acordo com o n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, os órgãos de administração e fiscalização têm as competências genéricas previstas na lei comercial, sem prejuízo do previsto em especial no referido regime jurídico.

<sup>3</sup> Apresentado ao CF nos termos previstos do artigo 11.º do Regulamento (EU) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e do artigo 24.º, n.º 1 e n.º 2, do Regime Jurídico de Supervisão de Auditoria, aprovado pela Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro.

<sup>4</sup> Em reunião de 12 de abril de 2018, tendo o Conselho de Administração deliberado submetê-las à aprovação da tutela financeira e setorial.





COMBOIOS DE PORTUGAL

